

ISSN: 2674-5801

Cadernos do Cáucaso

Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso

Revista eletrônica do Grupo de Pesquisa de Política Internacional



A GUERRA FRIA

Volume 3, N. 4, Janeiro a Junho de 2020

Grupo de Pesquisa de Política Internacional



Revista eletrônica do Grupo de Pesquisa de Política Internacional

2020



Cadernos do Cáucaso - Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso.

Grupo de Pesquisa de Política Internacional.

Ano 3, v. 3, n.4. p.109.

Rio de Janeiro: GPPI, 2020.

Semestral

ISSN: 2674-5801

Estudos dos Países do Cáucaso. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Grupo de Pesquisa de Política Internacional

Endereço: Prédio Anexo do CFCH, 3º Andar. Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro – RJ. CEP 22290-140

Tel: 55 21 39385129

E-mail: ccibb12@yahoo.com

Site: www.gppi-ufrj.com

Revisão:

Lucca Simonetti Munhoz

Apoio Técnico:

Lorran Ícaro Moreira de Lima

Raquel Cândido Pandolfi

Montagem Capa:

Raquel Cândido Pandolfi

Imagens da Capa:

Fragmento do mapa “Osvobodjêmie Zakavkázia (aprel 1920 g. - aprel 1921 g.)”, extraído de “Grajdánskaia.

The Penguin Atlas of World Históry, by Herman Kinder and Werner Hilgemann, Vol II. Penguin Books, 1995, p. 256.”

Biblioteca General Antonio Machado em flickr(cc). Ilustraciones de la obra : Lello universal em 2 volumes : novo dicionário encyclopédico luso-brasileiro / organizado e publicado pela Livraria Lello sob a direcção de Joao Grave e Coelho Netto. - Porto : Lello & Irmao, [1940].

CADERNOS DO CÁUCASO- REVISTA DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DOS PAÍSES DO CÁUCASO

Ano 3 – Volume 3 – Número 4 – Janeiro a Junho/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitora: Denise Pires de Carvalho

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Decano: Marcelo Macedo Corrêa e Castro

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS

Diretor: Maria Celeste Simões Marques

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

Coordenador: Deivid Valério Gaia

GRUPO DE PESQUISA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Coordenador: Alexander Zhebit

CONSELHO EDITORIAL

Alberico Teixeira dos Anjos

Alexander Zhebit

Elitza Bachvarova

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

Jorge Luiz Pereira Ferrer

Patrícia Rivero

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Lorran Ícaro Moreira de Lima

Raquel Cândido Pandolfi

Agradecimentos especiais pela contribuição para a editoração, formatação, diagramação e lançamento eletrônico, realizadas pelos ex-bolsistas do PIBIC e pelos integrantes do Grupo de Pesquisa de Política Internacional e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso da UFRJ, Lorran Ícaro Moreira de Lima e a bacharela em Relações Internacionais Raquel Cândido Pandolfi, para que esta edição da Revista “Cadernos do Cáucaso” viesse à luz, nos tempos das provas severas, causadas pela pandemia SARS-2-covid-19.



Sumário

EDITORIAL

Alexander Zhebit.....6

A GUERRA FRIA, UMA NOVA GUERRA FRIA: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS E TEÓRICOS

Alexander Zhebit.....9

A TURQUIA E O IRÃ NA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO DURANTE A GUERRA FRIA

Lucca Simonetti Munhoz.....40

O IRÃ NA CONFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DA UNIÃO SOVIÉTICA E DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE A GUERRA FRIA

Alexander Zhebit; Fernando Velôzo Gomes Pedrosa; João Victor Viana Santos.....66

CONEXÕES INSTÁVEIS: A TEORIA DA SOLIDARIEDADE GLOBAL PROVISÓRIA

Marcelo Coutinho.....89

PESQUISA QUALITATIVA “UMA NOVA GUERRA FRIA”

Marcelo Coutinho.....Fascículo



Editorial

CARTA DO EDITOR

Prezado (a) leitor (a),

Estamos publicando a edição do Volume 3 da Revista “Cadernos do Cáucaso” do ano de 2020. Este ano ficará gravado na memória desta e de outras gerações como o ano maldito do SARS-COVID-19, ou o ano da pandemia do coronavírus. No momento do lançamento desta edição, o número de doentes superou 100 milhões de pessoas no mundo e as mortes já ultrapassaram dois e meio milhões de pessoas, ou seja, equivalente ao número dos mortos durante um ano da Primeira Guerra Mundial. No Brasil, o número dos casos de contaminação ultrapassou dez milhões e o número dos mortos chegou a 350 mil pessoas. Não é por acaso que fazemos a comparação da pandemia com a guerra. Estamos vivendo uma guerra travada entre o vírus e a humanidade. Por enquanto estamos perdendo-a, mas a invenção e o lançamento de vacinas estão nos dando a esperança de podermos vencê-la. Dedicamos esta edição à memória dos que passaram e dos que vêm enfrentando o mal com seus esforços heróicos e incansáveis, como médicos, enfermeiros, outros profissionais de saúde, assim como todos que vêm desempenhando serviços essenciais à população brasileira neste tempo difícil e cruel.

Devido às complexidades da situação pandêmica no país e na instituição universitária, o Volume 3 não saiu como volume avulso de um número só, mas uniu dois números da Revista – números 4 e 5. O número 4 reuniu artigos do estudo temático do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso sobre a Guerra Fria com a ênfase na problemática caucasiana. O número 5 contém artigos avulsos, dedicados à memória da Segunda Guerra Mundial, ao assunto da história internacional recente do Cáucaso e sua relação com o Brasil.

O tema do número 4 do Volume 3 da Revista é a Guerra Fria. Após o seu “fim” no final dos anos 80 – início dos 90, a Guerra Fria está de volta no discurso da política internacional nos últimos anos. O tema provoca atenção acadêmica não somente pela razão da reincidência de tendências semelhantes ao confronto anterior, mas também por causa da pertinência do tema aos estudos internacionais, em geral, e aos das políticas externas das grandes potências, antigas e novas, em particular. O estudo deste tema em termos históricos e teóricos foi o objeto dos trabalhos do Grupo de Pesquisa de Política Internacional e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, ambos da UFRJ, que logrou durante os anos 2019-2020 produzir textos acadêmi-




cos que examinaram o impacto deste fenômeno da política internacional sobre o Cáucaso.

O número 4 do Volume 3 começa com o artigo geral sobre o tema da Guerra Fria “A Guerra Fria, uma nova Guerra Fria: debates historiográficos e teóricos”, de autoria de Alexander Zhebit, em que são sistematizados debates sobre a responsabilidade das superpotências pela eclosão e pela condução da Guerra Fria, analisadas com base em leituras historiográficas. O lado historiográfico do artigo é correlacionado com o lado teórico que reúne debates paradigmáticos conceituais das relações internacionais, referentes às causas da origem da Guerra Fria e às suas repercussões na política internacional. Observa-se o estado ainda inconclusivo dos estudos sobre o fenômeno da Guerra Fria e o seu “fim” e anota-se que os padrões da condução da Guerra Fria, de 1947 a 1990, assemelham-se com os arquétipos do confronto, desencadeado pelos Estados Unidos e seus aliados contra a Rússia e a China no início do século XXI numa nova Guerra Fria.

O artigo “A Turquia e o Irã na política externa estadunidense para o Oriente Médio durante a Guerra Fria”, de autoria de Lucca Simonetti Munhoz, examina doutrinas da Guerra Fria, na sua fase inicial, empregadas na política externa dos Estados Unidos a fim de conter a influência soviética no Cáucaso e no Oriente Médio. Afirma-se neste estudo que os pilares fundamentais para a sustentação da estratégia estadunidense para o Oriente Médio e o Mediterrâneo Oriental passaram a ser a Turquia e o Irã, relacionados por meio do bloco político-militar da Guerra Fria CENTO, ou Pacto de Bagdá, e que serviram como peças essenciais na doutrina de contenção da União Soviética no Cáucaso, no Mar Negro e no Oriente Médio.

O artigo “O Irã na confluência geopolítica da União Soviética e dos Estados Unidos durante a Guerra Fria”, de coautoria de João Victor Viana Santos, Alexander Zhebit e Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, abrange um período mais longo da Guerra Fria que se estende aos anos 80 do século passado e se trava na região do Cáucaso. Este artigo analisa a inserção do Irã no jogo de interesses dos Estados Unidos e da União Soviética na Guerra Fria. O Irã foi o primeiro cenário de tensão no início da Guerra Fria, quando a União Soviética postergou a desocupação do norte do Irã após o fim da Segunda Guerra Mundial e se tornou alvo das pressões estadunidenses, que se apresentaram por meio do aumento da presença naval no Mediterrâneo Oriental e da ameaça de uso de armamento nuclear, somados à pressão norte-americana no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Irã também foi o palco de eventos que tiveram uma relação íntima com a Guerra Fria, como o golpe estadunidense de 1953 contra Mosaddeq, a instalação do governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi, a adesão ao Pacto de Bagdá, o seu papel na Doutrina Eisenhower, em uma estratégia estadunidense de “contenção” da URSS, seguida depois pelos acontecimentos de porte no Oriente Médio, como a Revolução Iraniana de 1979 e a Guerra Irã-Iraque, que extravasaram o desígnio da Guerra Fria.



O número segue com o artigo “Conexões instáveis: a teoria da solidariedade global provisória”, de autoria de Marcelo Coutinho, em que se apresenta uma proposta teórica inovadora para o estudo da política internacional, baseada na definição de solidariedade por interdependência, com o intuito de explicar a nova Guerra Fria, já em andamento entre os EUA e a China. A teoria da solidariedade global provisória, baseada em conceitos sociológicos, de Durkheim a Bauman, bem como em correntes pós-positivistas, é utilizada para explicar relações internacionais a partir de transformações no comportamento humano, provocadas pelas novas tecnologias digitais disruptivas.

O número termina com o estudo, realizado por Marcelo Coutinho, junto com um grupo de alunos do Curso de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais e Defesa “Pesquisa qualitativa “uma nova Guerra Fria”. Foi um estudo qualitativo com entrevistas em profundidade, abordando temas, relativos à nova Guerra Fria entre os EUA e a China, dada já como uma realidade por vários autores. O estudo é publicado em fascículo separado do N° 4, Vol. 3.

Colocamos os artigos para sugestões, discussões e avaliações críticas dos nossos leitores e desejamos boas leituras.

Rio de Janeiro, abril de 2021

Prof. Dr. Alexander Zhebit

A GUERRA FRIA, UMA NOVA GUERRA FRIA: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS E TEÓRICOS

Alexander Zhebit¹

Resumo

O artigo tem por objetivo sistematizar debates sobre a responsabilidade das superpotências pela deflagração e pela condução da Guerra Fria, com base em leituras historiográficas, por um lado, e, por outro, analisar conceituações, referentes às causas da origem e às repercussões da Guerra Fria nos estudos de relações internacionais. No artigo põe-se em evidência a deficiência teórica e o estado inconclusivo da análise do fenômeno do “fim” da Guerra Fria na política internacional. Conclui-se que os padrões da Guerra Fria costumam se repetir e aproximar-se dos arquétipos do confronto, desencadeado pelos Estados Unidos e seus aliados contra a Rússia e a China no início do século XXI.

Palavras-chave: Guerra Fria, historiografia, doutrinas políticas, correntes teóricas

Abstract

The purpose of the article is to systematize debates about the responsibility of international actors for the outbreak and for the conduct of the Cold War on a historiographic basis, on the one side, and, on the other, to analyze concepts, referring to the causes of the origin and of the repercussions of the Cold War in international relations. The article throws the light on a theoretical deficiency and an inconclusive state of the analysis of the “end” of the Cold War’s phenomenon in the international politics. It is inferred in the conclusion that the patterns of the outbreak of the Cold War tend to be repeated and to stand similar with the archetypes of the confrontation, triggered by the United States and its allies against Russia and China at the beginning of the 21st century.

Key words: Cold War, historiography, political doctrines, theoretical currents

¹
[br](mailto:alex@cfch.ufrj.br)

Doutor, professor associado - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: alex@cfch.ufrj.br.

Introdução

O termo Guerra Fria, cunhado na História Medieval durante *La Reconquista*, entrou no vocabulário da política contemporânea depois da Segunda Guerra Mundial, em consequência da caducidade e da cessação da aliança de guerra entre a União Soviética e os aliados ocidentais, particularmente, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Foi inaugurada uma etapa pseudo-beli-gerante da política internacional, caracterizada pelas crises, tensões, hostilidades e rivalidades entre as superpotências, sem que elas pudessem recorrer à força, porque a paz entre elas foi preservada pelo medo de usar tal recurso, embora a ameaça da força estivesse sempre presente.

A Guerra Fria, a quintessência do confronto Leste-Oeste, dominou a política interna-cional, militarizando as relações internacionais, retardando o desenvolvimento econômico e social mundial, interrompendo ou restringindo relações diplomáticas, políticas, culturais e hu-manas entre países com regimes sociais diferentes, provocando conflitos armados no Terceiro Mundo, que causaram sofrimentos humanos de grandes proporções tanto nos países alinhados aos blocos rivais, quanto nos países não alinhados.

A Guerra Fria, após seu “fim” no final dos anos 80– início dos 90, está de volta no discurso da política internacional nos últimos anos. O tema provoca atenção acadêmica não somente pela razão da reincidência de tendências semelhantes ao confronto anterior, mas tam-bém por causa da pertinência do tema aos estudos internacionais, em geral, e aos das políticas externas das grandes potências, antigas e novas protagonistas, em particular.

Temos vivido ultimamente num clima político internacional, semelhante ao período da Guerra Fria, que vai se caracterizando pela crescente tensão nas relações Estados Unidos – Rús-sia, Estados Unidos – China, que vai se projetando para os países que gravitam a estas grandes potências. Há sinais de que nestas tensões se observam semelhanças e paralelos com o antigo confronto Leste-Oeste, que havia assolado o sistema internacional logo depois da Segunda Guerra Mundial e se prolongou por quase um meio século.

O artigo tem por objetivo revisitar o tema da Guerra Fria, a fim de pôr em evidência os variados conceitos do fenômeno e avaliar criticamente as narrativas e os discursos que acompa-nharam o início, a evolução e o “fim” desta “guerra”. Em nível teórico-metodológico, recorremos à análise historiográfica das publicações sobre a Guerra Fria em diferentes períodos de sua duração, examinando-as do ponto de vista da história conceitual (KOSELLECK: 1989), por um lado, e, por outro, empregamos a metodologia paradigmática das relações internacionais a fim de analisar a Guerra Fria através da ótica das diferentes correntes e paradigmas do pensamento teórico, ao longo da evolução deste fenômeno na política internacional.

Para aprofundar a análise da Guerra Fria, da sua natureza e de seus conceitos, foram utilizados trabalhos de historiadores da Guerra Fria e de relações internacionais, bem como al-guns documentos doutrinários e políticos, referentes ao fenômeno histórico examinado. Ponho em destaque, entre os trabalhos utilizados, a recente obra sobre a Guerra Fria do pesquisador brasileiro Sidnei J. Munhoz (2020), dedicada aos estudos historiográficos, históricos e políticos da Guerra Fria, em que a sistematização dos debates historiográficos é aprofundada e diversifi-cada, as principais correntes historiográficas são extensamente discutidas e vários acontecimen-

tos da política internacional do período em estudo são adequadamente analisados. O artigo examina os trabalhos de autores ortodoxos – George Kennan, Arthur Schlesinger, Andrei Jdánov; de historiadores revisionistas - Melvyn Leffler, Gar Alperovitz, Richard Aliano, Arnold Offner, Oliver Stone & Peter Kuznik; e de pós-revisionistas - Raymond Aron, John L. Gaddis, Richard Smoke, Philip Bobbitt, Jack F. Matlock, Anatoly Dobrynin, Aleksandr Iákovlev, Anatóli Utkin.

Alguns documentos, pertinentes ao tema, foram mencionados no artigo: *Operation Unthinkable* (1945), Longo Telegrama (1946), Doutrina Truman (1947), NSC 68 (1950), *The Federalist Papers*, Carta das Nações Unidas (1945), *National Security Strategy of the United States of America* (2017).

A abordagem das correntes e dos conceitos das relações internacionais, referentes à Guerra Fria, ficou baseada em diferentes escolas, como estudos civilizacionais: James Billington, Samuel Huntington, Nikolai Danilevsky, Fiódor Dostoievsky, Nikolai Berdiáev, Richard Kegley, Guy Mettan; teorias realistas: Edward H. Carr, G. Schwartzberger, Hans Morgenthau; estudos behavioristas: Kenneth Waltz, Morton Kaplan, Richard Rosecrance, James Rosenau, David Singer, Bruce Russett, Kenneth Boulding, Quincy Wright, Graham Allison, Robert Jervis, Urie Bronfenbrenner, R. Keohane & J. Nye, Randall Schweller; sociologia política: Stanley Hoffman, Raymond Aron, Guillaume Devin; integracionistas: David Mitrany, Ernst Haas, Karl Deutsch, Dario Batistella; estudos da *détente*: Raymond Garthoff, Federico Romero, Arne O. Westadt, Marie-Pierre Rey; teoria construtivista: Alexander Wendt, Jim George, Vendulka Kúbalková; bem como estudos gerais sobre a história e teorias de relações internacionais: J. Dougherty & R. Pfaltzgraff, Kal Holsti, Fred Halliday, Richard Pipes, G. Modelsky & W. Thompson, John Mueller, Richard N. Lebow, John A. Vasquez, Ch. Kegley Jr. & G. Raymond.

Foram citadas várias publicações jornalísticas e acadêmicas, bem como declarações políticas, que têm recorrido ao termo “uma nova Guerra Fria” (Alexander Valle (2003), Edward Lucas (2009), Antonio Guterres (2019) ou têm ressuscitado o espectro do discurso de Winston Churchill em Fulton em 1946 (Mike Pompeo (2020), que equivalia à declaração da Guerra Fria à União Soviética.

O artigo começa com a introdução, que descreve sucintamente o objeto e o objetivo do estudo, o referencial teórico, a metodologia e a literatura examinada. Na primeira parte apresenta-se a descrição das principais correntes historiográficas, referentes à Guerra Fria, desde ortodoxa até pós-revisionista. Na segunda parte, a Guerra Fria é abordada a partir das correntes paradigmáticas de relações internacionais, desde o *mainstream* teórico norte-americano até escolas pós-modernas de relações internacionais. Discute-se a questão do “fim” da Guerra Fria, no âmbito de debates acadêmicos civilizacionais, positivistas e pós-positivistas, e os padrões da Guerra Fria entre 1947 e 1990, que são equiparados aos comportamentos atuais nas relações dos Estados Unidos com a Rússia e a China.

I. Debate historiográfico sobre as origens e as doutrinas da Guerra Fria


O debate historiográfico sobre as origens da Guerra Fria desenvolvia-se em torno da atribuição de responsabilidade pela deflagração da confrontação global e da apuração das causas deste conflito, tendo sido representado por três principais correntes: ortodoxa, revisionista,

pós-revisionista.

i) **Doutrinas ortodoxas ou tradicionais.** Inicialmente, as doutrinas ocidentais, alicerçadas sobre a propaganda ideológica norte-americana, rotulavam a URSS como responsável pelo desencadeamento e pela continuação desta guerra. Arthur Schlesinger traça o prenúncio do confronto, ao descrever como despachos diplomáticos sobre as negociações entre Stalin e os líderes ocidentais em 1944 refletiam o medo dos últimos de que a Europa Oriental sucumbisse ao comunismo, se a Rússia, ao avançar contra a Alemanha, ocupasse a Polônia, Checoslováquia, Hungria, Romênia (SCHLESINGER: 1967, p. 31-36). Na historiografia deste debate (MUNHOZ: 2020) destacam-se o “Longo Telegrama” (1946) e “Fontes da Conduta Soviética” (1947), de autoria de George F. Kennan, que constituem o âmago da versão ideológica da Guerra Fria, formulada como a doutrina de contenção de comunismo. Segundo Kennan, o comportamento das duas superpotências é explicado pelos motivos civilizacionais e ideológicos. Por um lado, há uma civilização ocidental, construída com base em ideias de liberalismo e de democracia, por outro, uma outra com tradições ao mesmo tempo autoritárias e comunitárias, transformadas pela revolução comunista. A Guerra Fria é um confronto global dos dois sistemas político-ideológicos. A ideologia marxista-leninista veio para ficar e seria esta visão do mundo, mais o profundo sentimento de insegurança, que incentivou o expansionismo soviético. Como um confronto aberto poderia acontecer, porque a URSS não recuaria diante de uma força superior, os Estados Unidos deveriam garantir a sua segurança contendo a União Soviética (KENNAN: 1946). A doutrina com este nome adquiriu seu conteúdo e começou a tomar forma em 1946, desde quando Winston Churchill fez o seu apelo à Guerra Fria em Fulton (Mo.) e George Kennan despachou o seu famoso “Longo Telegrama”.

As modificações doutrinárias, enunciadas e exercitadas pelos presidentes americanos Truman, Eisenhower, Johnson, Nixon (contenção da expansão comunista, retaliação maciça, destruição mútua assegurada, dissuasão flexível, dominó), baseadas no “equilíbrio de terror” e na “paz pelo medo” (ARON: 2002, p.593, p. 770), replicaram-se durante um quarto do século depois do início da Guerra Fria. Agindo com base em princípio “universalista”, os Estados Unidos declaravam sua estratégia global em oposição à política da formação das “esferas de influência”, que atribuíam aos soviéticos (SCHLESINGER: 1967, p. 29). Ao serem, inicialmente, únicos a possuir a superarma nuclear e ao terem a sua economia expandindo durante e após a guerra, os EUA optaram por uma política imperialista, projetando a sua hegemonia para outras regiões do mundo, disfarçando o incremento de sua influência em áreas estrategicamente sobressalientes, com recursos naturais e com mercados atraentes, usando a narrativa da resistência do “mundo livre” à “expansão comunista” soviética. Eram unânimes em que a União Soviética, em decorrência de sua ideologia e da presença militar na Europa, estaria empenhada no fomento do comunismo no mundo e responsável pela deflagração da Guerra Fria.

Por outro lado, a doutrina de Andrei Zhdanov (1947), os documentos soviéticos e do Kominform da época, rotulados pelos estudiosos de “ortodoxia soviética”, interpretam-se como resposta ideológica soviética aos Estados Unidos, que desenhava a cena internacional como dividida por duas maiores tendências opostas na política internacional, que emanavam dos dois campos políticos. Um, “imperialista e antidemocrático”, constituído pelos Estados Unidos, em aliança com a Grã-Bretanha e a França, com metrópoles coloniais e com países política e eco-



nomicamente dependentes dos Estados Unidos e do Ocidente, e o outro, “anti-imperialista e democrático”, constituído pelos países de ideologia antifascista, dos países da “nova democracia”, por outros países e forças, simpatizantes com o “desenvolvimento democrático” e a “libertação nacional”, sob a liderança soviética (ZHDANOV: 1948).

A doutrina soviética, com seus adendos, como a “coexistência pacífica entre os dois sistemas”, durante o “degelo” pós-stalinista de Nikita Krushev, ou como o “internacionalismo socialista”, no período de Leonid Brezhnev, sempre contemplavam o enfrentamento entre os dois sistemas sociais opostos, em virtude da extensão da luta de classes para acena internacional, conforme a então vigente doutrina marxista-leninista.

ii) **Doutrinas revisionistas.** A escola revisionista da Guerra Fria surgiu no limiar dos anos 50 - 60, quando a corrida armamentista nuclear e espacial entre os dois blocos chegou ao patamar globalmente perigoso e quando os Estados Unidos se envolveram na Guerra do Vietnã. Ela constituiu-se em trabalhos de acadêmicos norte-americanos e europeus, críticos da implementação agressiva das doutrinas Truman e Eisenhower. Eles argumentavam que a estratégia soviética na confrontação Leste-Oeste era meramente reativa, pois a União Soviética, devastada na Segunda Guerra Mundial, visava a reconstrução do país e buscava segurança contra novas agressões do Ocidente, historicamente sempre a partir da direção mais vulnerável para a Rússia – o Oeste.

A aliança das nações, que se formou em 1941-1944 contra a Alemanha e os países do Eixo, alcançou em 1945 a sua finalidade de vencer a Alemanha nazista, os países do Eixo e seus aliados, que ameaçaram a existência da Grã-Bretanha, da União Soviética, dos Estados Unidos e de seus aliados. Enquanto os tratados de assistência mútua na Segunda Guerra Mundial, concluídos pela União Soviética com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a França, vinham se caducando, demonstrando o caráter provisório da aliança anti-Eixo, os Estados Unidos fundaram em 1949 a Organização do Tratado do Atlântico do Norte, bloco político-militar de segurança coletiva, baseado, de facto, nas doutrinas de contenção e de Truman, dirigidas agressivamente contra a URSS e seus aliados da Europa Oriental.

Segundo revisionistas, a URSS não representava ameaça iminente às zonas ocupadas pelos aliados na Europa Ocidental e cooperava com eles na Alemanha e no centro-sul da Europa, cumprindo as decisões das Conferências da Guerra e dos demais acordos entre os Aliados. Entre estes, há de assinalar o acordo de outubro de 1944, alcançado por W. Churchill em Moscou, cujo propósito da divisão das esferas de influência entre os Aliados e a União Soviética na Europa Oriental e do Sul recebeu o aval de Stalin. Os intuítos do líder soviético visavam evitar uma situação parecida com o pré-Guerra, quando havia sido formado um cordão sanitário dos países hostis à União Soviética nas suas fronteiras ocidentais, e formar na vizinhança do país governos amigáveis ao regime soviético (CAMBRIDGE HISTORY: 92). Para garantir isto, a União Soviética ensinava evitar o retorno ao poder dos partidos que haviam colaborado com a Alemanha e o Eixo e não admitiria que as populações dos países da Europa Oriental, libertados do jugo do nazismo e do fascismo, fossem governadas por estes partidos. Deste ponto de vista, a Declaração sobre a Europa Libertada, adotada na Conferência de Yalta, teve uma interpretação divergente da do Ocidente. Segundo Raymond Aron, “A União Soviética não precisava absolutamente de conquistar novos territórios para melhorar condições de vida de seu povo” (ARON:

2002, p. 365). Porém, era ansiosa pela sua segurança.

Os Acordos de Paris, que validaram o ingresso da República Federal da Alemanha na OTAN em 1955, resultaram na revogação pela URSS dos tratados de assistência mútua durante a Guerra, porque a aliança soviético-ocidental foi atropelada pela admissão alemã na OTAN, ferindo deste modo o princípio da neutralidade da Alemanha Ocidental. Porém, a resposta soviética foi, por um lado, simétrica: a formação, em 1955, da Organização do Tratado de Varsóvia, uma aliança militar dos sete países socialistas da Europa Oriental com a URSS, criada em oposição à OTAN, e a conclusão do Tratado com a República Democrática Alemã, legitimando a presença de suas tropas soviéticas no seu território, e, por outro lado, assimétrica: o estabelecimento no mesmo ano, das relações diplomáticas com a República Federal da Alemanha, em sinal de boa vizinhança e de pacificação com o Ocidente.

Desconsiderando os atos de restauração pela União Soviética do equilíbrio militar na Europa e de sinalização de *rapprochement* durante a primeira *détente* pos-stalinista (1953-1955), os Estados Unidos empreenderam a estratégia de “blocomania”, com o fim de formar um anel de alianças político-militares em diferentes regiões do mundo, sob o pretexto de enfrentar a ameaça da expansão global de comunismo, inclusive chinês desde 1949. Foi implementado um cerco global da União Soviética, começado pela OTAN (1949), ANZUS (1951), SEATO (1954), CENTO (Pacto de Bagdá)(1955) e completado com a instalação em 1958 do sistema NORAD², um comando aeroespacial americano-canadense das forças nucleares na América do Norte.

George F. Kennan, com suas observações mais nuançadas e empáticas posteriores, faz referência às publicações dos autores revisionistas Gar Alperovitz, Walter Carl Clemens, David Horowitz, Gabroel Kolko e Carl Oglesby, que tendiam a atribuir ao governo do Estados Unidos a culpa pelas tensões e pelos atropelos que marcaram relações soviético-americanas no período pós-Guerra, e anota que, em seus relatórios no posto de embaixador dos Estados Unidos em Moscou em 1952, avisava o governo americano que:

Os dirigentes soviéticos eram “naturalmente sensíveis ao fato de serem rodeados por um anel de bases aéreas claramente agrupadas com vistas à penetração do seu próprio território”. (...) Não é para nós supor que não há limites à paciência soviética diante do cerco por bases americanas. Quaisquer que sejam considerações políticas, nenhum país grande, pacífico ou agressivo, racional ou irracional, poderia ficar de braços cruzados e contemplar com indiferença o cerco paulatino de suas próprias fronteiras com as instalações militares de uma grande potência competidora³ (KENNAN: 1973, p. 141, tradução livre).

Há autores revisionistas recentes que são assertivos ao afirmar que a Guerra Fria foi desenhada e desencadeada pelos Estados Unidos. Oliver Stone e Peter Kuznik traçam-na a partir das duas concepções divergentes sobre o papel dos Estados Unidos no mundo pós-Segunda Guerra Mundial: o “Século Americano” de Henry Luce, magnata da mídia norte-americana, e o “Século de Homem Comum” de Henry Wallace, ex-Vice de F. D. Roosevelt (STONE & KUZNIK, p. 269). O conceito de Wallace, que defendia relações pacíficas e equitativas com a

2 NORAD - North American Aerospace Defense Command.

3 The Soviet leaders were “quite naturally sensitive about being surrounded by a ring of air bases plainly grouped with a view to penetration of their own territory”. ... It is not for us to assume that there are no limits to Soviet patience in the face of encirclement by American bases. Quite side from political considerations, no great country, peaceful or aggressive, rational or irrational, could sit by and witness with indifference the progressive studding of its own frontiers with the military installations of a great-power competitor.

União Soviética, ficou derrotado sob a pressão do militarismo e do anticomunismo pós-Segunda Guerra Mundial, enquanto o do “Século Americano” inspirou a doutrina Truman, atizada pela Grã-Bretanha. Os autores citam o relatório do conselheiro Clark Clifford e de seu assistente George Elcy na Casa Branca, que apresentou a Truman, segundo Melvyn Leffler, uma imagem falsa das potencialidades soviéticas, securitizando os desenhos soviéticos, direcionados a enfraquecer os Estados Unidos, abalar seu prestígio e governar o mundo mediante partidos comunistas (Ibidem, p. 298). A solução de pôr termo à “expansão soviética” seria a de adotar a linguagem de força militar recorrendo à ameaça de “uma guerra atômica e biológica” (p. 299). Em 1947 isto foi fácil, porque os Estados Unidos detinham o monopólio atômico militar.

Um debate insipiente entre as correntes tradicional e revisionista nos anos 60 colocou em bojo da discussão a hipótese de reavaliar o quadro da Guerra Fria por causa da decepção com ela e com a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, dando início a um novo padrão de políticas que aliviariam o fardo do confronto. Um dos caminhos em direção a este objetivo teria sido, segundo Walter Lippmann, a proposta da neutralização da Europa do Leste. Obviamente ela nunca teria sido aceita pela União Soviética, sendo um poder dominante na Europa, uma “Meca autoproclamada”, conforme tradicionalistas (ALIANO: 1978, p. 317-318, 320, 322).

iii) **Doutrinas pós-revisionistas.** A escola revisionista foi seguida pela escola pós-revisionista, influenciada pelas transformações, ocasionadas devido aos processos de descolonização, *détente*, formação de novos centros de poder econômico no sistema capitalista ocidental. No Ocidente, Raymond Aron, John Lewis Gaddis, Philip Bobbitt são alguns que procuraram equilibrar a responsabilidade pela Guerra Fria entre as duas superpotências. Raymond Aron, pós-revisionista do período inicial da Guerra Fria, define-a, na sua primeira fase (1947-1962), como “*guerre improbable, paix impossible*”⁴ (ARON, 1948), porque o relacionamento entre as duas superpotências seria determinado pela “paz de terror” (ARON, 2002, p. 233), que é uma paz frágil, cujo rompimento conduziria à aniquilação mútua destas e dos seus aliados.

Ao estudar os sistemas internacionais, notamos a extensão universal e a estrutura bipolar do campo diplomático, com a formação de blocos em torno das duas potências nucleares. A dialética da paz e da guerra conduziu à guerra fria de hoje: uma combinação permanente de dissuasão, persuasão e subversão (Ibidem, p. 469).

Uma razão porque a Guerra Fria não enveredou pelo caminho de um conflito nuclear, chegando, porém, à beira de um, durante a Crise dos Mísseis em 1962, deduzia-se da percepção da ameaça recíproca de destruição mútua garantida. Todavia, a instaurada “paz nuclear” não foi um fator independente que influía isoladamente, dentro de um vácuo político internacional, sobre a pacificação das relações da Guerra Fria, mas ela se inseria no contexto rígido de uma ordem bipolar do sistema internacional, mantida pelo regime de estabilidade hegemônica das duas superpotências (GADDIS, 1992, p. 171-178).

Os pós-revisionistas ocidentais representavam a Guerra Fria como consequência das três causas geopolíticas – a divisão da Europa, a corrida armamentista, a rivalidade pelo destino do Terceiro Mundo (ARON: 2002, p. 692), relegando o fator do confronto ideológico para o segundo plano.

A dissuasão nuclear na Guerra Fria permitiu, durante um período longo, prevenir a

4 Guerra improvável, paz impossível (tradução nossa).

eclosão de uma terceira guerra mundial, porém, atçou a competição das superpotências no Terceiro Mundo, causando ou ampliando conflitos que poderiam ter sido evitados ou solucionados com uma maior celeridade (SMOKE: 1993, p. 659).

Quatro parâmetros recíprocos: competição nuclear, volume gigantesco de forças convencionais na Europa, prevenção de conflitos na Frente Central na Europa e uma avidez por entrar em choque no Terceiro Mundo - constituem a breve história da Guerra Fria, segundo pós-revisionistas (BOBBITT: 2003).

As reformas democráticas dos anos 80 – início dos 90 na União Soviética que acabaram provocando a extinção do bloco soviético da Guerra Fria e a desintegração do país, trouxeram à tona estudos pós-revisionistas na Rússia. Neles se preconizava o compartilhamento da responsabilidade pelo conflito entre os dois blocos – soviético e ocidental, sobretudo, porque a escola pós-revisionista cresceu à custa de acadêmicos soviéticos e pós-soviéticos, que adotaram posturas críticas com a relação à responsabilidade da União Soviética na Guerra Fria. Alguns deles, como Valentin Falin, criticaram Mikhail Gorbachev pela finalização desequilibrada da Guerra Fria, com base no “novo pensamento” (Apud MIKHAIL GORBACHEV: 2006, p. 399). Outros como ex-embaixador soviético em Washington Anatoly Dobrynin, assinalando que a Guerra Fria era influenciada pelas concepções erradas de ambos os países quanto à eventualidade de uma guerra nuclear (p. 468), reconheciam: “A Guerra Fria foi uma perversão temporária, baseada na ideologia e não em interesses nacionais essenciais, e agora devemos nos livrar da mentalidade da Guerra Fria”⁵ (DOBRYNIN: 1995, P. 639). Terceiros, como Aleksandr Iákovlev, traçando a origem da política da Guerra Fria ao pecado original da revolução bolchevique em 1917, baseavam suas avaliações do fenômeno na responsabilidade moral e política em pé de igualdade com os Estados Unidos, ou mesmo colocando a maior parte da culpa pela condução da Guerra Fria, pela corrida armamentista, pelo comportamento político “espelhado” dos dois lados do confronto, sobre a União Soviética (IAKOVLEV: 2003, p. 230-244). Assim, a Guerra Fria vinha sendo posicionada no âmbito da evolução histórica da Cristandade, “numa edição contemporânea de uma verdadeira cruzada”, em que se chocaram duas extremidades - liberalismo norte-americano e comunismo soviético (Ibidem, 247).

Anatóli Utkin (2005), ao se perguntar se a União Soviética, sua ideologia e seu sistema político foram causas da eclosão da Guerra Fria, analisa a historiografia e documentos estadunidenses e chega à conclusão de que os Estados Unidos construíam os propósitos de uma nova ordem pós-Segunda Guerra Mundial em termos bem divergentes dos da União Soviética. Para os norte-americanos, a Europa enfraqueceu-se depois da Segunda Guerra Mundial e “o centro mundial deslocou-se para o outro lado do Atlântico”. Os Estados Unidos deveriam preencher economicamente “o vácuo da destruição da Alemanha, do Japão e de seus satélites antigos”, transformando o Atlântico e o Pacífico em “lagos americanos”. A “grata Rússia”, ao se ter usufruído das vantagens do *Lend-Lease*, aguardaria “humildemente” a assistência econômica norte-americana, “garantiria sua segurança graças à boa disposição dos Estados Unidos” e faria todas as concessões possíveis na questão alemã, nos Balcãs, na Polônia e no Extremo Oriente. Caso contrário, ela nunca receberia assistência econômica tão necessitada, perderia uma porção significativa das reparações alemãs pós-Guerra, seria privada de sua influência no Irã e

5 The Cold War was a temporary perversion, based as it was on ideology and not essential national interests, and we must now get rid of the Cold War mentality.

recusada de apoio na solução da questão dos Estreitos turcos. Enfim, a bomba atômica seria aquele trunfo indiscutível, que deixaria os Estados Unidos vencer qualquer resistência possível e solucionar qualquer litígio ou controvérsia, porque “um país tão atrasado, como a Rússia” precisaria de décadas para criar a sua arma “absoluta” e estabelecer uma balança militar (UTKIN: p. 18-19).

As percepções ocidentais de uma vitória fácil na Guerra Fria não se concretizaram e se averiguaram bem divergentes da realidade. A União Soviética consolidou-se na Europa Oriental e do Sul e firmou um tratado de ajuda mútua com os seus aliados para se contrapor à OTAN. Em vez de aguardar uma assistência ocidental, empreendeu um programa gigantesco de reconstrução da economia nacional, visando “alcançar e ultrapassar” os Estados Unidos. Contrariamente às “expectativas” norte-americanas, não cedeu às pressões nas questões alemã e polonesa nem empreendeu enfrentamentos militares com o Irã e a Turquia. Em 1949 foi testada a primeira bomba atômica soviética, o que quebrou o monopólio nuclear dos Estados Unidos da América.

Assim continuou a Longa Guerra (BOBBITT, 2003), entre o Ocidente e a Rússia, da qual a Guerra Fria apenas era uma parte.

II. O debate sobre a Guerra Fria no âmbito das teorias de relações internacionais

O maior debate sobre a Guerra Fria referia-se à natureza teórica e epistemológica e às fontes deste conflito global na política internacional e nas relações internacionais em geral que se desenvolveu nas quatro principais vertentes: ideológico-civilizacional, realista, behaviorista e integracionista.

1. O primeiro conceito paradigmático atinha-se à existência de um **conflito ideológico-civilizacional**, num sentido mais amplo, entre duas visões opostas do mundo, incorporadas em dois sistemas políticos, econômicos e sociais – socialismo contra capitalismo, e em duas visões da realidade – liberdade e democracia contra coletividade e progresso. Estes binômios conceituais serviram para a construção de um modelo confrontacional político-militar global, quando as duas principais lideranças mundiais estavam saindo da Segunda Guerra Mundial como superpotências. Nesta dimensão, a Guerra Fria era interpretada como fruto da continuidade de um choque ideológico-civilizacional entre as duas matrizes de mentalidades, que se sedimentaram nas partes ocidental e oriental da Europa e que se chocaram numa cruzada da Guerra Fria.

A divergência ideológico-cultural é assinalada pela cisão cultural e religiosa, tanto entre a Rússia e o Ocidente, que autores ocidentais referenciam nos trabalhos históricos sobre a Rússia tanto czarista como comunista, recuando, na análise do conflito civilizacional entre o Ocidente e o Oriente, ao Grande Cisma do Oriente e do Ocidente em 1054 e posterior a ele. James Billington (1970: p. 79) escreve: “... houve uma ruptura cultural e política decisiva entre a Europa Latina e os Eslavos Orientais Ortodoxos nos séculos XIII e XIV”⁶. Guy Mettan anota, na análise da ruptura entre as igrejas católica e ortodoxa, a rejeição pelo Grão-Ducado de Moscou da proposta da União de Florença de 1439, referente à união das duas igrejas (METTAN: 2016 p. 171). A separação ampliou-se ainda mais, devido à colisão entre a igreja ortodoxa

6 “... there was a decisive cultural and political break between Latin Europe and the Orthodox Eastern Slavs in the thirteenth and fourteenth centuries.

rusa, do Patriarcado de Moscou, e a igreja “uniata”, que foi causada pela união religiosa de Brest de 1596, dissociando eslavos da Lituânia, da Pequena Rússia⁷ e da Rússia Branca⁸, que habitavam territórios sob o domínio da Rzeczpospolita⁹, da autoridade da igreja de Moscou, e transferindo-os para a autoridade do Vaticano (Ibidem, p. 104).

Autores eslavófilos, como Nikolai Danilevsky (2004, p. 52), escrevem sobre como a Rússia é contemplada pelos europeus no século XIX:

Assim, com a nossa concessão de que a Rússia é senão uma Europa nascida, então adotada, chegamos à conclusão de que ela não é apenas um gigantesco pleonasma histórico supérfluo, mas também um obstáculo positivo e muito difícil de superar ao desenvolvimento e à difusão de um verdadeiro ser humano universal, ou seja, a civilização europeia ou germano-românica. Esta visão, de fato, é defendida pela Europa em relação à Rússia¹⁰ (tradução livre).

Uma caracterização do papel universalista da Rússia é proporcionada por Fiódor Dostoievsky (2014):

O povo, sem dúvida, desenvolveu e fortaleceu tal noção de que toda a Rússia vive apenas para isso, para servir a Cristo e proteger toda a Ortodoxia universal dos infiéis¹¹ (p. 171).

Ao mesmo tempo esta visão cosmopolita do povo russo seria contrabalançada pela atitude do Ocidente, no caso pela Europa ocidental:

Estou convencido de que o infortúnio mais terrível teria atingido a Rússia se tivéssemos vencido, por exemplo, a campanha da Crimeia¹² e, então, tivéssemos sobrepujado os aliados! Vendo que somos tão fortes, todos na Europa teriam se rebelado contra nós imediatamente, com ódio fanático. Se tivessem sido derrotados, eles teriam assinado, é claro, uma paz desfavorável para eles, mas nenhuma paz nunca os contentaria. Eles começariam imediatamente a se preparar para uma nova guerra, que tivesse o objetivo de exterminar a Rússia e, o que é mais importante, o mundo inteiro os apoiaria¹³ (p. 187) (tradução livre).

Para entender melhor a continuidade entre a cisão histórica civilizacional-religiosa entre o Ocidente e a Rússia e a conflito ideológico entre o liberalismo e comunismo, o filósofo russo Nikolai Berdiaev (1990), ao descrever a natureza do comunismo na Rússia, explica: “É difícil entender o comunismo russo, devido ao seu caráter dual. Por um lado, é um fenômeno mundial e internacional, por outro, é um fenômeno russo e nacional. É especialmente importante para as pessoas do Ocidente compreender as raízes nacionais do comunismo russo, que é

7 Antigo nome da Ucrânia (Maloróssia)..

8 Antigo nome da Bielo-Rússia (Bêlaia Rus).

9 Rzeczpospolita – união do Reino da Polônia e de Grão-Ducado da Lituânia (1569-1795).

10 И так, при нашей уступке, что Россия если не прирожденная, то усыновленная Европа, мы приходим к тому заключению, что она - не только гигантски лишней, громадный исторический плеоназм, но даже положительное, весьма трудно преодолимое препятствие к развитию и распространению настоящей общечеловеческой, т. е. европейской, или германо-романской, цивилизации. Этого взгляда, собственно, и держится Европа относительно России.

11 В народе бесспорно сложилось и укрепилось такое понятие, что вся Россия для того только и живёт, чтобы служить Христу и оберегать от неверных всё вселенское православие.

12 Guerra da Crimeia (1853-1856)

13 Я убеждён, что самая страшная беда сразила бы Россию, если б мы победили, например, в Крымскую кампанию и воодше одержали бы тогда верх над союзниками! Увидав, что мы так сильны, все в Европе восстали бы на нас тогда тот час же, с фанатичной ненавистью. Они подписали бы, конечно, невыгодный для себя мир, если б были побеждены, но никогда никакой мир не мог бы состояться на самом деле. Они тотчас же бы стали готовиться к новой войне, имеющей целью уже истребление России, и, главное, за них стал бы весь свет.

determinado pela história russa”¹⁴ (tradução livre).

Entre as curiosidades deste enfrentamento civilizacional na política externa norte-americana, o autor revisionista Arnold Offner anota que Truman, no final dos anos 40 – início dos 50, em algumas ocasiões, em que estratégias da Guerra Fria estavam sendo discutidas, referia-se ao “Testamento do Pedro, o Grande” da Rússia, uma falsificação histórica ocidental, que caracterizaria o legado imperialista na política de Stalin (Apud KUZNIK, p. 299, ref. 68) e, conseqüentemente, justificaria o direcionamento “agressivamente intransigente” da política externa estadunidense.

Este conceito cultural-civilizacional na época contemporânea expressa-se e atem-se à Revolução Russa de 1917, com as circunstâncias da intervenção militar norte-americana contra o governo bolchevique no Norte e no Extremo Oriente do país, entre 1919 e 1922, durante a guerra civil na Rússia. O estabelecimento das relações diplomáticas soviético-estadunidenses, em 1933, não acarretou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, em 1939, e do lado da União Soviética, em junho de 1941, até que acontecesse o ataque do Japão em Pearl Harbor em dezembro do mesmo ano. Quando em 1945 a Alemanha, o Japão e outros países do Eixo foram derrotados, em grande parte devido à contribuição decisiva da União Soviética para a vitória sobre o fascismo, a ordem internacional, estabelecida com base nas decisões das Conferências dos Aliados em Teerã, Bretton-Woods, Yalta e Potsdam, começou a ser questionada pelos Aliados ocidentais. A superpotência emergente – os Estados Unidos – retrocedeu na política internacional para a conduta hegemônica, ao proclamar uma doutrina da contenção da expansão comunista soviética. A superpotência comunista – a União Soviética – declarou, por seu lado, uma “contenção” do campo imperialista por intermédio da luta das forças democráticas e antifascistas contra o imperialismo e fascismo, recorrendo aos partidos comunistas e movimentos de libertação nacional, no âmbito da teoria marxista-leninista sobre a luta de classes na arena internacional.

2. O segundo paradigma - **realismo**, tanto o conceito filosófico, quanto o pensamento positivista sobre a política internacional, devia a sua origem às tradições clássicas da política internacional e às lições da Segunda Guerra Mundial, por um lado, e, por outro, ao comportamento diplomático e estratégico das potências na primeira fase da Guerra Fria (HOSLTI: 1998, pp. 41, 45). Realismo partia dos pressupostos, segundo os quais as duas maiores potências vencedoras sobre o fascismo e o nazismo na Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS, foram motivadas pelas considerações de inevitabilidade de guerra entre elas, pelas fontes de medo e de insegurança, pela defesa e alianças, nos moldes dos propósitos de Edward H. Carr, Georg Schwartzberger e, sobretudo, de Hans Morgenthau, cuja obra clássica sobre realismo político “A política entre as nações” veio à luz em 1948, no início da Guerra Fria, e exerceu uma influência importante sobre decisões político-militares doutrinárias nos Estados Unidos.

A corrida armamentista, o dilema de segurança, o jogo de soma zero, crises políticas, diplomáticas e militares foram elementos do ambiente internacional que se encaixavam perfeitamente no padrão de condução de uma guerra, se bem que travada num espaço “mitológico”. Conforme H. Morgenthau (2003):

14 Русский коммунизм трудно понять вследствие двойного его характера. С одной стороны он есть явление мировое и интернациональное, с другой стороны — явление русское и национальное. Особенно важно для западных людей понять национальные корни русского коммунизма, его детерминированность русской историей.

Os efeitos desvirtuadores do receio mútuo se mostram particularmente acentuados quando as políticas externas antagônicas são sobrepostas por ideologias de âmbito mundial, às quais as políticas externas realmente adotadas podem ou não corresponder. Assim, a ideologia comunista da revolução mundial e da comunização do mundo produz em nações não comunistas o receio de que as políticas externas dos países comunistas estejam necessariamente a serviço de um imperialismo mundial. Como consequência, qualquer movimento que um país como a União Soviética ou a China faça no tabuleiro das políticas internacionais não é julgado por seu mérito próprio, mas em função da ideologia política. Por outro lado, como a filosofia comunista parte do princípio de que as nações capitalistas são por natureza belicosas e “imperialistas”, as declarações ocidentais de dedicação à lei e à ordem e de oposição à agressão e à subversão são interpretadas pelas nações comunistas como meros disfarces ideológicos de políticas imperialistas. Essa percepção mitológica da realidade, em cada um dos dois lados, desperta o surgimento de políticas que buscam conter o imperialismo do lado oposto, e essas políticas confirmam, nas mentes de todas as pessoas interessadas, a interpretação mitológica original. Como consequência, as grandes potências se veem enleadas em um círculo vicioso. Primeiro, o medo leva-as a interpretar a realidade em termos de uma ideologia que pode alimentar aquele receio. Em seguida, as medidas por eles adotadas para se proteger do que pode ser um perigo imaginário acabam por confirmar, no outro lado, os receios e a interpretação equivocada da realidade. E então são tomadas contramedidas contra essas medidas, contendo uma confirmação semelhante, e assim por diante. Desse modo, o receio de um lado alimenta o medo do outro, e vice-versa (p. 138-139).


Segundo Dougherty & Pfatzgraff (2003), nos estudos das relações internacionais ao longo de duas décadas, posteriores à Segunda Guerra Mundial, o poder foi reconhecido como conceito central na política de Estados, “concebido como uma combinação de influência persuasiva e capacidade coercitiva, suscetível de ser usada para fins positivos e negativos, como variável da maior importância” (p. 21).

Os reflexos realistas da política externa e militar soviética vieram a ser despertados pelos fatos da subestimação pelos Aliados ocidentais das perdas humanas milionárias, sofridas pela União Soviética na guerra, pela depreciação da sua contribuição para a vitória sobre o nazismo na querela das reparações e, sobretudo, pelo fato da libertação da Europa oriental da ocupação da Alemanha e da insistência soviética na definição de destinos destes países, inclusive a Polônia, a despeito dos desenhos dos Aliados. Porém, uma das causas iminentes, que renunciava a Guerra Fria e que despertou alarmes dos soviéticos, estava ligada aos preparativos de agressão contra a União Soviética nos meses finais da guerra e iniciais da paz.

A Operação Inimaginável (1945) (*Operation Unthinkable*) foi o relatório do JPS (*Joint Planning Staff*¹⁵) britânico, preparado a pedido do primeiro ministro Winston Churchill, em que se examinava o cenário de uma guerra total da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos contra a União Soviética, a ter começado em 01 de julho de 1945, com o fim, primeiro, de expulsar a Rússia da Polônia e, depois, derrotá-la no território soviético. O relatório assegurou “o apoio pleno da opinião pública do Império Britânico e dos Estados Unidos” e indicou a necessidade de uma “guerra total”, da “ocupação das áreas vitais” da Rússia e da “vitória decisiva sobre suas tropas” (REPORT: 1945). O relatório foi baseado na suposição da conclusão de uma eventual aliança soviética com o Japão, embora o governo soviético tenha prometido em Yalta entrar em guerra contra o Japão do lado dos Aliados três meses depois do fim da guerra na Europa e tenha denunciado o pacto de neutralidade com o Japão em cinco de abril de 1945.

O endurecimento das posições da delegação dos Estados Unidos, liderada por Harry Truman na Conferência de Potsdam, e as ações militares norte-americanas nos meses finais da guerra no Extremo Oriente trouxeram novos elementos para que as decisões soviéticas esti-

15 A repartição do Estado-Maior do Exército no Governo de Guerra britânico (1939-1947).



vessem baseadas nas considerações ainda mais realistas. Os Estados Unidos lançaram bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945, demonstrando a superioridade estratégico-militar sobre a União Soviética. Dois meses depois foi elaborado e aprovado pelos JCS (Joint Chiefs of Staff¹⁶) dos Estados Unidos um plano operacional de atacar com bombas atômicas 20 cidades soviéticas (UTKIN: 2005, p. 171). Estes planejamentos, interceptados pela inteligência soviética, provocaram percepções de medo e de insegurança estratégica nos dirigentes soviéticos, quanto às intenções dos Aliados, armados com a superbomba. Os fatos citados e fatores mencionados foram determinantes na mudança da avaliação da política pós-Guerra dos Aliados pela União Soviética e contribuíram para a busca de restabelecimento de equilíbrio estratégico e para a maximização de poder soviético diante dos Estados Unidos.

As primeiras doutrinas militares norte americanas e soviéticas formulam a necessidade da criação de sistemas de defesa e de alianças em uma contraposição aos supostos avanços globais do imperialismo ou do comunismo. Assim, os Estados Unidos formam blocos políticos-militares ocidentais, cujas bases militares cercam a União Soviética. A URSS responde com a massificação de tropas e de armamentos na Europa Oriental e nas regiões da fronteira com os países hostis e forma uma aliança defensiva com os países da Europa Oriental. As superpotências opostas, ao controlar a fidelidade de seus aliados, recorrem à punição e à subordinação destes, na Guatemala, em Cuba, na República Dominicana, por um lado, e na Polônia, Hungria e Checoslováquia, por outro. No contexto deste paradigma, os atores rivais recorriam à luta pelo poder, em níveis globais, rivalizando uma com a outra a fim de segurar seus domínios, projetar suas hegemonias e exercer suas influências estratégicas, políticas, econômicas, à guisa das ideologias e dos discursos divergentes e antagônicos.

A análise realista das relações internacionais na primeira etapa da Guerra Fria subestimava problemas da mudança na política internacional, questões da abordagem normativa, como o direito internacional, assim como métodos científicos de pesquisa (HOLSTI: p. 39), porque na literatura especializada dos anos 40-50 governavam o partidarismo ideológico e a demonização mútua, que ofuscavam a investigação das fontes de ameaças estratégicas mundiais (Ibid.: p. 34). Deste modo, a política, vista através da ótica do paradigma realista, perpetuava a confrontação ideológica, política e militar entre blocos, agravando-a cada vez mais, desde as crises do Irã, da Turquia, de Berlim, da Polônia, até a guerra da Coreia e a Crise de Mísseis no Caribe.

Philip Bobbitt desenvolve a ideia de a Guerra Fria ter sido influenciada pela corrente neorrealista nos Estados Unidos, ainda quando foi aprovada NSC-68 (National Security Council Directive), que institucionalizou a doutrina de contenção e que estabeleceu estruturas políticas, econômicas e militares de sua concretização. Com a nomeação de Dean Acheson Secretário de Estado e de Paul Nitze, diretor do planejamento político, este último o autor da NSC-68, a política externa norte-americana começou a visar objetivos estruturais, avaliando intenções e capacidades dos atores, riscos e possíveis rumos de ações tomadas, estimando o papel das negociações, por um lado (NSC 68: 1950), e, por outro, envolvendo-se em esforços regionais da “blocomania”, construindo assim uma frente global contra a União Soviética. A NSC-68 propunha, como elemento central, uma tese dos *Federalist Papers*, os mais importantes documentos jurídicos de interpretação da Constituição americana. Em referência a Alexander Hamilton (The Federalist No. 28, [26 December 1787]), que afirmou que “Meios a serem empregados

16 Chefes de Estados-maiores das forças armadas estadunidenses.

devem ser proporcionais à abrangência do mal”¹⁷(Ibidem)(tradução livre), a NSC-68 partia dos propósitos do uso da força, sem que o direito internacional fosse respeitado. Continuando a citar The Federalist No. 28, “No caso de sedições e insurreições entre Estados, a ideia de governar sempre pela simples força da lei ... não é cabível. ... Caso tais emergências aconteçam em algum momento sob o governo nacional, não poderia haver outro remédio senão a força”¹⁸ (tradução livre) (Ibid.).

A evolução do paradigma realista durante a Guerra Fria refletiu-se no surgimento da corrente **neorrealista** que se transformou no *mainstream* da política externa estadunidense (VASQUEZ: 1983). Os neorrealistas viram na Guerra Fria tal estrutura das relações internacionais em que Estados pudessem ansiar pelo poder e realizar suas aspirações nacionais, sem se preocupar com a moralidade ou normas jurídicas. A identificação dos interesses vitais devia caber ao Estado decidir sozinho. Caso essa tarefa estivesse em mãos alheias, o Estado deixaria de ser soberano. Todo Estado tinha sempre o direito de agir em defesa de seus interesses vitais. Agindo unicamente de acordo com seus próprios interesses nacionais, os Estados Unidos conduziam o processo da introdução da Alemanha e do Japão à sociedade dos Estados, ignorando o direito internacional e negando a estes Estados o direito de desenvolver suas próprias estruturas de segurança, em virtude de suas soberanias. Alegando que a ordem mundial demandava tal intrusão nas políticas dos Estados derrotados, Dean Acheson acreditava que a intervenção americana não devia submeter-se a nenhuma regra jurídica internacional: “A sobrevivência do Estado não é questão de direito” (Apud BOBBITT: 2003).

Como admitem Keohane e Nye (1989), ambos, o realismo e o neorrealismo, põem a ênfase nas aspirações de Estado ao poder e à segurança e nas ameaças à sobrevivência de Estado. A diferença principal entre os dois é que o neorrealismo apenas reivindica o status de ciência (p. 247), porém, para os dois, a força militar constitui o mais importante recurso de poder na política internacional (Ibidem).

3. O realismo, baseado na maximização do poder e no discurso ideológico, começou a ser questionado pelo **behaviorismo**. A lenta e inconclusiva mudança paradigmática - de realismo a behaviorismo – deve a sua causa principal à exacerbação da corrida armamentista nuclear, que instaurou entre as superpotências uma paz nuclear pelo medo. Nos anos 50-60, as armas nucleares de destruição em massa escaparam da caixa de Pandora dos Estados Unidos e se proliferaram, junto com mísseis balísticos, alterando o cenário da rivalidade entre as superpotências, cujos objetivos recíprocos consistiam em alcançar a superioridade militar de uma sobre outra. O monopólio nuclear e aeroespacial dos Estados Unidos foi quebrado entre 1949 e 1957, quando a URSS produziu as suas bombas atômicas e termonucleares, criou a aviação estratégica e construiu mísseis balísticos intercontinentais, capazes de atingir o território dos Estados Unidos. O armamento nuclear foi acompanhado pela Grã-Bretanha e pela França, do lado ocidental, e, em 1964, pela China comunista. Tal evolução da situação estratégico-militar mundial trouxe à pauta da política internacional a necessidade de estabelecimento de um equilíbrio estratégico-militar, baseado na paridade da dissuasão nuclear entre os dois lados do

17 The means to be employed must be proportioned to the extent of the mischief.

18 seditions and insurrections among the States, the idea of governing at all times by the simple force of law ... has no place. ... Should such emergencies at any time happen under the national government, there could be no remedy but force.



confronto global da Guerra Fria.

O avanço do behaviorismo sobre o realismo começou com o surgimento e a consolidação do paradigma sistêmico-estrutural, atribuído predominantemente a K. Waltz (1979), mas precedido na sua construção por teóricos como Morton Kaplan (1957), Richard Rosecrance (1963), James Rosenau, David Singer, Bruce Russett, Kenneth Boulding, Quincy Wright e outros (Vd. INTERNATIONAL POLITICS: 1969). Conforme esta abordagem, as unidades políticas do sistema internacional estariam relacionadas, em função de sua natureza, pela distribuição de potenciais e pelas regras do ordenamento (Vd. Waltz), e desenvolveriam, conseqüentemente, mecanismos de estabilidade sistêmica.

Os conceitos, elaborados a partir da Teoria Geral de Sistemas de Ludwig von Bertalanffy por Kenneth Waltz (1979), por um lado, e, por outro, os avanços do pluralismo sociológico na área internacional (Stanley Hoffman, Raymond Aron, Guillaume Devin), a corrente, segundo o qual o poder é compartilhado por múltiplos atores e grupos de interesses, resultaram em estudos do sistema internacional, de sistemas regionais, da bipolaridade e da multipolaridade, em estudos estratégicos e de processos de tomada de decisões.

A abordagem sistêmica avançou relativamente pouco na compreensão e na análise da Guerra Fria, limitando-se à explicação de variáveis da incidência da guerra e da paz em sistema internacional e ao argumento estrutural de que a bipolaridade conduza uma maior estabilidade do que a multipolaridade. Conforme Dougherty & Pfaltzgraff, “a probabilidade de desentendimentos e do conflito é menor nas condições de bipolarismo” (p. 159). Paradoxalmente, as hipóteses de David Singer e de Melvin Small (Ibidem) não se confirmaram quanto à eclosão da Primeira Guerra Mundial, que foi deflagrada entre as duas coalizões bipolares. No entanto, a Guerra Fria não provocou tal desfecho nem por percepções dos decisores políticos nacionais, nem por motivo da existência de armas nucleares.

Em referência a John L. Gaddis, que considerou o sistema bipolar mais estável que outros, os sistemas estáveis são definidos pela capacidade de assegurar a sobrevivência de seus membros e de evitar a eclosão de uma guerra a larga escala (GADDIS: 1989, p. 218). Mas com a emergência de um mundo tripolar (Estados Unidos, União Soviética, China) duas das potências tenderiam a coligar-se contra a terceira (YALEM: 1972, p. 1055). Este mundo teria sido mais perigoso do que o mundo bipolar, se a distribuição de recursos entre os dois polos tivesse sido igual e um deles, no caso de ser um Estado revisionista, quisesse juntar seus recursos com o outro polo com o objetivo de destruir um terceiro (SCHWELLER: 1998, p.84-85).

Rosecrance sugeria a existência de um sistema alternativo que combinasse as características de bipolarismo e de multipolarismo, chamado de bimultipolarismo: “os dois maiores Estados agiriam como reguladores do conflito nas áreas externas; mas os Estados multipolares agiriam como mediadores e colocar-se-iam entre as potências bipolares em caso de conflito entre estas” (ROSECRANCE apud DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p.168). Esta visão explicava parcialmente o mundo da Guerra Fria, que foi bipolar nas regiões onde houve alinhamento rígido com uma das duas superpotências, mas não elucidava a mesma característica no Terceiro Mundo que foi arena da rivalidade e de guerras (Ibid., p. 171).

As teorias de polaridade e de estabilidade sistêmica tornaram-se objetos de crítica no sentido de que deveriam ser complementadas por análises empíricas e dados históricos. O principal argumento foi a omissão, nas considerações da estabilidade sistêmica, das considerações estratégicas, referentes a armas nucleares. Foi justamente o advento de armas nucleares que transformou a política internacional, devido à depreciação do papel da ameaça de força que ela desempenharia na barganha internacional (KEGLEY et al.: 2012, p. 99).

Os teóricos deste paradigma cederam na disputa em que o fator da natureza das unidades políticas, na avaliação das causas da guerra e da paz (HOLSTI, p. 20) foi considerado mais relevante do que a distribuição das capacidades e os princípios de ordenamento.

Influenciado pelo estruturalismo sistêmico, John L. Gaddis analisa o fenômeno da Guerra Fria a partir dos seguintes critérios, que cabem dentro das visões neorrealista e neoliberal das relações internacionais: a bipolaridade do poder mundial, a estabilidade hegemônica, compartilhada entre os Estados Unidos e a União Soviética, a dissuasão nuclear, como garantia de tal estabilidade, reforçada pela crescente prevalência da ordem econômica liberal sobre o sistema de economia planejada (GADDIS apud DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 485).

Um dos paradigmas teóricos, referentes à explicação das causas da Guerra Fria, impulsionado pelo behaviorismo, estava baseado na psicologia social, levando em consideração expressões da desconfiança e das percepções erradas dos motivos políticos no conflito entre as superpotências (Jervis (1976), Bronfenbrenner (1961)). Atores desconfiados tendiam a encarar seu comportamento como virtuoso, enquanto o dos adversários como malicioso. Portanto, a Guerra Fria, segundo Kegley et al. (2012, p.89), representou um conflito, enraizado em ansiedade recíprocas, alimentadas por *policy makers* de ambos os lados, que interpretavam erradamente as intenções dos atores rivais.

A Crise de Mísseis, um acontecimento dramático da Guerra Fria, impulsionou estudos de processo decisório e de solução de crises. A análise da crise, feita por Graham Allison, constitui um marco significativo da abordagem behaviorista das políticas dos protagonistas na Guerra Fria (ALLISON: 1972). Este terceiro paradigma passou a atribuir causas da Guerra Fria a fatores cognitivos e subjetivos de política externa e de estratégia militar, de maneira que, em vez de avaliar meramente potenciais de poder, seus fins e meios, passou-se a avaliar objetivos, valores e interesses nacionais, mediante a análise psicológica e perceptual da solução de crise, no contexto das relações diplomáticas bilaterais e multilaterais. O behaviorismo, baseado nas ferramentas científicas, como a psicologia social, a sociologia política, deixava perceber a intencionalidade dos atores internacionais, distinguir conclusões certas de erradas e tomar decisões racionais.

O paradigma acima descrito explica a mudança na conceituação da Guerra Fria que começou em 1962 e que partiu da conscientização pelos decisores da política internacional de que a vontade política não poderá mais ser imposta pela força, inclusive nuclear, esta última devido à eventualidade da retaliação maciça e da aniquilação mútua. As transformações conceituais, provenientes destas mudanças, favoreceram a solução pacífica da Crise do Mísseis, deram impulso à conclusão do Tratado de proibição de testes nucleares em três esferas (1963),

influíram na substituição gradual da doutrina *MAD* (*Mutual Assured Destruction*)¹⁹ pela dissuasão flexível, e, conseqüentemente, na conclusão do Tratado de não proliferação de armas nucleares, baseado no crescimento do potencial cooperativista negociador entre as superpotências e seus blocos respectivos.

4. O período da Guerra Fria entre 1968 e 1990 caracteriza-se pela evolução do pensamento **integracionista**, desenvolvido na Europa em contraposição ao *mainstream* norte-americano. Ele emanou dos países, espremidos pela rivalidade entre as superpotências e desejosos de maior independência delas, com o fim de desenvolvimento econômico, livre de militarização e de conflituosidade. Autores como David Mitrany, Ernst Haas, Karl Deutsch desenvolveram teses teóricas que se confrontaram com conceitos realistas, neorealistas e behavioristas. Os trabalhos de David Mitrany, pioneiro na elaboração da teoria funcionalista, influenciada por ideias da social-democracia, deram impulso à criação das instituições internacionais especializadas, sob a égide da ONU, além das instituições europeias de integração regional. A base da teoria de integração regional foi proposta por Ernst Haas, fundamentada na sua análise da Comunidade Europeia de Aço e Carvão. A maior contribuição teórica para a construção da integração veio de Karl Deutsch (DEUTSCH: 1954; 1967). Nos seus trabalhos sobre a integração, ele contestou a ideia de que a soberania nacional acarreta necessariamente um dilema de segurança para Estados. Na fundamentação do conceito de “comunidade de segurança”, ele defendeu condições sob os quais Estados podem coexistir sem cair no dilema de segurança, de maneira que a soberania poderia resultar tanto em cooperação, quanto em conflito. Ao diferenciar “comunidades de segurança” como “integradas”, “pluralistas” ou “unificadas”, em função do grau de densidade das relações multilaterais e sem que seja necessário um governo comum para todos seus membros, ele assemelhou relações intergovernamentais às relações políticas domésticas e enfatizou a influência de fluxos sociais entre Estados, como comércio, turismo, migração, comunicações sobre estas relações (BATISTELLA: 2003, pp. 570, 574). Karl Deutsch atinha-se ao construtivismo quando contemplava a existência de uma comunidade pluralista do Ocidente com a União Soviética ou quando chegou à conclusão de que à medida de que o sistema internacional se distancia do bipolarismo e se aproxima do multipolarismo, é que se podia esperar que a frequência e a intensidade de guerras diminuam (Idem., p. 583-584).

No contexto da política internacional, o integracionismo europeu desenvolvia-se mediante a aproximação e a integração franco-alemãs, por um lado, e, por outro, numa interação com a diplomacia da *détente*²⁰, iniciada em meados dos anos 60 entre atores dos blocos opostos da Guerra Fria, com a ênfase dos atores europeus. Caracterizada pela convergência de interesses dos Estados europeus dos dois lados da “cortina de ferro” emovida pelas ideias da normalização das relações Leste-Oeste, da solução da “questão alemã”, ou seja, da eliminação da divisão político-territorial da Alemanha e de Berlim, a diplomacia da *détente*, que favorecia a integração econômica e política europeia, veio a sedimentar-se no processo de Helsinque²¹.

19 Destruição mútua assegurada.

20 *Détente* (em francês) – distensão, relaxamento de tensão, desanuviamento. Em linguagem diplomática dos meados do século XX, a *détente* significou a normalização das relações interestatais entre os países dos blocos soviético e ocidental.

21 Em 01 de agosto de 1975 foi celebrada na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, a histórica Ata Final de Helsinque, que inaugurou uma nova fase das relações Leste-Oeste no âmbito da Guerra Fria, dando início ao processo da superação do conflito global, que se costuma denominar na prática diplomática como o “processo de Helsinque”.

A *détente*, um modelo de cooperação na política internacional, emergiu na contraposição à Guerra Fria, significando um distanciamento da política de confrontação e a adoção de estratégias pacíficas e negociadoras entre os dois blocos. O afastamento dos preceitos realistas da política e a evidente influência das abordagens liberais sobre a *détente* foram comprovados pela mudança nas percepções sobre a ameaça de extermínio nuclear mútuo e pela projeção da dimensão econômica, social e humanitária, renunciadas pela interdependência nas relações Leste-Oeste.

Os estudos da *détente* distinguem os dois eixos no processo de Helsinque: a *détente* das superpotências, centrada nos assuntos da segurança recíproca, e a *détente* europeia, focada na integração continental. Por um lado, a diplomacia da *détente* produziu uma gama de resultados penetrantes no controle aos armamentos nucleares, dos quais os mais impactantes foram o Tratado de não proliferação, o Tratado ABM e o Acordo provisório sobre medidas, referentes a limitação de armas estratégicas ofensivas (SALT 1), os dois últimos celebrados entre a União Soviética e os Estados Unidos, em 1972. Por outro, a execução paulatina dos objetivos da Ata Final, adotada em 1975, vinha resultando num relaxamento gradual do controle de migração, de viagens internacionais, de trocas e intercâmbios científicos e estudantis, de comércio e de comunicações. O processo de Helsinque, conduzido num clima de confronto, logrou criar uma plataforma consensual para avanços na área de incremento de confiança (1984-1985) e de redução recíproca de forças armadas e armamentos convencionais na Europa (1973 - 1989), afastando a ameaça da “segunda Guerra Fria” (1980-1984).

O processo de Helsinque adquiriu uma dinâmica própria, que fugiu da lógica da doutrina *kennaniana* de contenção e progrediu em assuntos de segurança europeia, negociados na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, por meio de conexões transversais humanas, sociais e culturais (ROMERO: 2014, p. 699-670).

A *détente*, mediante a negociação multilateral de uma alternativa pacífica de segurança pluralista comum para a Europa, de uma cooperação econômica mutuamente vantajosa e a afirmação de direitos humanos, contribuiu para o esmorecimento e, posteriormente, a rejeição das doutrinas confrontacionistas da Guerra Fria, erodindo, cada vez mais, a “cortina de ferro”. Segundo Anatoly Dobrynin,

A Ata Final de Helsinque ... desempenhou um papel significativo na concretização do longo e difícil processo de liberalização dentro da União Soviética e das nações do Leste Europeu. No final das contas, isso causou mudanças fundamentais em todos esses países que ajudaram a acabar com a Guerra Fria²² (DOBRYNIN: 1995, p. 347, tradução livre).

No entanto, uma grande falha da *détente* foi o seu eurocentrismo. O paradigma da *détente* internacional, que devia ter contemplado conflitos no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, ficou deficiente neste quesito, de maneira que os alvos principais deste paradigma foram super e grandes potências no eixo euro-atlântico e não Estados periféricos do Terceiro Mundo.

A miopia intelectual ou Eurocentrismo resultou tanto em desastres políticos como em deficiência do campo de estudos de segurança. ... O estudo teórico da política internacional durante a Guerra Fria ... ficou atolado na história europeia e relegou o resto do mundo a um status ontológico inferior ... se não à

22 The Helsinki Final Act ... played a significant role in bringing about the long and difficult process of liberalization inside the Soviet Union and the nations of Eastern Europe. This in the end caused the fundamental changes in all these countries that helped to end the Cold War.

ignorância²³ (HOLSTI: 1998, p. 27, tradução livre).

Consequentemente, a Guerra Fria, durante a *détente*, extravasou a sua belicosidade para a periferia não-europeia e não-transatlântica do conflito central do pós-Guerra, na qual a “paz nuclear” não imperava. Os conflitos armados no Terceiro Mundo, entre 1945 e 1991, provocaram a morte de cerca de 20 milhões de pessoas. As superpotências não só se chocavam indiretamente, mediante seus aliados e movimentos armados reciprocamente apoiados, na Coreia, no Vietnã, em Angola, na Etiópia, na Somália, em Nicarágua, mas recorreram às intervenções diretas – os Estados Unidos em Cuba (1961), na República Dominicana (1965), em Granada (1983) e no Panamá (1989); - a União Soviética no Afeganistão (1979). Foi por isto que alguns pesquisadores consideraram as guerras terceiro-mundistas como resultado do colapso da *détente*, entendendo, porém, que ele procedeu das ambições globais das superpotências no Terceiro Mundo (WESTAD: 1997, p. 28), sem afetar, gravemente, o processo de Helsinque *per se* no eixo central de relações internacionais.

Contudo, a situação político-militar na Europa, devido à sua centralidade no conflito Leste-Oeste, apresentava um risco muito maior à paz e à segurança internacionais, do que os conflitos periféricos. Conforme resumido em um estudo historiográfico sobre a Guerra Fria, “o fim da Guerra Fria em si é simplesmente inimaginável ... sem a solução do problema da paz e da estabilidade na Europa (ROMERO, 2014, p. 699, tradução livre).

IV. O debate sobre o fim da Guerra Fria


Este debate refere-se às causas e às interpretações do “fim da Guerra Fria” no contexto dos paradigmas e correntes da história e das teorias de relações internacionais. Evidentemente, as explicações do fim deste confronto são inseparáveis das suas origens, da sua evolução e das suas diferentes fases. Os propósitos deste debate evidenciam o surgimento de uma corrente estruturalista, em que se sobrepõem os debates historiográficos e teóricos de relações internacionais.

A proclamação do “fim da Guerra Fria” acendeu debates, por um lado, sobre a falha das teorias *mainstream* de Relações Internacionais – realismo e liberalismo com suas vertentes - de antecipar este *grande finale* do século XX (GADDIS: 1992, p.44; DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 799), e, por outro, sobre outro acontecimento incomensurável no seu impacto sobre o sistema internacional – a desintegração da superpotência soviética.

Diante do embaraço teórico neorrealista e neoliberal, referente à questão porque a URSS caiu e se desintegrou, Richard Pipes (1997) diz que a Revolução Russa e a desintegração soviética aconteceram *contrariamente* à realidade:

“O czarismo não precisava ter entrado em colapso (p. 13)... as pessoas acreditavam que o czarismo sobreviveria por muito tempo... porque era virtualmente indestrutível. Em ambos os casos - o colapso do czarismo em março de 1917 e o colapso da União Soviética em agosto de 1991 - o mundo foi pego

23 Intellectual myopia or Eurocentrism had helped to lead to both policy disasters and a deficient security studies field. ... International politics as a theoretical study during the Cold War ... was grounded in European history and relegated the rest of the world to a lower ontological status ... if not ignorance.



de surpresa (p.11) ”²⁴.

De acordo com esta corrente explanatória, a desintegração da URSS e o fim de comunismo causaram a cessação da Guerra Fria. Citando Pipes, “Se é preciso mais uma prova, é significativo que assim que a União Soviética se dissolveu e o poder na Rússia passou para um governo democraticamente eleito, [e] que repudiou o comunismo, a Guerra Fria cessou repentinamente” (PIPES: 2002, p. 130).

Esta colocação de Pipes pode ser questionada por meio de uma anotação histórica que coloca o fim declarado da Guerra Fria no mês de dezembro de 1989, quando o fato foi reconhecido em Malta pelos presidentes americano e soviético, embora o desmonte das estruturas da Guerra Fria tenha levado anos, não fosse completado até os dias de hoje, e, inclusive, tivesse se revertido no início do século XXI. Do mesmo modo, o fim da ideologia era um processo que não acabou meramente com a proibição do partido comunista da União Soviética, mas precisou de anos de desconstrução antes e depois de 1991.


As interpretações, decorrentes do paradigma ideológico-civilizacional, e, sobretudo, daquela sua corrente que não reconhece responsabilidade de nenhum outro ator pela eclosão e pela condução da Guerra Fria, senão a da União Soviética, cuja política de expansão e de coerção ideológica e militar alegadamente originou este conflito, omitem argumentos da corrente revisionista de que os Estados Unidos haviam desafiado a União Soviética, mediante a sua política de anticomunismo e da confrontação militar global, no embate pela hegemonia no sistema internacional logo após a Segunda Guerra Mundial.

Fred Halliday (1995) define quatro tendências grandes, que o fim da Guerra Fria acarretou: alteração das relações entre grandes potências; o fim do comunismo; mudança do mapa interestatal; expansão da “democracia” (p. 41-44), supondo que o ano de 1989 findou o período que havia começado com a Revolução Francesa, na sequência da hipótese de F. Fukuyama sobre o “fim da história” (p. 41, 46).

Os estudos civilizacionais, como o de Samuel Huntington, ressaltam que os conflitos da Guerra Fria no Terceiro Mundo aconteceram ao longo das “falhas civilizacionais” identitárias, civis e étnicas e “atraíram atenção relativamente pequena e foram de vez em quando contemplados através do prisma da Guerra Fria” (HUNTINGTON: 1997, p. 255). Sem desprezar as argumentações civilizacionais, é de dizer que a alegação de que todo e qualquer conflito nas “falhas” entre as civilizações e etnias é étnico-civilizacional não possui sustentação teórica sólida ou o convencimento de empirismo prático. Os maiores conflitos da Guerra Fria, como as guerras da Coreia, do Vietnã, entre o Irã e o Iraque, os conflitos na Indonésia e no Camboja, as crises de Berlim e de Mísseis não tinham conotação civilizacional, enquanto muitas guerras civis em Angola, na Etiópia, na Somália e no Afeganistão foram internacionalizadas e atizadas pelas superpotências e seus aliados, conforme filiações étnico-políticas.

A busca de razões para justificar a “longa paz”, deduzindo-as dos acontecimentos momentosos de 1989-1991 na União Soviética, quando a Guerra Fria já estava por terminar, trouxe dificuldades analíticas e teóricas aos estudiosos da área, porque nenhuma mudança estrutural e

24 Tsarism need not have collapsed (p. 13)... people believed that tsarism would survive for a long time to come ... because it was virtually indestructible (p.11). In both cases – the collapse of tsarism in March 1917 and the collapse of the Soviet Union in August 1991 – the world was caught unawares (p.14).



global pacífica, semelhante a esta, havia se verificado antes, e porque nenhuma guerra momentosa havia ocorrido, como tinha acontecido nas épocas da transição de uma ordem mundial para outra. Portanto, na falta de respostas das teorias, explicações políticas e econômicas preliminares resumiam as razões do fim da Guerra Fria, atribuindo-as à exacerbação da corrida armamentista, à rebelião democrática dos povos, à exaustão econômica da União Soviética. Porém, reconhecia-se que nem a corrida armamentista, nem a ineficácia da economia soviética, nem as resistências dentro do bloco soviético tinham o potencial para surtir tais efeitos transformadores (HALLIDAY: 1995, p. 47).

Em busca das razões explanatórias e reflexivas ao debate em tela, quatro principais correntes teóricas convieram a este objetivo, segundo Fred Halliday. Primeira foi o paradigma realista, em que não se distinguia a Guerra Fria de qualquer outro “grande conflito de poder”. Segunda ressaltava a teoria crítica “internalista”, de acordo com a qual a Guerra Fria não foi uma “contestação”, mas um mecanismo de submissão das populações e dos países-clientes, pelos grupos dominantes de cada bloco oposto. A terceira corrente afirmava que foi por causa das “percepções” históricas e individuais “erradas” e exageradas pelas diferenças ideológicas, que a Guerra Fria eclodiu e evoluiu. A quarta corrente admitia a existência de um confronto “intersistêmico” entre os dois sistemas sociais rivais, em que cada um conduzia a sua política com prudência, em função da existência das armas nucleares, mas com o intuito de prevalência de um sobre outro (Ibid., p. 48).

Dialogando com Fred Halliday, considera-se pouco plausível a categorização realista da Guerra Fria como qualquer outro grande conflito na história, parecendo esta comparação inverossímil e incompleta sem que houvesse uma guerra momentosa entre as superpotências ou se desenhasse sua semelhança com uma “guerra santa”, inspirada pela cruzada do anticomunismo contra o comunismo. A hipótese “internalista”, ou seja, um simples controle de aliados e de Estados-clientes, poderia ser uma projeção pacífica da divisão do mundo em esferas hegemônicas, se não existisse uma oposição global das forças armadas, baseadas em armas nucleares, e uma confrontação militar, com o cerco e a estrangulação da União Soviética pelos blocos político-militares e bases aéreas e navais estadunidenses, espalhados pelo mundo. A comparação da Guerra Fria a um jogo de percepções erradas ou incompatíveis encaixava a política decisória das superpotências num âmbito da psicologia social, desprovido da realidade do mundo nuclearizado e das burocracias dos tomadores de decisões políticas e militares, em que um erro virtual, por causa de, no mínimo, uma percepção errada poderia ter levado a uma catástrofe planetária. O argumento “intersistêmico” devolve a discussão teórica sobre a Guerra Fria ao paradigma de Kenneth Waltz, que não responde às perguntas sobre a natureza, as causas, as consequências do conflito e ao porquê do “fim” deste confronto.

Há uma grande disparidade entre as avaliações teóricas realistas e pluralistas quanto aos condicionantes da paz durante a Guerra Fria. Modelsky e Thompson, teóricos de longos ciclos depreciam o papel das armas nucleares e da dissuasão nuclear na manutenção da “longa paz”, em função de processos cíclicos longos e não finalizados, que incluem o fator relativamente recente de armamentos nucleares (MODELSKY e THOMPSON: 1988, p. 97-132). Outros, como John Mueller, antepõem às armas nucleares a tese de que é a obsolescência da própria noção de guerra que é responsável pela “longa paz” e não a ameaça de uso das armas nucleares, baseada

na dissuasão. Esta obsolescência tem a sua raiz na memória da Segunda Guerra Mundial, que age como prevenção da ocorrência de um terceiro conflito global (MUELLER: 1989, p. 240).

Nesta linha de pensamento não se pode excluir o consenso político idealista das superpotências em torno do apelo das Nações Unidas de “unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais” (CARTA, 2001), que favoreceu a diplomacia multilateral e contribuiu para que a Guerra Fria não se transformasse em uma nova guerra mundial, mas seguisse o caminho de soluções político-diplomáticas ou conflitos periféricos.

As “tendências” acima referidas e os aportes, que resumem algumas teses dos estudiosos neoliberais, neorrealistas e civilizacionais da Guerra Fria, foram contrastadas por inúmeros questionamentos complexos da parte de estudos pluralistas e constitutivos de relações internacionais. A que podemos atribuir a “longa paz” na Europa durante o conflito? Porque o Ocidente “venceu” na Guerra Fria se a URSS não foi derrotada num conflito armado? Porque a rivalidade armada e numerosas crises entre o Leste e o Oeste não conduziram a uma terceira Guerra Mundial? Porque a União Soviética optou por entregar o poder e fazer concessões ao Ocidente, impossíveis a imaginar umas décadas e anos atrás, sob a forma da unificação alemã e da retirada da Europa do Leste? Qual foi o papel dos indivíduos, como Mikhail Gorbachev em contraste com as forças da história nestes grandes acontecimentos? (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 798-799).

Saber se a União Soviética teria implodido por si mesma, na ausência da contenção política e militar, exercida pelo Ocidente e dirigida pelos Estados Unidos é uma questão de grande interesse, numa altura em que implicações teóricas do fim da Guerra Fria estão a ser identificadas e avaliadas (Ibid., p. 800).

K. Holsti assinala uma reviravolta nos estudos internacionais, em geral, e com relação à Guerra Fria, em particular, desde o início dos anos 80. Uma onda de estudos “emancipatórios” ou críticos do “projeto iluminista” (Richard Ashley, James Der Derian, Jim George, Robert Cox, Alexander Wendt) descobriu duas contradições teóricas. Primeira, a de que abordagens convencionais das teorias de relações internacionais estavam baseadas na epistemologia positivista que convalidava condições existentes, segundo o princípio: se o mundo é tal, ele deveria continuar como tal, ou seja, sem mudança. Segunda, a de que a interpretação do mundo, mediante teorias gerais e “metanarrativas”, escondia a realidade de fluxos, paradoxos, complexidades e contemplava o mundo unilateralmente à guisa de generalizações disciplinares ortodoxas (HOLSTI, p. 31).

As teorias constitutivas ou reflexivas propuseram a explicação da identidade social da Guerra Fria e a desconstrução do paradigma proposto pelo realismo tradicional e neorrealismo, as disciplinas rotuladas de “atrasadas” (GEORGE: 1994, p. 9-16). Segundo Alexander Wendt, a Guerra Fria era interpretada durante anos mediante a reificação, pela qual cada lado concebia o conflito como causado pela natureza agressiva do Outro e não do Eu. O “novo pensamento” do regime soviético, a conscientização de que foi o próprio comportamento da União Soviética que contribuiu para sustentar a Guerra Fria, levou os dois blocos encontrarem uma saída do impasse comportamental (WENDT: 1998, p. 109). Escusado seria afirmar que o *mainstream* estadunidense persistiu na reificação da abordagem realista acerca da Guerra Fria, declarando a vitória do Ocidente na Guerra Fria após a União Soviética reconhecer que não houve vitoriosos no fim desta guerra.

John Lewis Gaddis, que observa que as relações internacionais não puderam explicar o fim da Guerra Fria, é contestado por teóricos críticos, como Jim George, que afirma que dentro do raciocínio realista não há explicação “racional” para a União Soviética ter aberto mão pacificamente de seu status de poder e de sua autoridade sistêmica (GEORGE: 1994, p. 6).

O construtivismo define tal paradigma explanatório da Guerra Fria, que nos permite considerar os discernimentos que foram excluídos do debate realista positivista sobre a Guerra Fria desde o seu início até o fim. O discurso da “ameaça” soviética entrou nos discursos, estadunidense e britânico, desde 1946, não porque houve uma mudança radical no comportamento soviético pós-Segunda Guerra Mundial, mas porque decisores da política nos Estados Unidos definiram uma nova linguagem, um novo roteiro para interpretar o sentido deste comportamento (Ibid., p. 84). Ambiguidades e ambivalências foram substituídas pelas certezas “fundacionalistas”, marcadas pela reificação do realismo e do anticomunismo na política externa estadunidense, que não admitia tentativas de entendimento mútuo e de negociação (Ibidem). A perspectiva *kennaniana*, construída com base na “natureza da história russa e soviética”, esta última obcecada pela insegurança, ajudou a fundar e engatilhou doutrinas da Guerra Fria, mesmo que as alegações do expansionismo comunista haviam encontrado pouca evidência (Ibid., p. 85). As administrações norte-americanas começaram a construir uma realidade “discursivamente produzida”, criando o arquétipo da Guerra Fria nas relações internacionais para o Ocidente.

Para Jim George, a incapacidade de antecipar ou de prever o fim da Guerra Fria é explicada pelo impasse da ortodoxia realista, mantida durante mais de 40 anos, em conformidade com o “Longo Telegrama”. Richard Ned Lebow ressalta que o abandono pela União Soviética da Europa Central e do Leste, nos anos 80 e 90, visto no Ocidente como uma “rendição” na Guerra Fria, foi absolutamente incompatível com a concepção realista e uma conduta que uma superpotência devesse adotar, diante do dilema de segurança (LEBOW apud DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 486).

Para entender os passos que explicam esta mudança paradigmática, a referência à essência da política do “novo pensamento” de Mikhail Gorbachev é mais do que cabível. Baseadas na renúncia aos preceitos da teoria leninista de imperialismo, as teses do novo governo soviético, desde 1985, de que as relações internacionais não são mais um campo de luta de classes e de que não poderá haver vencedores em um conflito nuclear, abriram caminho à “desideologização” da política externa, ao desarmamento nuclear e convencional e a um ambiente de confiabilidade nas relações com os Estados Unidos e com o Ocidente.

O embaixador americano durante a perestroika soviética Jack Matlock (p. 649) escreve:

Para entender por que a Guerra Fria terminou em 1989 em vez de 2089 e a União Soviética entrou em colapso em 1991 em vez de 2091 - e por que este último ocorreu com pouca violência no coração do império - devemos pensar sobre as decisões que as pessoas realmente tomaram. Tendências sociais e econômicas impessoais podem ter moldado o ambiente em que as decisões foram tomadas, mas foram as decisões tomadas pelos líderes políticos que determinaram o momento e o caráter dos eventos²⁵ (tradução livre).

25 To understand why the cold war ended in 1989 rather than 2089 and the Soviet Union collapsed in 1991 rather than 2091 – and why the latter occurred with little violence in the empire’s heartland – we must think about the decisions actual people made. Impersonal social and economic trends may have molded the environment in which decisions were made, but it was the decisions made by political leaders that determined the timing and the character of events.

Vendulka Kúbalkóva entende que “é bem correto dizer que Gorbachev sozinho desmantelou a estrutura da Guerra Fria” (2001, p. 140):

Minha resposta, então, à pergunta quanto ao significado do “novo pensamento” soviético e ao fim da Guerra Fria é esta: O colapso da União Soviética e a desintegração da estrutura social chamada União Soviética foram consequências não intencionais de escolhas racionais que Gorbachev fez²⁶ (Ibid., p. 141, tradução livre).

A política de Gorbachev, que visava a negociação entre as superpotências, o desarmamento voluntário pela parte soviética, o fim do bloco soviético, a democratização dentro da União Soviética, junto com a política da *détente*, que foi um formato político e um processo diplomático multilaterais, concretizados com o intuito de criar uma alternativa pacífica de segurança pluralista comum para a Europa, contribuíram para a desconstrução e a negação da Guerra Fria. Cabe reconhecer que, sem a celebração dos tratados de porte, como o Tratado soviético-americano sobre a eliminação de mísseis de alcance intermediário (1987), sem as negociações “dois mais quatro” (1989-1990), que resultaram na celebração do Tratado sobre a solução definitiva da questão alemã (1990) e na reunificação alemã, em 03 de outubro de 1990, bem como sem o Acordo soviético-americano START 1 (1991), a Guerra Fria e a depreciação de suas doutrinas não teriam acontecido tão cedo.

Conclusão

O triunfalismo do Ocidente, referente à “vitória” do Ocidente sobre a União Soviética na Guerra Fria, equivaleu à continuação dos mesmos discursos da Guerra Fria, referentes à reificação do Eu sobre Outro. Para analisar este padrão de comportamento voltaremos ao próprio fenômeno da Guerra Fria.

1. Em primeiro lugar, a Guerra Fria não foi uma guerra no sentido convencional, porque não havia sido travada em campos de batalha, mas se realizava no âmbito “ideacional”. Como escreve James Rosenau, “... a Guerra Fria não foi senão um conjunto de premissas, aceitas universalmente, que uniam os Estados Unidos e a União Soviética em uma disputa por influência e poder, hostil, competitiva e ideológica” (GOVERNANÇA, 2000: p. 28). Em segundo lugar, esta “guerra” não teve vencedores, porque ela se “finalizou” com base na estratégia cooperativista “win-win” (ganhe-ganhe). Nesta estratégia não somente as superpotências ganharam mutuamente, mas todo o mundo e todas as nações ganharam, porque o “fim” da Guerra Fria “encadeou-se com a aceleração da mundialização econômica e financeira”(LAÏDI: 2004, p. 185-186), destravou o desenvolvimento mundial e impulsionou a globalização.

Nesta análise, é indispensável ter um desdobramento entre o “fim” da Guerra Fria, por um lado, e, por outro, o fim da ideologia comunista na União Soviética e o fim da própria União Soviética, que geralmente são confundidos e acoplados em estudos teóricos de relações internacionais (Vd. HALLIDAY; HOLSTI; GEORGE). Porém, uma testemunha do fim da Guerra Fria, o então embaixador estadunidense em Moscou Jack Matlock afirma: “... o fim da Guerra Fria, o fim do comunismo como sistema de governo na URSS e o fim da própria União So-

26 My answer, then, to the question regarding the significance of Soviet “new thinking” and the end of the Cold War is this: The collapse of the Soviet Union, and the disintegration of the social structure called the Soviet Union, were unintended consequences of rational choices that Gorbachev made.

viética... Esses três eventos estavam intimamente ligados, mas são separados, tanto no tempo quanto na lógica”²⁷ (MATLOCK: 1995, p. 648, tradução livre).

Os três acontecimentos: a desintegração do bloco soviético (1990), o desmoronamento da ideologia (1985 - 1991) e a implosão da própria União Soviética (1991) aconteceram: a) depois do “fim” da Guerra Fria, reconhecida pelos Estados Unidos na cúpula soviético-americana em Malta (1989) e pela Cúpula de Paris da OSCE (1990); b) por motivos e por decisões internas, sem a necessária causalidade com o fim da Guerra Fria. Conseqüentemente, os atos da finalização da Guerra Fria, da extinção do partido comunista da União Soviética, em consequência do golpe contra Gorbachev, e do término da existência da URSS, aprovado pelos líderes das repúblicas soviéticas, foram decisões políticas soberanas, tomadas pelos próprios dirigentes soviéticos, sem qualquer pressão ou ditame, vindos do exterior.

Um conceito, que define melhor que qualquer outro, o “fim” da Guerra Fria, é “a paz sem vencedores”. Ele pertence a Woodrow Wilson (PRESIDENT WOODROW WILSON: 1917) e foi declarado um pouco antes que os Estados Unidos entrassem na Primeira Guerra Mundial, quando, alegadamente, ainda houvesse chances de uma finalização do conflito.

Uma vitória significaria uma paz imposta ao perdedor. ... Somente uma paz entre iguais pode durar. Apenas uma paz cujo próprio princípio é a igualdade e uma participação comum em um benefício comum²⁸ (Ibidem, tradução livre).

Resumindo, a Guerra Fria não teve vencedores ou perdedores, porque o seu “fim” trouxe benefícios para todas as partes participantes e não participantes: superpotências, aliados recíprocos, não-alinhados, os países do mundo desenvolvido e em desenvolvimento em geral. As duas décadas após o “fim” da Guerra Fria deram impulsos nunca vistos antes ao desenvolvimento econômico, industrial, comercial, tecnológico e humano, agravados assimetricamente pela globalização e pela expansão das ameaças globais.

2. Em segundo lugar, podemos afirmar que o pretense “fim” da Guerra Fria não aconteceu e a “guerra”, que havia sido proclamada como terminada, de fato não acabou. Fred Halliday escreve sobre “os negócios inacabados, herdados da Guerra Fria”, que foi um “episódio”, “uma fase do conflito” com o Ocidente (p. 59).

Enquanto da finalização da Guerra Fria e da negociação da reunificação alemã, a União Soviética, ainda apostando na possibilidade da neutralização da Alemanha e numa eventual extinção da OTAN, negociava com os líderes europeus, incluindo antigos membros do Pacto de Varsóvia, o projeto de uma confederação de Estados europeus, denominado “casa comum europeia”, que seria vinculado e concretizado no âmbito do processo de Helsinque, tornando a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia seu órgão principal (GORBACHEV, 1996; REY, 2008, p. 29). Contando com a reciprocidade da OTAN de construir uma ordem de segurança que incluísse todos os atores do processo, os países-membros do Pacto de Varsóvia declararam, em 25 de fevereiro de 1991, a extinção da aliança. Por esta razão, a União Soviética e, posteriormente, a sua sucessora, a Federação da Rússia, vieram a retirar forças armadas da

27 ... the end of the Cold War, the end of communism as a system of rule in the USSR, and the end of the Soviet Union itself These three events were intimately connected, but are separable, both in time and in logic.

28 Victory would mean peace forced upon the loser. ... Only a peace between equals can last. Only a peace the very principle of which is equality and a common participation in a common benefit.

Europa Oriental: da Checoslováquia e da Hungria, em 1990-1991, da Polônia e da Lituânia, em 1993, da Alemanha, da Estônia e da Letônia, em 1994.

Em contraste com a extinção do Tratado de Varsóvia, o único bloco dos países socialistas na Guerra Fria, não houve desmonte das instituições da Guerra Fria pelo Ocidente, tais como os blocos político-militares, como a OTAN, os tratados de segurança dos Estados Unidos com o Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas, das centenas de bases aéreas e navais estadunidenses que haviam sido instaladas para “defender o mundo livre contra a expansão comunista”. De modo contrário, começou a expansão da OTAN em direção ao Leste, estabelecendo estruturas militares não só no espaço do antigo bloco soviético (a Polônia, a Hungria, a República Checa, a Eslovênia, a Eslováquia, a Bulgária, a Romênia, a Albânia, a Croácia, o Montenegro), mas também nos países da antiga União Soviética (a Lituânia, a Letônia, a Estônia), e também parcerias com a Ucrânia, a Geórgia, a Armênia.

Os arquétipos da Guerra Fria voltaram tanto ao discurso político e diplomático, quanto à mentalidade e aos estereótipos do binômio do Eu e do Outro. Os Estados Unidos da América definiram nas suas doutrinas políticas e estratégias militares os seus “novos” principais “adversários” – a Rússia e a China²⁹ (NATIONAL: 2017, p. 2), os países que num novo mundo multipolar foram indicados como sérias ameaças à hegemonia universalista estadunidense. Junto com o Irã, um ator islâmico perturbador da “estabilidade” norte-americana do Oriente Médio, e a Coreia do Norte, um regime autoritários nuclear, a China e a Rússia entraram no rol dos vilões das relações internacionais, segundo a visão norte-americana, sem se esquecer de Cuba e da Venezuela. O importante é que as escolhas políticas estadunidenses têm sido unânimes tanto nas administrações democratas como republicanas, demonstrando a solidariedade bipartidária “universalista” no sentido de dar nomes ao(s) Inimigo(s) nesta nova etapa da Guerra Fria, novamente atribuída ao Outro.

O discurso estadunidense da nova Guerra Fria voltou a condenar o comunismo chinês, o autoritarismo expansionista russo, o radicalismo fundamentalista iraniano (POMPEO: 2020), inserindo o arquétipo ideológico na estratégia deste novíssimo confronto global.

O processo de desarmamento nuclear e convencional que caracterizou os anos da *détente*, anteriores e posteriores ao “fim” da Guerra Fria, teve uma parada e um reverso desde os anos 2000. O abandono pelo Estados Unidos dos principais tratados da *détente* – do ABM, em 2001, do TLACE, em 2011, do Tratado sobre a eliminação de mísseis de alcance intermediário, em 2019, do Tratado dos Céus Abertos, em 2020, provocando a reação recíproca da Rússia, sucessora dos tratados soviético-americanos sobre o desarmamento nuclear e convencional e sobre as medidas de confiança, refletiu o enfraquecimento do regime internacional do controle de armamentos e a crescente militarização das relações. A Rússia deu início ao programa de modernização de seus armamentos e forças armadas. A China desenvolveu e aprimorou suas forças estratégicas nucleares, espaciais e navais. Tais ações, causadas pelo esfacelamento dos mecanismos de desarmamento, de dissuasão e de controle aos armamentos, vêm colocando as relações entre grandes potências num patamar de enfrentamento, semelhante ao do auge da Guerra Fria.

29 A China e a Rússia desafiam o poder, a influência e os interesses americanos, tentando erodir a segurança e a prosperidade dos Estados Unidos. (tradução livre do original: “China and Russia challenge American power, influence, and interests, attempting to erode American security and prosperity”).

Philip Bobbit, ao reparar que os Estados Unidos haviam adotado três objetivos estratégicos – dissuasão, coerção e tranquilização, argumentou que, com base nas teorias de estratégia nuclear, estes objetivos seriam ultrapassados pela tecnologia, quando a dissuasão for atropelada por um golpe de retaliação; pela proliferação e pelo armamento nuclear dos países fracos, que enfrentariam potências nucleares em caso de coerção; e por a garantia tranquilizadora de um guarda-chuva nuclear com relação aos aliados ameaçados ser difícil de assegurar em condições de multipolaridade (BOBBITT, 2003, p. 9-12).

Novos domínios caracterizam a intensificação desta nova Guerra Fria, tais como comércio internacional, agravada pela guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, como a guerra tecnológico-informacional, em que a China tem sido acusada de uso das tecnologias para os fins de espionagem e de sabotagem no Ocidente, resultando na campanha global anti-chinesa contra a tecnologia 5G, e a Rússia tem sido “punida” mediante sanções, impostas pelos Estados Unidos pelos alegados ataques cibernéticos. Outro domínio que começa a ser atrelado à Guerra Fria é o espaço cósmico, que enfrenta a ameaça real de militarização.

Passou um quarto de século desde o “fim” da Guerra Fria para que pudéssemos constatar a eclosão de uma nova guerra fria na cena internacional. Na realidade, a Guerra Fria nunca acabou, mas apenas retornou de seu estado de hibernação, em que era ofuscada pelos desafios da globalização e das ameaças globais.

A Guerra Fria ressuscitou-se como mecanismo global de regulação de crises, com base em modelos de coerção e de dissuasão nas relações entre os Estados Unidos e outras grandes potências, sempre a um triz de um conflito armado global. A animosidade do discurso ideológico universalista dos Estados Unidos com que se enfrenta o “revisionismo” da Rússia, da China, do Irã e de outros países, que não se conformam com a política externa estadunidense, indica um retorno aos padrões de comportamento, característico para os anos 1946-1947. Porém, nesta nova fase da evolução científica e tecnológica, a coerção, a dissuasão e a tranquilização poderiam se tornar instrumentos insuficientes ou mesmo inúteis para evitar uma terceira guerra mundial.

Bibliografia:

- Aliano, Richard A. (1978) *The crime of world power: politics without government in the international system*. New York: G.P. Putnam's Sons.
- Allison, Graham T.(1999) *The Essence of Decision: explaining the Cuban Missile Crisis*. New York: Longman.
- Aron, Raymond (1948). *Le Grand Schisme*. Paris:Gallimard.
- Aron, Raymond (2002). *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: UnB, IPRI.
- Arthur Schlesinger Jr.(1967)*Origins of the Cold War*.*Foreign Affairs* Vol. 46, No. 1 Oct., pp. 22-52
- Batistella, Dario (2003). *L'apport de Karl Deutsch à la théorie des relations internationales*. *Revue Internationale de Politique Comparée*, Vol. 10, nº 4.

Berdiaev, Nikolai (1990). Fontes e essência do comunismo russo. Moscou: Nauka. Disponível em: [Н.А.Бердяев. Истоки и смысл русского коммунизма. ВВЕДЕНИЕ \(vehi.net\)](#)

Billington, James (1970). The Icon and the Axe: An Interpretive History of Russian Culture. New York: Vintage Books.

Bobbitt, Philip (2003). A guerra e a paz na história moderna: o impacto de grandes conflitos e da política da formação das nações. Rio de Janeiro: Campus.

Bronfenbrenner, Urie. (1961) The mirror-image in Soviet-American relations: a psychologist's report. Journal of Social Issues, XVII (3), pp. 45-57.

(The) Cambridge History of the Cold War (2010). Volume I. Origins. Ed. by Melvin Leffler and Odd Arne Westad. Cambridge: Cambridge University Press.

Carr, Edward Hawlett (2001). Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: UnB, IPRI.

Danilevsky, N. Ia. (1995) Rossia i Evropa. Vzgliad na kul'turnyie i politicheskyie otnosheniia slaviánskogo mira k romano-guermánskomu (Данилевский, Н.Я.РоссияиЕвропа). Glagol, Sankt-Peterburgskii Universitet.

David Mitrany (1966). A working peace system. Chicago: Quadrangle Books.

Devin, Guillaume (2010). Sociologia das Relações Internacionais. Salvador: Edufba.

Dobrynin, Anatoly (1995). In confidence: Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents (1962 – 1986). New York: Times Book, Random House.

Dougherty, James E. & Robert L Pfaltzgraff Jr. (2003) Relações internacionais – as teorias em confronto: um estudo detalhado. Lisboa: Gradiva

(The) Federalist No. 28, (26 December 1787). Disponível em <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-04-02-0185> Acesso em 09 de janeiro de 2021

Gaddis, John Lewis (1989). The long peace: inquiries into the history of the Cold War. New York: Oxford University Press.

Gaddis, John Lewis (1991). Towards the Post-Cold War World. *Foreign Affairs*, 70, (Spring).

Gaddis, John Lewis (1992). The United States and the End of the Cold War. Implications, Reconsiderations, Provocations. N.Y., Oxford University Press.

Gaddis, John Lewis (1997). We now know: Rethinking Cold War History. N.Y.: Oxford University Press.

Gaddis, John Lewis (2005). Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War. New York: Oxford University Press

Garthoff, Raymond (1994). The Great Transition: American-Soviet Relations and the End of the Cold War. Wash.: Brookings Institution.

George, Jim (1994). Discourses of global politics: a critical (re) introduction to international relations. Lynne Rienner Publishers: Boulder (Col.)

Gorbachev, Mikhail (1996). *Memoirs*. Doubleday, New York.

Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial (2000). James N. Rosenau & Ernst-Otto Czempiel (orgs.). Brasília: UnB.

Guterres, António. Stand firm or face a new Cold War, Guterres warns Europe. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-germany-un-charlemagne-prize/stand-firm-or-face-a-new-cold-war-guterres-warns-europe-idUSKCN1T01HS> Acessado em 31 de maio de 2019.

Haas, Ernst B. *The Uniting of Europe*. London: Stanford University Press, 1958.

Haas, Ernst B. *Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization*. Stanford: Stanford University Press, 1964

Halliday, Fred (1995). The end of the Cold War and international relations: some analytic and theoretical conclusions. In: *International relations theory today*. Ed. By Ken Booth and Steve Smith. The Pennsylvania State University Press.

Hoffmann, Stanley (1977). An American Social Science: International Relations, *Daedalus*, 106 (3): 41–60.

Holsti, Kal J. (1998) Scholarship in an era of anxiety: the study of international politics during the Cold War, In: *The Eighty Years' Crisis (1919-1999)*. Ed. By Tim Dunne, Michael Cox and Ken Booth. Cambridge: Cambridge University Press.

Iákovlev, Aleksandr (2003). *Súmerki*. Moscou: Materik

International Politics and Foreign Policy: a reader in research and theory (1969). Edited by James N. Rosenau. New York: Free Press.

Jervis, Robert (1976). *Perception and misperception in international politics*. Princeton: Princeton University Press.

Kaplan, Morton (1957). *System and Process in International Politics*. New York: Wiley.

Kennan, George (1946). George Kennan's "Long Telegram", February 22, 1946, History and Public Policy Program Digital Archive and Record Administration, Department of State Records (Record Group 59), Central Decimal File, 1945-1949, 861.00/2-2246. Disponível em <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>

Kegley, Charles W. Jr., Raymond, Gregory A. (2012) *The Global Future. A Brief Introduction to World Politics*. 4th ed. Boston (MA): Wadsworth.

Keohane, Robert O., Nye, Joseph S. (1989) *Power and Interdependence*. 2nd edition. [New York]: Harper.

Koselleck, Reinhart (1989). Social and Conceptual History. *International Journal of Politics, Culture, and Society*. Vol. 2, No. 3 (Spring), pp. 308-325

Laïdi, Zaki (2004). Cap.7. O tempo mundial. In : Smouts, Marie-Claude. *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB.

Lebow, Richard Ned (1994). *The long peace, the end of the Cold War, and the future of realism*.

International Organisation, 48, Spring.

Loth, Wilfried (2002). *Overcoming the Cold War: A History of Détente, 1950-1991*. New York: Palgrave.

Loth, Wilfried and SOUTOU, George (Orgs.) (2010) *The Making of Détente: Eastern Europe and Western Europe in the Cold War, 1965-75*. New York: Routledge.

Lucas, Edward (2009). *The New Cold War. How the Kremlin Menaces both Russia and the West*. London, Oxford: Bloomsbury.

Matlock Jr., Jack F. (1995) *Autopsy on an empire. The American ambassador's account of the collapse of the Soviet Union*. New York: Random House.

Mettan, Guy (2016). *Russie-Occident. Une guerre de mil ans. La russophobie de Charlemagne à la crise ukrainienne*. Genève, Des Syrtes Eds.

Mikhail Gorbachev i guermanskiy voprós. Sb. documentov (2006). (Mikhail Gorbachev e a questão alemã. Coletânea de documentos 1986-1991. Sost., predisl. i primech. A.A. Galkina, A.S. Tcherniáeva/Gorbachev-Fond. Moscou: Izdatelstvo "Ves' Mir", 2006.

Models, G. & Thompson, W. (1998) *Sea power in global politics, 1494-1993*. London: Mac-Millan.

Morgenthau, Hans J. (2003) *A política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: UnB, IPRI.

Mr. X (Kennan, George F.) (1947) *The sources of Soviet conduct*. *Foreign Affairs*, XXV, No. 4, July 1947.

Mueller, John (1989). *Retreat from Doomsday: the obsolescence of major war*. New York: Basic Books.

Munhoz, Sidnei J. (2020) *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris

Munhoz, Sidnei J. (2004) *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: *O século sombrio: guerras e revoluções do século XX*. Francisco Carlos Teixeira da Silva (org.). Rio de Janeiro: Elsevier.

National Security Strategy of the United States of America. December 2017. United States. White House Office. Disponível em <https://www.hsdl.org/?collection&id=4>

NSC 68. A Report to the National Security Council "United States Objectives and Programs for National Security", Washington, DC, April 14, 1950

Pipes, Richard (1974). *Russia under the Old Regime*. New York: Scribner's

Pipes, Richards (1997). *Three "Whys" of the Russian Revolution*. New York: Vintage Books.

Pipes, Richard. (2002). *O comunismo*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Pompeo, Mike (2020). *Communist China and the Free World's Future*. Speech. July, 23. Disponível em <https://www.state.gov/communist-china-and-the-free-worlds-future/>

President Woodrow Wilson, "Peace Without Victory" speech, January 22, 1917. 64th Cong., 23 Sess., Senate Document No. 685: "A League for Peace."

Report from the British Military leaders to Prime Minister Winston Churchill on the chances of 'Operation Unthinkable' -a surprise attack on the USSR, 22 May 1945 (Catalogue ref: CAB 120/691)Disponível em : ['Operation Unthinkable' - The National Archives](#)

Rey, Marie-Pierre. "Gorbachev's New Thinking and Europe, 1985-1989". In: Bozo, Frédéric; Rey, Marie-Pierre; Ludlow, N. Piers; NUTI, Leopoldo (Orgs.). Europe and the End of the Cold War. A Reappraisal. Ed. By L., N.Y.: Routledge, 2008, p. 23-35.

Romero, Federico. "Cold War historiography at the crossroads". *Cold War History*, 2014, Vol. 14, No. 4, p. 685-703.

Rosecrance, Richard (1963). Action and Reaction in International Politics. Boston: Little, Brown.

Schwarzenberger, Georg. (1964) Power politics: a study of world society. London: Stevens.

Schweller, Randall L. (1998) Deadly imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest. New York: Columbia University Press.

Singer, David. (ed.) (1968). Quantitative International Politics. New York: Free Press.

Smoke, Richard (1987). National Security and the Nuclear Dilemma: An introduction to the American Experience. New York: Random House.

Utkin, Anatóli (2005). Mirovaia Kholódnaia Voiná (A Guerra Fria Mundial). Moscou: Eksmo, Algoritm.

Valle, Alexandre Del (2003). Guerra contra a Europa. Rio de Janeiro: Bom Texto.

Vasquez, John A. (1983) The power of power politics: a critique. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Waltz, Kenneth (1979). Theory of International Politics. New York: McGraw-Hill

Wendt, Alexander. On constitution and causation in international relations. In: The Eighty Years' Crisis (1919-1999). Ed. By Tim Dunne, Michael Cox and Ken Booth. Cambridge: Cambridge University Press

Westad, Arne Odd. (1997) "The Fall of Détente and the Turning Tides of History". In: *The Fall of Détente. Soviet-American Relations during the Carter years.*Oslo: Scandinavian University Press.

Yalem, Ronald (1972). Tripolarity and the international system. Orbis (Winter).

Zhdanov, Andrei. Doklad A. Zhdanova. 22.09.1947. "The Zhdanov Report (22 September 1947)".Disponível em: https://www.cvce.eu/en/obj/the_zhdanov_report_22_september_1947-en-914edbc9-abdf-48a6-9c4a-02f3d6627a24.html

A TURQUIA E O IRÃ NA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO DURANTE A GUERRA FRIA

Lucca Simonetti Munhoz¹

RESUMO

O artigo examina a política externa e militar dos Estados Unidos, conduzida a fim de conter a influência soviética no Cáucaso e no Oriente Médio, bem como analisa as doutrinas da Guerra Fria, na sua fase inicial, como as de contenção, Truman, Eisenhower, as doutrinas posteriores e documentos correlatos. Afirma-se que a Turquia e o Irã, países do Grande Cáucaso, passaram a ser pilares para a sustentação da estratégia estadunidense para o Oriente Médio e o Mediterrâneo Oriental. Aqueles países, relacionados com os Estados Unidos por meio do bloco político-militar CENTO, serviram inicialmente como atores principais das doutrinas da Guerra Fria no Cáucaso, no Mar Negro, no Mediterrâneo Oriental, com extensão ao Oriente Médio, até que este bloco da Guerra Fria entrasse na obsolescência e se dissolvesse, ao ter sepultado aquelas doutrinas consideravelmente antes do fim da Guerra Fria.

Palavras-chave: Guerra Fria. Doutrinas. Política externa estadunidense. Irã. Turquia. Pacto de Bagdá. CENTO.

Abstract

The article examines the US foreign and military policy to counter the Soviet influence in the Caucasus and the Middle East as well as analyzes the doctrines of the Cold War, in its early stage, such as those of containment, Truman, Eisenhower and following doctrines and correlated documents. It is asserted that Turkey and Iran, countries of the Greater Caucasus, were made pillars to support the American strategy in the Middle East and the Eastern Mediterranean. Those countries, related to the United States through the political-military bloc of CENTO, served initially as key players of the Cold War doctrines in the Caucasus, the Black Sea, the Eastern Mediterranean, with an extension to the Middle East, until that bloc of the Cold War entered into obsolescence and was dissolved, to have buried those doctrines well before the end of the Cold War.

Keywords: Cold War. Doctrines. US foreign policy. Iran. Turkey. Baghdad Pact. CENTO.

1 Graduando de Relações Internacionais pela UFRJ, membro do GPPI e do LEPCáucaso, Bolsista PIBIC/CNPQ do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, e-mail: lsimonettimunhoz@gmail.com
Orientado pelo Prof. Dr. Alexander Zhebit, professor associado pela UFRJ, coordenador do GPPI e do LEPCáucaso, e-mail: alex@cfch.ufrj.br

1. Introdução

A Guerra Fria foi convencionada como o período desde 1947 até 1989, dentro do qual a política internacional foi caracterizada pela confrontação de duas superpotências disputando a hegemonia global. Os Estados Unidos da América e a União Soviética, liderando seus respectivos blocos político-militares, empreenderam, ao longo do período, uma série de estratégias e doutrinas com a intenção de adquirir o alinhamento de outros Estados ao seu próprio projeto hegemônico global a fim de derrotar o adversário.

Durante o período inicial do conflito, as superpotências buscaram formular grandes estratégias. Os Estados Unidos, inspirados pelo “longo telegrama”² do oficial diplomático em Moscou, George F. Kennan, delinearam, em 1950, uma doutrina de contenção que se baseava no estabelecimento de “regimes amigáveis” ao redor das fronteiras da União Soviética com a intenção de reduzir o poder e a influência do poder soviético (NSC-68, 1950, p. 56, tradução livre), impedindo a expansão de sua zona de influência e de governos alinhados ao Estado soviético. A doutrina se baseava, portanto, na contenção do poder político, ideológico e militar soviético, e, dentre suas muitas vertentes precisava contar com o alinhamento de uma série de Estados estrategicamente selecionados e posicionados nos flancos do território soviético e na Ásia, incluindo regiões como o Oriente Médio, o Extremo Oriente, e o Sudeste Asiático.

Dentre estes, um dos mais relevantes foi o Oriente Médio, que até o final da Segunda Guerra Mundial era considerado uma zona de influência colonial e pós-colonial anglo-francesa. Desde o início da Guerra Fria, o Oriente Médio tornou-se uma área de intensa disputa política, econômica e ideológica entre as duas superpotências. Com o enfraquecimento gradual da influência dos Estados imperiais europeus no Oriente Médio e no Mediterrâneo Oriental, a região veio a se tornar um palco do exercício incremental da hegemonia dos Estados Unidos. Para aumentar a sua influência sobre as nações em estado progressivo de descolonização, Washington empregou uma série de doutrinas e estratégias, sendo duas das mais famosas as doutrinas Truman (1947) e a Eisenhower (1957), voltadas ao estabelecimento de uma zona de contenção contra a União Soviética no Mar Negro, no Cáucaso, no Golfo Pérsico, e no Oceano Índico. Essas estratégias seriam amplamente executadas de acordo com o exposto na NSC-68, um documento ultrassecreto do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos que, além de explicitar os motivos ideológicos da ameaça soviética e do perigo da adição de armas nucleares ao seu arsenal, detalhava os objetivos e intenções das duas superpotências e planejava o curso de ação a ser tomado por Washington.

Dessas estratégias surgiu o projeto da organização do pacto de Bagdá³, que compreendia, além do Reino Unido, uma série de quatro Estados (Turquia, Iraque, Irã e Paquistão) localizados ao sul da União Soviética e cuja posição estratégica e capacidade político-militar os tornou peças-chave na estratégia estadunidense de contenção. Dentre estes, em especial a República da Turquia e o Estado Imperial do Irã se estabeleceram como aliados fundamentais aos

2 O “longo telegrama” foi um telegrama escrito pelo oficial diplomático dos EUA em Moscou, George F. Kennan, e recebido em Washington em 22 de fevereiro de 1946. Kennan explicou em seu telegrama os motivos da conduta soviética hostil ao mundo capitalista do Ocidente e inspirou a doutrina de contenção que se consolidou posteriormente com a doutrina Truman, em março de 1947, e a NSC-68, em abril de 1950.

3 A partir de 1958, com a saída do Iraque, o pacto passou a ser denominado CENTO (*Central Treaty Organization*).

Estados Unidos para a manutenção da influência ocidental no Oriente Médio, no Golfo Pérsico, e no Mediterrâneo Oriental, e na contenção tanto da influência soviética quanto do crescimento de tendências nacionalistas, pan-arabistas e antiocidentais, que poderiam prejudicar o domínio ocidental das maiores reservas mundiais de petróleo presentes na região.

2. O surgimento da doutrina de contenção

O conceito de contenção surgiu com George F. Kennan com o Longo Telegrama, em 1946, o qual foi posteriormente publicado como o artigo *The Sources of Soviet Conduct* por Kennan sob o pseudônimo “X” na revista *Foreign Affairs*. A importância do telegrama consistia tanto na autoridade pública de quem o escrevera (um oficial diplomático dos Estados Unidos baseado em Moscou) e no fato de ser o primeiro documento a explicitamente sugerir uma estratégia de contenção a longo prazo da União Soviética no pós-Segunda Guerra Mundial. Kennan, quanto à questão sobre os fatores que explicariam o recente comportamento não cooperativo da política externa soviética, argumentou que se tornou “necessário justificar a retenção da ditadura enfatizando a ameaça do capitalismo no exterior”⁴ (KENNAN, 1947, p. 570, tradução livre). Isso queria dizer que, segundo Kennan, Moscou encarava os perigos internacionais, enfrentados pela União Soviética, não baseado na realidade factual do antagonismo externo, mas na necessidade de justificar a manutenção da autoridade ditatorial. Kennan ainda afirmava, em seu telegrama, que Moscou “ainda vive em um ‘cerco capitalista’ antagônico com o qual não pode haver coexistência pacífica permanente”⁵ (KENNAN, 1946, p. 1, tradução livre). Portanto, para ele, dificilmente haveria a possibilidade de colaboração com os Ocidentais e “isso significa que vamos continuar por um longo tempo a achar difícil de lidar com os russos”⁶ (KENNAN, 1947, p. 572, tradução livre).

Kennan explicita que a União Soviética, por estar lidando com conceitos ideológicos, não teria pressa em completar seu objetivo de expansão do regime comunista, e se limitaria, portanto, a estar sempre aplicando pressão na direção desse objetivo. Contudo, por outro lado, seria um adversário sobre o qual uma vitória única e derradeira seria impossível. Por esses fatores, Kennan argumentava em favor de “uma contenção a longo prazo, paciente, mas firme, e vigilante das tendências expansivas soviéticas”, como a única política possível de ser aplicada pelos Estados Unidos. A pressão soviética poderia ser contida pela “aplicação ágil e vigilante de contra força em uma série de pontos políticos e geográficos em constante movimento, correspondentes aos movimentos da política soviética”⁷ (KENNAN, 1947, p. 576, tradução livre). Pode-se entender estes pontos como as áreas estratégicas vitais sobre as quais a União Soviética exercia sua pressão expansiva, citadas por Kennan como sendo Bornholm⁸, a Espanha (Gibraltar), e mais relevante a este trabalho, a Turquia e o Irã.

4 “[...] it became necessary to justify the retention of the dictatorship by stressing the menace of capitalism abroad”.

5 “[...] still lives in antagonistic ‘capitalist encirclement’ with which in the long run there can be no permanent peaceful coexistence”.

6 “This means that we are going to continue for a long time to find the Russians difficult to deal with.”

7 “the adroit and vigilant application of counter-force at a series of constantly shifting geographical and political points, corresponding to the shifts and manouvres of Soviet policy.”

8 Bornholm (ou Boríngia), citada por Kennan em seu telegrama, é uma ilha dinamarquesa que foi brevemente ocupada pelas forças armadas soviéticas durante a liberação da Europa na fase final da Segunda Guerra Mundial. A União Soviética deixou a ilha em abril de 1946, dois meses depois de Kennan escrever o seu telegrama.

A doutrina de contenção foi transferida para o campo da ação em primeiro lugar com a Doutrina Truman, de 1947, considerada o momento inaugural da Guerra Fria, que prometia auxílio financeiro e econômico aos governos da Grécia e da Turquia, em uma tentativa de combater movimentos comunistas revolucionários na Grécia, e a possível influência soviética. No discurso, realizado em 12 de março de 1947 perante uma sessão conjunta do Congresso, Truman explicou seus receios quanto ao sucesso de uma tomada de poder pelos comunistas na Grécia: “Se a Grécia cair perante o controle de uma minoria armada, os efeitos sobre seu vizinho, a Turquia, seriam imediatos e sérios. Confusão e desordem podem se espalhar por todo o Oriente Médio”⁹ (TRUMAN, 1947, tradução livre). Apesar de reconhecer que a maior parte dos problemas na guerra civil grega era de origem doméstica, Washington também receava que uma vitória comunista na Grécia seria uma imensa vitória para Moscou e um precedente perigoso, além de uma ameaça séria à influência anglo-americana no Oriente Médio e no Mediterrâneo (LITTLE, 2008, p. 123). A Doutrina Truman, portanto, se revelou a primeira estratégia destinada a evitar a possibilidade de formação de uma zona de influência da União Soviética nos Bálcãs e no Cáucaso através de uma vitória comunista na Grécia, que serviria para inspirar muito do planejamento de política externa que os Estados Unidos adotaram no curso da Guerra Fria.

O documento que formalmente explicitaria o planejamento dos Estados Unidos para a Guerra Fria e consolidaria a contenção como estratégia a ser tomada foi a NSC-68¹⁰, de 14 de abril de 1950. Nela, torna-se clara a percepção dos formadores de política norte-americanos da incompatibilidade entre os ideais dos Estados Unidos e da União Soviética, argumentando com uma oposição dualista entre “liberdade e escravidão”. O documento parece influenciado pelo telegrama de Kennan no sentido de considerar a União Soviética por essência oposta ao Ocidente e cujo único objetivo é a expansão e consolidação de seu próprio poder absoluto. O objetivo primário da União Soviética, portanto, necessitaria da “extensão dinâmica da sua autoridade e a eliminação definitiva de qualquer oposição efetiva à sua autoridade”¹¹ (NSC-68, 1950, p. 6, tradução livre). Com ela, a negociação seria improvável, sendo mais eficiente uma contenção a longo prazo até que o regime soviético se arruine por si só. O documento possui similaridades à ideia de Kennan que “o poder soviético [...] carrega consigo as sementes de sua própria queda”¹² (KENNAN, 1947, p. 580, tradução livre).


Sobre contenção, a NSC-68 explica como sendo uma política que, alguém da guerra, adota todos os meios necessários para: 1) bloquear a expansão do poder soviético; 2) expor as falsidades das pretensões soviéticas; 3) induzir uma retração do controle e da influência do Kremlin; 4) espalhar as sementes da destruição dentro do regime soviético, de forma que o Kremlin necessite ao menos modificar o seu comportamento para sujeitar-se aos padrões internacionais geralmente aceitos. Para tal, o documento defende um aumento massivo das capacidades e do poder militar dos Estados Unidos, a fim de que possam responder globalmente onde quer que a União Soviética esteja ameaçando engrandecer sua influência. Ademais, considera uma estratégia fundamental o “desenvolvimento de poder político, econômico e militar

9 “If Greece should fall under the control of an armed minority, the effect upon its neighbor, Turkey, would be immediate and serious. Confusion and disorder might well spread throughout the entire Middle East.”

10 A Report to the National Security Council by the Executive Secretary on United States Objectives and Programs for National Security

11 “[...] the dynamic extension of their authority and the ultimate elimination of any effective opposition to their authority”.

12 “that Soviet power, [...], bears within it the seeds of its own decay”.



no mundo livre”, o qual só considera possível sob um “escudo” fornecido pelos Estados Unidos que possa servir como dissuasor contra expansão ou agressão soviética (EUA, 1950, p. 54). Essas estratégias traçadas na NSC-68 seriam de fato aplicadas na política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio durante a Guerra Fria.

3. O Oriente Médio no início da Guerra Fria e as pressões soviéticas

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio havia se configurado como um terreno de guerra importante, abarcando os avanços dos Aliados contra as posses coloniais da França de Vichy e providenciando apoio logístico para a “Guerra do Deserto” no Norte da África contra os alemães. Ademais, caso a Alemanha nazista obtivesse sucesso em seu avanço contra a União Soviética e conseguisse um controle do Cáucaso, os Aliados rapidamente veriam o Oriente Médio como primeira linha de defesa entre as forças de Hitler e aos protetorados e domínios britânicos orientais e na Índia. Mais importante ainda, contudo, era a vasta presença de recursos energéticos importantíssimos para a manutenção da máquina de guerra Aliada, sobretudo o petróleo. Nesse sentido, era imprescindível manter esses territórios sob a administração colonial e domínio britânico e evitar a sua queda perante uma invasão do Eixo. Por fim, em consequência das derrotas das forças do Eixo em Stalingrado, no Cáucaso e no Norte da África, as forças nazifascistas foram impedidas de ocupar a região estrategicamente tão relevante.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, o Oriente Médio assumiu uma nova importância e igualmente adquiriu novos sentidos estratégicos. O acesso aos recursos energéticos da região agora era fundamental para alimentar a reconstrução da Europa em face da destruição causada pela guerra. Amplamente elaborada no que se conhece como Plano Marshall, essa reconstrução era vital para os Estados Unidos no sentido de assegurar a aliança dos Estados europeus e, sobretudo, impedir a chegada ao poder de partidos e movimentos comunistas em um cenário de crise. Essa preocupação fez o Oriente Médio figurar com grande proeminência no cálculo estratégico dos Estados Unidos, considerando que a Europa Ocidental, por volta de 1951, importava 80% de seu petróleo da região (GADDIS, 1997, p. 165).

O Oriente Médio também possuía importância elevada devido à sua localização única: nas encruzilhadas entre o Ocidente e o Oriente. A região se configurava como um ponto de passagem e conexão fundamental, cuja posição mais vital é o Canal de Suez, então uma posse britânica, a principal via de ligação marítima entre a Europa e a Ásia, e, portanto, fundamental não apenas para o comércio internacional, mas também para a logística de guerra dos Estados Unidos e de seus aliados. Ademais, segundo Gaddis (1997, p. 165), as bases aéreas britânicas na região davam aos bombardeiros norte-americanos alcance a 94% das refinarias de petróleo da União Soviética, no evento de uma guerra. Finalmente, conforme o prosseguimento da Guerra Fria, as instalações militares dos Estados Unidos no nordeste do Irã eram fonte vital de informações referentes ao desenvolvimento e teste de mísseis da União Soviética, uma vez que observavam as importantes instalações de Tiuratam e Baikonur, estes últimos no Cazaquistão, que “forneciam sinais diretos e inteligência de telemetria sobre as capacidades e testes de mísseis soviéticos” (BARRETT, 2007, p. 80).

Dessa forma, fica claro o quão relevante essa região era para a doutrina estadunidense

de contenção e, portanto, a necessidade estratégica de investir para trazer a região para a sua esfera de influência. Contudo, a tarefa não era necessariamente simples, uma vez que muitos países do Oriente Médio no pós-Segunda Guerra Mundial se encontravam sob dinâmicas muito próprias que em muito dificultariam a sua colaboração com o Ocidente. Com o aumento da força e da quantidade de movimentos nacionalistas, sobretudo pan-arabistas, uma parte da região estava em situação de revolta contra o colonialismo anglo-francês. Os Estados Unidos, dessa forma, possuíam o receio de que a União Soviética se aproveitaria dessa onda nacionalista e anticolonial para promover a sua própria influência na região, como fizera no Sudeste Asiático. De forma semelhante, inquietavam-se com a perspectiva de que uma diminuição da influência europeia resultaria em um vácuo de poder que poderia ser preenchido pelos soviéticos (GADDIS, 1997; LITTLE, 2008).

O agravante era a crescente associação dos Estados Unidos da América com o imperialismo europeu, sobretudo do Reino Unido, dada a aliança existente entre ambos. Tentativas de ação conjunta na região e de manutenção da presença militar e econômica britânica resultariam ao longo da primeira metade da década de 1950 em uma percepção desfavorável da política estadunidense na região, exemplificada pela liderança de Gamal Abdel Nasser do Egito, que advogava pela nacionalização do Canal de Suez e pela retirada do Reino Unido da região, e considerava a presença britânica um problema de muito maior relevância do que um possível aumento da influência soviética (BARRETT, 1997; LITTLE, 2008). Nasser considerava as “preocupações terríveis dos Estados Unidos e do Reino Unido quanto à ameaça soviética como uma cobertura retórica feita para ocultar uma ameaça muito mais grave à independência árabe: o imperialismo britânico”¹³ (LITTLE, 2008, p. 126, tradução livre). Trabalhar, portanto, com os Estados árabes a esse respeito se provaria um empreendimento infrutífero das administrações Truman e Eisenhower no princípio da Guerra Fria.


Isso não é dizer que não existiam ameaças concretas de incursão no Oriente Médio representadas pela União Soviética. De fato, algumas das primeiras crises da Guerra Fria se deram nessa região, representadas por tentativas de Stalin de manter ou expandir a sua zona de influência no flanco meridional. A crise do Irã e a *démarche* soviética sobre os Estreitos turcos se deram em 1945-1946, e representaram um momento crucial para a percepção em Washington de que era necessário o planejamento de uma política concreta com relação à oposição às ações soviéticas no Oriente Médio, como já haviam formulado para a Europa Ocidental e o Leste Asiático (LITTLE, 2008, p. 120 - 121). Caso contrário, arriscariam perder considerável controle da região e permitir que a União Soviética ameaçasse tanto “a ordem global anglo-americana”, quanto a hegemonia marítima do Reino Unido no Mediterrâneo. “Portanto, o movimento para o sul era um ataque direto aos fundamentos geoestratégicos e econômicos da ordem global anglo-americana”¹⁴ (WOLFF, 2011, p. 8, tradução livre).

A crise do Irã surgiu depois da ação conjunta da União Soviética e do Reino Unido para a ocupação do Irã durante a Segunda Guerra Mundial com a intenção de providenciar uma via de acesso eficiente e segura de equipamentos, veículos e suprimentos de guerra para o Exército Vermelho no front oriental europeu como parte do programa *Lend-Lease*¹⁵, patrocinado pelos

13 “dire U.S. and U.K. concerns about the Soviet menace as a rhetorical fig leaf designed to conceal a far graver threat to Arab independence: British imperialism.”

14 “Thus, the move south was a direct attack on both the geostrategic and economic underpinnings of the Anglo-American world order.”

15 A política do *Lend-Lease* (*An Act to Promote the Defense of the United States*) foi um programa executado pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial através do qual fornecia mantimentos, combustível,



Estados Unidos, a fim de negar às forças alemãs acesso aos abundantes recursos energéticos presentes no país. Como parte de tal operação, tropas do Exército soviético ocuparam o noroeste do Irã. No entanto, adiaram a sua retirada uma vez que a guerra findara, enquanto buscavam negociar com o governo iraniano concessões na exploração de petróleo e apoiando a autonomização do Azerbaijão e do Curdistão iranianos através do apoio a movimentos separatistas (WOLFF, 2011, p. 11). Essa ação violava o que havia sido acordado no Tratado Tripartite, assinado em 29 de janeiro de 1942 entre a União Soviética, o Reino Unido e o Irã, quanto à preservação pelas partes contratantes da soberania e da integridade territorial do Irã, além da demanda no artigo 5º de que as tropas deveriam se retirar não mais do que seis meses após o fim da guerra. Uma vez que os soviéticos não respeitaram o prazo de dois de março de 1946, as preocupações cresceram no Irã quanto ao “imperialismo soviético” e o país enviou uma moção contra a União Soviética ao Conselho de Segurança das Nações Unidas com a intenção de buscar apoio internacional (GADDIS, 1997, p. 164; WOLFF, 2011, p. 11).

A crise trouxe o Irã à atenção dos formadores de política em Washington. Utilizando-se de uma estratégia de “dois canos”, os Estados Unidos foram capazes de patrocinar uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que decretava a presença soviética no Irã como uma ameaça à paz mundial, enquanto soltavam sinais vagos de que os Estados Unidos estariam dispostos a utilizar forças armadas para expulsar os soviéticos do Azerbaijão iraniano, caso necessário (LITTLE, 2008, p. 121). Embora essas medidas tenham sido menos eficazes do que a negociação direta entre Moscou e Teerã para a retirada definitiva das tropas soviéticas do Azerbaijão iraniano, que ocorreu por fim em abril de 1946, a crise do Irã teve o efeito de consolidar os temores no Ocidente e aumentar os receios do Irã quanto a uma investida da União Soviética na direção sul, ao mesmo tempo em que severamente prejudicou a posição de Stalin no Oriente Médio, criando uma ideia de “imperialismo soviético” (GADDIS, 1997; LITTLE, 2008).

Simultaneamente, se desenvolvia uma crise similar no Mediterrâneo Oriental, dessa vez relacionada à República da Turquia e o regime dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos, cuja regulação ocorria desde 1936 de acordo com a Convenção de Montreux, garantindo ao Estado turco completa soberania sobre os Estreitos. Em junho de 1945, o Ministro de Negócios Estrangeiros da União Soviética, Vyacheslav Molotov, tratou com o embaixador turco em Moscou, Selim Sarper, sobre a proposta do estabelecimento de uma base militar soviética nos estreitos turcos, o que foi interpretado como uma “reemergência” da política tradicional russa com relação à Turquia (ÇALIŞ, 2017, p. 62; WOLFF, 2011, p. 11). Diante das pressões soviéticas, Ancara voltou-se ao Ocidente em busca de apoio. Apesar de reticências iniciais, a ameaça ressoou fortemente em Washington e Londres, dada a preocupação de que as demandas soviéticas com relação à Turquia, se exitosas, poderiam se traduzir em uma competição real por poder naval no Mediterrâneo Oriental, região de influência tradicional britânica.

Após complicações na Conferência de Potsdam evidenciarem as divergências entre os Estados Unidos e a União Soviética, aumentaram os medos em Washington quanto à expansão da influência soviética e, por consequência, a necessidade de apoiar a Turquia quanto à questão dos Estreitos, sobretudo devido à importância de sua localização geográfica (OSKAN, 2012, p. e outras formas de auxílio material à União Soviética, ao Reino Unido, à França Livre, e a outras nações aliadas. Uma das principais rotas de suprimento à União Soviética aconteceu através do “corredor persa”, ou seja, utilizando o território iraniano para chegar ao *front* no Cáucaso e em Stalingrado.

70). Os Estados Unidos consideravam que, caso a União Soviética obtivesse êxito em adquirir controle dos Estreitos como desejado, “se tornaria extremamente difícil, se não impossível, evitar que a União Soviética obtenha controle sobre a Grécia e todo o Oriente Médio”¹⁶ (LITTLE, 2008, p. 122, tradução livre). Paralelamente, o declínio da capacidade real do Reino Unido de exercer a sua influência na região demandou uma cooperação com os Estados Unidos quanto à responsabilidade de manter a segurança na região, contrariando as expectativas de Stalin quanto a uma competição entre duas potências imperialistas rivais (WOLFF, 2011, p. 13). Em conjunto com o risco de uma vitória comunista na Grécia, as pressões de Stalin sobre os Estreitos turcos motivaram os Estados Unidos a proclamar a doutrina Truman em março de 1947, a qual declarou a intenção da política dos Estados Unidos em proteger e defender “os povos livres do mundo”.¹⁷ Por fim, as garantias militares e auxílio econômico oferecidos pela aliança anglo-americana dissuadiram as pressões soviéticas sobre a República da Turquia.

Por um lado, avaliando os casos – turco, iraniano e grego, que serviram de pretextos para a securitização da política norteamericana, desembocando na doutrina Truman, houve escassas razões de acusar a União Soviética de imperialismo expansionista. A Turquia não foi pressionada militar ou economicamente por motivo do regime dos Estreitos, cuja negociação havia sido preterida pelas diplomacias norteamericana e britânica. No Irã, apesar do apoio às ações autonomistas nas regiões petrolíferas no norte do país, a União Soviética retirou suas forças armadas um mês depois do prazo estabelecido, abandonando autonomias azerbaijana e curda e fracassando nas negociações de concessões iranianas de petróleo. Finalmente, a Grécia foi um exemplo notório da não intervenção do governo de Stalin na guerra civil no país, desincentivando neste sentido a Iugoslávia.

Por outro lado, um fator importante, omitido da doutrina Truman, como é observado por T. Paterson, (*apud* PAINTER, 2010, p. 495) é a projeção do papel estratégico dos Estados Unidos, quanto ao controle dos recursos energéticos no Oriente Médio, em substituição ao da Grã-Bretanha.

4. MEC, MEDO e o Egito de Nasser

Os citados casos de 1945-1946 foram amplamente securitizados por Washington quanto à ameaça da expansão da influência soviética ao longo de sua fronteira caucasiana e aos possíveis impactos que estes poderiam ter sobre o projeto anglo-americano para a estruturação do novo bastião contra a expansão do comunismo soviético no Oriente Médio, estabelecendo uma política mais agressiva quanto à contenção do comunismo na região.

A Doutrina Truman deixava claro que os Estados Unidos assumiam a responsabilidade de auxílio à Grécia porque a administração Truman não priorizava mais manter o Reino Unido como principal garantidor da estabilidade no Oriente Médio através de sua influência, suas

16 “extremely difficult, if not impossible, to prevent the Soviet Union from obtaining control over Greece and over the whole Near and Middle East.”

17 A doutrina Truman, apesar de ter sido proclamada em uma resposta à Guerra Civil Grega, não se limitava ao Oriente Médio, e na realidade servia ao papel de conferir abrangência global à política norte-americana. Através desta doutrina, Truman atribuía aos Estados Unidos o papel de “apoiar os povos livres que estiverem resistindo à subjugação” e na manutenção de suas “instituições livres” e integridade nacional”.

bases militares e suas ex-colônias na região. Se antes da doutrina Truman a política estadunidense nos primeiros momentos da Guerra Fria se baseou “na suposição de que a Grã-Bretanha deveria ser primariamente responsável por manter os interesses ocidentais na região”¹⁸ (YESILBURSA, 2005, p. 5), depois do abandono da região pela Grã-Bretanha, em março de 1947, o presidente Truman proclamou na sua doutrina que “O governo britânico nos informou que, devido às suas próprias dificuldades, não pode mais estender ajuda econômica ou financeira para a Turquia. Como no caso da Grécia, se é para a Turquia ter toda a assistência que precisa, os Estados Unidos devem fornecê-la. Somos o único país que pode ajudar”¹⁹ (TRUMAN, 1947, tradução livre).

Em março de 1950, o Conselho de Segurança Nacional lançou um documento conhecido como NSC-65²⁰, no qual elaborou a política externa e militar dos Estados Unidos quanto ao envio de armas por parte do Reino Unido para certos países do Oriente Médio. Um fator relevante à política de armamentos para a região foram discussões em Londres quanto a uma “parceria militar anglo-egípcia a auxiliar na defesa do Oriente Médio no caso de agressão soviética”²¹ (NSC-65, 1950, tradução livre). Nesse documento, foi convencionado como sendo do interesse da segurança dos Estados Unidos que “a posição do Reino Unido no Oriente Próximo seja mantida e fortalecida por acordos tais como aqueles previstos no atual plano para cooperação militar anglo-egípcia”²² (NSC-65, 1950, tradução livre). O documento também sugeria que os Estados Unidos evitassem interferir no referido programa britânico para a região e continuassem consultas próximas com os britânicos com a intenção de se manterem informados do fluxo de armas para a região. O objetivo era evitar um desequilíbrio de forças que pudesse tentar os Estados árabes a atacarem Israel (LITTLE, 2008, p. 125).

Com o estopim da Guerra da Coreia em meados de 1950, a urgência aumentou quanto às preocupações estadunidenses e britânicas referentes ao Oriente Médio. Em outubro do mesmo ano, Washington e Londres iniciaram discussões quanto a um projeto que envolvesse os Estados Unidos, o Reino Unido e o Egito em uma aliança triangular direcionada à contenção da influência política e militar da União Soviética. A iniciativa, posteriormente conhecida como MEC (*Middle East Command*), seria inspirada na OTAN e teria como ponto central o “Egito e outros Estados árabes liderados por um supremo comando britânico” (LITTLE, 2008, p. 126), pondo em evidência como os Estados Unidos na época ainda consideravam defesa do Oriente Médio uma responsabilidade que deveria ser empreendida pelos britânicos.

O envolvimento do Reino Unido, contudo, se mostrou o principal problema a afligir essa proposta em sua concepção. A associação profunda que os britânicos possuíam com o colonialismo e a sua continuada presença na região de Suez resultavam em uma imensa antipatia

18 “[...] the assumption that Britain should be primarily responsible for maintaining Western interests in the region.”

19 “The British government has informed us that, owing to its own difficulties can no longer extend financial or economic aid to Turkey. As in the case of Greece, if Turkey is to have the assistance it needs, the United States must supply it. We are the only country able to provide that help.”

20 Draft Report by the National Security Council: United States Policy Toward Arms Shipments to the Near East.

21 “[...]Anglo-Egyptian military partnership to assist the defense of the Near East in case of Soviet aggression.”

22 “The position of the United Kingdom in the Near East be maintained and strengthened by such arrangements as those envisaged in the current plan for Anglo-Egyptian military cooperation.”

por parte dos egípcios, que consideravam a proposta de uma aliança contra a União Soviética como uma mera cobertura que escondia um perigo muito mais real: o imperialismo ocidental (LITTLE, 2008, p. 126). Para Gamal Abdel Nasser, o jovem general que assumiu o governo executivo egípcio de fato em 1954, os soviéticos jamais haviam ocupado o Egito, “mas os britânicos estão aqui há setenta anos” (*apud* GADDIS, 1997, p. 168). Ademais, o apoio que os Estados Unidos haviam conferido à criação do Estado de Israel complicava ainda mais a sua situação com os países da região. Segundo Gaddis, (1997, p. 164, tradução livre) “os Estados Unidos agora carregavam o fardo da associação com o sionismo assim como o colonialismo”²³.

Em 1952, o Departamento de Estado alterou a nomenclatura da MEC para MEDO (*Middle East Defense Organization*), devido à associação indesejável do termo “comando” ao colonialismo britânico. Apesar da tentativa, essa iniciativa continuou a ver pouco resultado prático, uma vez que o Egito continuava a recusar envolvimento, enquanto o Reino Unido mantivesse sua presença no Canal de Suez. A grande questão era que, diferentemente da Europa ocidental, onde os americanos encontraram um cenário favorável para a instalação de um bloco político-militar, o nacionalismo árabe criava um impedimento considerável que não havia sido previsto pelos formuladores de política em Washington. Não encontraram um ambiente receptivo para as suas preocupações de expansão da influência soviética. Pelo contrário, os países árabes historicamente tinham mais a temer de Londres do que de Moscou. Isso, somado à crescente diminuição das capacidades britânicas, começou a levar a uma retirada progressiva do Reino Unido da região para que os Estados Unidos precisassem arcar cada vez mais com as responsabilidades de um projeto contra a União Soviética na região (LITTLE, 2008, p. 127).

Tentativas sucessivas foram realizadas ao longo da primeira metade da década de 1950 para vincular o Egito à iniciativa de defesa anglo-americana. Contudo, a falha de Washington em perceber as reais preocupações e ameaças percebidas pelos líderes árabes significou que o projeto de uma MEDO centrada no Egito fracassou em sua própria concepção. Em 1955, com a adesão de Nasser ao movimento dos países não-alinhados, conforme a Conferência de Bandung²⁴, a perspectiva de um Egito inserido em uma aliança voltada contra a União Soviética tornou-se praticamente impossível. A Crise de Suez em 1956, que impeliu Nasser em um conflito armado contra o Reino Unido, a França e Israel eliminou permanentemente qualquer esperança de uma colaboração egípcia no projeto.²⁵

5. A iniciativa do *northern tier*: o surgimento do Pacto de Bagdá

Em 1953, com a ascensão do novo governo Eisenhower com o Secretário de Estado John Foster Dulles, a proposta de uma MEDO centrada no Egito se tornava cada vez mais improvável. Após continuar a falhar em trazer Nasser para o seu projeto de defesa do Oriente Médio, Dulles concluiu que uma nova alternativa teria que ser considerada: o foco teria que ser

23 “The United States now carried the burden of association with Zionism as well as colonialism.”

24 A Conferência de Bandung aconteceu em abril de 1955, na Indonésia, e contou com a participação de líderes de nações asiáticas, africanas, latino-americana (dentre as quais a maioria era de países recentemente descolonizados) e da Iugoslávia. Deu origem ao movimento dos países não-alinhados, neutros no conflito entre as duas superpotências, que sobreviveu o fim da Guerra Fria.

25 A Crise de Suez finalizou com intermediação diplomática tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ambas as superpotências reagiram negativamente à intervenção europeia-israelense no Egito. O acontecimento foi o maior fracasso de política externa do Reino Unido durante toda a Guerra Fria.

alterado para a rede de países que se convencionou chamar de *northern tier*²⁶ (GADDIS, 1997, p. 169).

O projeto de uma aliança militar constituída dos Estados que formavam a fronteira meridional da União Soviética, mais outros agregados da região, já datava de discussões realizadas entre Washington e Londres desde 1947, após o rescaldo da crise no Irã e da tensão diplomática nos Estreitos turcos. Entretanto, o caminho da cooperação anglo-egípcia havia sido preferido inicialmente. A situação mudou gradativamente ao longo do início dos anos 1950, devido tanto à relutância de Nasser em cooperar com uma iniciativa de liderança britânica, quanto à vontade dos Estados Unidos de constituir um baluarte de contenção na fronteira caucasiana da União Soviética. Alguns destes países do *northern tier*, especificamente o Irã e a Turquia, eram parceiros mais favoráveis a uma aliança com os Estados Unidos pois, ao contrário do Egito, não lhes experimentavam tantos ranços quanto ao imperialismo anglo-francês. Além disso, devido à sua posição geográfica na fronteira soviética e à memória recente dos eventos de 1945-1946, tinham maiores preocupações de segurança quanto à expansão da influência da União Soviética, além de temores quanto ao apoio de Moscou a movimentos domésticos autonomistas, nacionalistas ou ideológicos e contrários aos regimes. Por causa disso, esses dois países estavam mais propensos a negociar garantias de defesa com Washington.


A ideia do *northern tier* encontrava maior perspectiva de sucesso. Em primeiro lugar, alguns desses países já integravam iniciativas semelhantes: a Turquia, já membro-associado da OTAN desde 1950, fora efetivada na organização em 1952 em conjunto com a Grécia; e o Paquistão se tornaria um membro-fundador da SEATO (*Southeast Asia Treaty Organization*), organização para a segurança coletiva do Sudeste Asiático (GADDIS, 1997, p. 169). Em segundo lugar, a Turquia e o Irã haviam sofrido em primeira mão as pressões soviéticas em 1945-1946 e desde aquele momento já procuravam se aproximar dos Estados Unidos em busca de garantias de proteção, caso o seu vizinho ao norte voltasse a mostrar interesse em influir nos movimentos internos da oposição iraniana ou insistir na instalação de bases militares nos Estreitos. Finalmente, os Estados Unidos estavam visando a que estes Estados abraçassem uma cooperação com o Ocidente com o intuito de desenvolver as suas capacidades militares através do auxílio estadunidense e, dessa forma, se configurassem como potências regionais, aliadas a Washington. O foco da Diretriz NSC 5328, que reforçava a NSC155, consistia no armamento cada vez maior dos países do *Northern Tier* (NSC 5428; NSC 155/1; NSC Action No. 1184, July 22 (S/S-NSC files, lot 66 D 95), Record of Actions by the NSC, 1954). Essa política convergia perfeitamente com a estratégia que Eisenhower planejara para lidar com situação da defesa regional no Oriente Médio.

Segundo Barrett (2007, p. 13):

Em 10 de janeiro de 1953, Eisenhower e Dulles confirmaram que as prioridades dos EUA para o Oriente Médio seriam a contenção da União Soviética e da influência comunista através de desenvolvimento econômico, assistência secreta a elementos pró-Ocidentais, e, se necessário, assistência militar.²⁷(tradução livre)

26 O *northern tier* (traduzido como “faixa do norte”) abrangia os Estados localizados no norte do Oriente Médio: Turquia, Irã, Iraque e Paquistão. Com exceção do Iraque e do Paquistão, todos possuíam fronteiras com a União Soviética e, dessa forma, compreendiam uma “faixa” contínua de países desde os Balcãs até o subcontinente indiano.

27 “On 10 January 1953, Eisenhower and Dulles confirmed that the priorities for US policy in the Middle East would be containment of the Soviet Union and of Communist influence through economic development, covert assistance to pro-Western elements, and, if necessary, military assistance.”



Isso revela uma vontade maior dos Estados Unidos em assumir a liderança estratégica nas iniciativas de defesa e de armamento na região, outrora detida pelo Reino Unido. Ademais, revela já indícios de uma estratégia de desenvolver gradualmente os Estados locais em suas capacidades militares para que se tornem estes mesmos responsáveis pela contenção regional da União Soviética como *proxies* dos Estados Unidos.

Em julho de 1953, um documento do Conselho de Segurança Nacional intitulado “*United States Objectives and Policies with Respect to the Near East*”, ou NSC-155, esclareceu em maiores detalhes as diretrizes da política dos Estados Unidos para a região sob a administração Eisenhower. As propostas expostas naquele documento estabeleceram a fundação para grande parte da política externa estadunidense para o Oriente Médio durante as décadas de 1950 e 1960 e formulou a estratégia de projeção da hegemonia norte-americana sobre a região através da expansão de sua presença militar, política e econômica.

O documento reconhece a imensa importância estratégica da região, devido à presença de reservas de petróleo, à localização “essencial” para a instalação de bases militares, e ao Canal de Suez. No entanto, aponta também as dificuldades que os Estados Unidos enfrentavam com relação à expansão de sua própria influência na região. Em primeiro lugar, a determinação das nações do Oriente Médio em afirmarem a sua independência as tornaria mais resistentes à influência externa. Além disso, a posição dos Estados Unidos, como aliados do Reino Unido e da França, estaria criando uma visibilidade negativa da imagem estadunidense na região. O documento resume como mais atividades desfavoráveis para os interesses ocidentais: instabilidade econômica e política; fraqueza militar; agitação generalizada; tensões árabe-israelenses; as controvérsias do Reino Unido com o Egito, Irã, e a Arábia Saudita; os problemas da África do Norte francesa; e a atividade soviética. Nesse sentido, o documento reconhece que, na região, as principais ameaças aos interesses estadunidenses não seriam provenientes de um ataque militar soviético eventual, algo improvável de ser executado pela União Soviética no período, mas de uma “continuação das presentes tendências desfavoráveis” (NSC-155, 1953, item 3).

Com relação ao papel dos Estados Unidos na região, o documento afirma a necessidade de um aumento da responsabilidade, iniciativa e liderança do país como uma forma de substituir a perda de influência britânica e francesa. Apesar de reconhecer a necessidade de contar com a experiência e as posições estratégicas do Reino Unido, a NSC-155 reforça a possibilidade de independência de ação dos Estados Unidos, podendo agir por si próprio ou em conjunto com outros países interessados na região, como a Turquia. Através disso demonstra uma preocupação em desassociar a imagem dos Estados Unidos da do imperialismo britânico a fim de facilitar a recuperação da influência ocidental na região.

No ano seguinte, em julho de 1954, um documento posterior, intitulado NSC-5428, expande sobre a NSC-155 e, com imensa relevância, reconhece as vantagens da definição de um arranjo de defesa regional, baseado nos países do *northern tier*, que incluem a Turquia, o Paquistão, o Irã, e o Iraque. A fim de demonstrar um já elevado nível de cooperação desses Estados, o documento cita o Acordo de Amizade e Cooperação, assinado entre Turquia e Paquistão, em fevereiro de 1954, e o classifica como “um primeiro passo nessa direção” (NSC-5428, 1954, item 6.b). Esse arranjo teria a princípio um impacto político e psicológico muito maior do que militar, e serviria para fortalecer elementos pró-Ocidentais na região e potencialmente encorajar a cooperação de outras nações tanto entre si quanto com o Ocidente. Seria, nesse

sentido, de extrema importância que o arranjo de defesa tivesse caráter autóctone, ou seja, formado e composto unicamente pelos países da região com apoio econômico, militar e material do Ocidente. Essa característica já indica a intenção dos Estados Unidos de que nenhuma nação ocidental, “com exceção da Turquia”, como aponta o documento, fosse parte formal da organização de defesa até que “o clima político na área torne isso praticável” (Ibid., item 13.h).

Quanto aos objetivos dos Estados Unidos na região, a NSC-155, assim como a NSC-5428, enumera seis. O primeiro e mais importante é alcançar a disponibilidade aos Estados Unidos e seus aliados de recursos, posições estratégicas, direitos de passagem na área e negar esses mesmos fatores à União Soviética. Em adição, destaca-se o desenvolvimento na região de governos estáveis, viáveis, e amigáveis aos Estados Unidos e seus aliados, e que sejam capazes de sustentar subversão doméstica e dispostos a resistir à agressão comunista. Além disso, cita a necessidade de prevenção da expansão da influência soviética. Outros objetivos incluem: o arranjo dos maiores problemas entre os Estados árabes e Israel como uma medida para criar paz na região; a reversão das tendências antiamericanas na região; e um reconhecimento mais amplo quanto à legitimidade das aspirações dos países do Oriente Médio em serem reconhecidos como Estados soberanos e às suas responsabilidades em prover pela segurança regional e do “mundo livre” (NSC-155, 1953, item 11).

Em 1954, portanto, estava consolidada em Washington a preferência pelo conceito do *northern tier*. Na prática, dentre os Estados considerados, apenas a Turquia havia demonstrado interesse genuíno em integrar uma MEDO liderada pelos Estados Unidos. Em setembro de 1953, “o Paquistão anunciara seu apoio por um arranjo de defesa no *northern tier*, mas em troca esperava auxílio econômico e militar dos Estados Unidos”²⁸ (YESILBURSA, 2005, p. 26, tradução livre). Contudo, era importante considerar as disputas territoriais existentes entre o Paquistão e a Índia, e qualquer tipo de auxílio militar destinado ao país poderia arriscar suas relações com o gigante sul-asiático (YESILBURSA, 2005, p. 29). Mesmo assim, a força militar paquistanesa, a sua localização estratégica e a contrastante neutralidade indiana significariam que o Paquistão era um aliado importante demais para o funcionamento da organização de defesa.

Era ainda importante preencher a lacuna geográfica que permanecia aberta entre a Turquia e o Paquistão após a assinatura do acordo de cooperação de fevereiro de 1954. Para o Reino Unido, o Iraque seria uma adição essencial, uma vez que poderia fornecer apoio para defender os flancos leste e sul da Turquia no caso de um ataque soviético (YESILBURSA, 2005, p. 45). Ademais, os britânicos ainda possuíam uma rede de bases militares no país, que seriam imprescindíveis para assegurar o papel do Reino Unido na iniciativa de defesa da região após o fracasso em estabelecer o canal de Suez como seu centro de operações na região (YESILBURSA, 2005, p. 45). A fim de atrair o Iraque ao arranjo de defesa, apesar de suas preocupações domésticas, os Estados Unidos criaram a fundação para um programa de auxílio militar, cuja extensão dependeria da contribuição iraquiana para o projeto (YESILBURSA, 2005, p. 49).

Foi a Turquia, por fim, que tomou a iniciativa de conseguir a adesão do Iraque ao arranjo de defesa. Yesilbursa (2005, p. 71) relata duas razões principais para a sua aproximação com Bagdá no começo de 1955. A primeira era uma preocupação real, quanto ao seu flanco oriental no caso de agressão soviética. A segunda era a deterioração na posição econômica da

28 “By September 1953 Pakistan had announced her support for a northern tier defence arrangement, but in return she expected economic and military aid from the United States”.

Turquia, tanto interna quanto externa, que urgia para que a Turquia se estabelecesse diante dos Estados Unidos como o “instrumento mais efetivo” para tornar real o conceito do *northern tier* para a defesa do Oriente Médio. Portanto, a Turquia esperava que seu papel militar encorajaria Washington a reforçar as suas promessas e garantias de auxílio econômico. Por consequência, Ancara estava ansiosa em estabelecer com Bagdá um acordo nos moldes do acordo turco-paquistanês de 1954. Após repetidos encontros entre os primeiros-ministros turco, Adnam Menderes, e iraquiano, Nuri al-Said, em janeiro de 1955, um acordo foi finalmente assinado em Bagdá em 24 de fevereiro do mesmo ano.

O Pacto de Bagdá tornou-se uma base para a construção da organização de defesa, estabelecida pelos Estados Unidos, da forma como consistia em um arranjo de defesa mútua, planejado e assinado entre os Estados locais. Diferentemente do acordo turco-paquistanês, o pacto de Bagdá proporcionava um esteio de como os dois Estados poderiam coordenar a defesa de seu flanco oriental em cooperação com o Reino Unido (YESILBURSA, 2005, p. 89). Dessa forma, com uma estrutura preparada, era de envolver a adesão do Paquistão e do Irã ao pacto.

Em um primeiro momento, o Paquistão demonstrou relutância em aderir, pois temia os efeitos que isso teria sobre suas relações com a Arábia Saudita, o Egito e a Síria. Contudo, os Estados Unidos mantiveram pressões diplomáticas, ansiosos em fortalecer o aspecto do *northern tier* no pacto e “expandir o ímpeto do movimento” para o fortalecimento da defesa do Oriente Médio (YESILBURSA, 2005, p. 104). Após negociações extensivas ao longo do ano com os Estados Unidos, o Reino Unido, a Turquia e o Paquistão, e com a promessa de auxílio militar estadunidense, o Paquistão formalmente aderiu ao pacto de Bagdá em 23 de setembro de 1955.

A adesão do Irã não seguiu o mesmo padrão. Apesar da clara importância estratégica que o país representava como a última “lacuna” a ser preenchida no arranjo do *northern tier*, permaneciam dúvidas quanto à real viabilidade de sua adesão ao pacto de Bagdá. Em 1955, o Irã ainda era um Estado governado pela monarquia absoluta do xá Mohammad Reza Pahlavi e atormentado por instabilidade política, econômica e social, com um poder militar um tanto aquém daquele necessário para garantir a sua segurança. Apesar de o golpe estadunidense que derrubara o primeiro-ministro Mohammed Mossadegh em 1953 ter tido, para os Estados Unidos, os efeitos vantajosos de eliminar a oposição do partido *Tudeh* e consolidar no poder o xá pró-Ocidental, e ainda assegurar vantajosos acordos de exploração de petróleo para um consórcio anglo-americano, a administração Eisenhower reconhecia que pouco havia sido feito no sentido de reformas políticas e econômicas que garantissem a estabilidade no país (BARRETT, 2007, p. 14). Em um relatório ao Conselho de Segurança Nacional, em 1953, Eisenhower teria afirmado que, enquanto o Paquistão, a Turquia, a Síria e o Iraque poderiam se tornar elos fortes e leais de um arranjo de segurança, “o Irã era o óbvio ponto fraco no que poderia se tornar um arranjo defensivo forte dos Estados do *northerntier*”²⁹ (YESILBURSA, 2005, p. 18-19, tradução livre). Em conversas na Casa Branca, em 1955, Sir Roger Makins, embaixador britânico em Washington, afirmou que “de um ponto de vista militar a participação do Irã no pacto, efetivamente, adicionaria deficiências consideráveis ao pacto sem ativos compensadores”³⁰ (YESIL-

29 “Iran . . . was the obvious weak spot in what could become a strong defensive arrangement of the northern tier of states”

30 “[...] from a military point of view Iran’s participation in the pact would, in effect, add considerable

BURSA, 2005, p. 113, tradução livre).

Por parte do xá, a adesão a um pacto de defesa regional era apenas interessante na medida em que recebesse auxílio econômico e militar a fim de modernizar seu exército e torná-lo uma força de combate formidável capaz de resistir por conta própria a uma invasão soviética (BARRETT, 2007, p. 81-82). Ademais, “para o xá, a segurança nacional do Irã era inseparável da segurança doméstica, e a segurança doméstica estava por sua vez interligada com a segurança de seu regime”³¹ (YESILBURSA, 2005, p. 110, tradução livre). Sua busca por força militar era tanto uma contramedida contra uma suposta agressão soviética, quanto contra elementos internos de seu país que buscavam contestar o seu governo, o que naturalmente criava receios em Washington, devido à sua relutância em envolver o arranjo de defesa nos assuntos internos dos países enquanto estes não fossem uma ameaça à influência ocidental. Ademais, a própria relutância inicial demonstrada pelo xá em aderir ao pacto poderia ser vista como uma tentativa de elevar os seus termos de barganha e adquirir maiores concessões por parte dos Estados Unidos (YESILBURSA, 2005, p. 110), algo em que tanto o Egito quanto o Paquistão haviam tido sucesso.

Ainda assim, o Subsecretário de Estado, Herbert Hoover, apontou as razões dos Estados Unidos considerarem de suma importância a adesão do Irã ao pacto. Em primeiro lugar, o Irã, juntamente com a Turquia, era um dos dois únicos países no Oriente Médio com fronteiras em comum com a União Soviética. Em segundo lugar, a participação do Irã era fundamental para a materialização do conceito do *northern tier*. Em terceiro, o Irã possuía a linha de defesa mais favorável contra uma possível intervenção da União Soviética, devido à sua geografia particular. E finalmente, os Estados Unidos consideravam imprescindível o acesso por parte do “mundo livre” ao petróleo iraniano (YESILBURSA, 2005, p. 113). Por essas razões, a última metade de 1955 viu uma série de negociações entre Teerã, Washington e Londres, sobretudo direcionadas às garantias formais e à promessa de auxílio econômico e militar. Os Estados Unidos e o Reino Unido receavam em atender às demandas do xá, temendo a reação soviética, sobretudo, após o acordo de troca de armas realizado em setembro de 1955 entre o Egito e a Tchecoslováquia e tendo completa consciência da realidade do Irã como elo mais vulnerável na aliança devido à sua fraqueza militar e ao caráter específico legal das relações iraniano-soviéticas³².

Finalmente, estimulado pela promessa de auxílio e por garantias de segurança provenientes dos Estados Unidos e do Reino Unido, o Irã aderiu ao pacto de Bagdá em 3 de novembro de 1955, pondo um fim à tradicional política de neutralidade que havia sido seguida durante o período de Mossadegh. Dessa forma, o projeto de J.F. Dulles de um arranjo de defesa do Oriente Médio, centrado no *northern tier*, estava por fim alinhavado.

liabilities to the pact without compensating assets.”

31 “To the Shah, Iran’s national security was inseparable from domestic security, and domestic security was in turn intertwined with the security of his regime.”

32 Há que considerar o cálculo estratégico do xá, porque se encontrava em vigor o Tratado de Amizade Russo-Persa de 1921, segundo o qual ambos os Estados-parte (a União Soviética e o Irã) se comprometiam a prevenir, através de quaisquer meios em seu poder, a presença de forças armadas de uma terceira parte que pudessem significar um risco à segurança ou aos interesses do outro Estado-parte. O tratado ainda estipulava que, caso outro Estado-parte tentasse utilizar o território iraniano como base de operações contra a União Soviética, esta teria o direito de enviar suas forças armadas para o Irã a fim de eliminar tal ameaça. Havia também o Tratado de Garantia e Neutralidade de 1927, que comprometia ambas as partes a não participar de tratados, direcionados contra a segurança da outra parte.

6. Do Suez à revolução iraquiana: Bagdá em crise

Nada disso queria dizer que o pacto viria sem complicações ainda no momento de sua formação. Inicialmente, pode-se citar desacordos anglo-americanos como uma das principais ameaças ao pacto de Bagdá, sobretudo relacionados a dois fatores: o objetivo do pacto e a participação do Reino Unido no arranjo. Na época já não era desconhecido o fato de que a influência britânica no Oriente Médio decaía a uma velocidade alarmante para os interesses ocidentais, conforme crescia a força dos movimentos nacionalistas e anticoloniais na região. Como anteriormente mencionado, sua principal base na região, o canal de Suez, se encontrava sob constante pressão de Nasser, algo que ameaçava a posição britânica na região como um todo. Dessa forma, o pacto de Bagdá se apresentava como um “guarda-chuva” político perfeito para justificar e proteger as bases britânicas no Iraque, cuja monarquia haxemita era um dos principais aliados remanescentes do Reino Unido no Oriente Médio. Por outro lado, os Estados Unidos viam o pacto de Bagdá como um fim em si mesmo (YESILBURSA, 2005, p. 75).


Ademais, havia o caso da adesão britânica ao pacto de Bagdá, em abril de 1955. Na visão do Reino Unido, “o pacto parecia oferecer à Grã-Bretanha a melhor chance de assegurar um acordo de defesa satisfatório com o Iraque para substituir o tratado de 1930” (YESILBURSA, 2005, p. 99). O Secretário do Exterior Anthony Eden afirmou que:

O objetivo que buscamos do pacto de Bagdá é muito simples. Através de nossa adesão, consolidamos nossa influência e levantamos nossa voz no Oriente Médio. A adesão da Grã-Bretanha ao pacto de Bagdá lhe proporciona interferência continuada nos assuntos do Oriente Médio³³ (EDEN *apud* YESILBURSA, 2005, p. 101, tradução livre).

Comprova-se, portanto, a ação como uma tentativa do Reino Unido em permanecer relevante na política da região. Segundo Little (2008, p. 129), os Estados Unidos interpretaram a adesão como “uma tentativa não tão sutil” da Grã-Bretanha reafirmar sua posição como o parceiro ocidental “sênior” no Oriente Médio. Duas das implicações imediatas, percebidas pela administração Eisenhower, foram que os britânicos desejavam garantir a si mesmos a responsabilidade de comando na área no caso de dificuldades, e esperavam que os Estados Unidos “pagassem a conta” necessária para garantir à área alguma postura de defesa (LITTLE, 2008, p. 129). O problema maior era que a participação direta do Reino Unido em um projeto, que os Estados Unidos haviam desejado manter autóctone, efetivamente eliminava qualquer possibilidade de negociar com Nasser a adesão do Egito.

Outra complicação alarmante se deu na segunda metade de 1955 e veio através do próprio Egito. Em uma tentativa de armar-se contra Israel, Nasser assinou um acordo de compra de armas com a Tchecoslováquia, delegada pela União Soviética. O acordo assinalou a independência egípcia, fortaleceu o mundo árabe contra Israel, e demonstrou ao Ocidente que este não mais possuía o monopólio sobre aconselhamento e suprimentos fornecidos ao Egito (YESILBURSA, 2005, p. 115). Ademais, levantou preocupações em Washington e Londres, quanto à possibilidade da projeção soviética no Oriente Médio, através de auxílio econômico e militar a pedido do Egito e da Síria. Através dessa movimentação em um país árabe central, Krushchev demonstrava claramente que, após os fracassos diplomáticos de Stalin no Irã e na Turquia, estava recuperando para a União Soviética o papel de potência no Oriente Médio e eliminando a noção de que a região estava unicamente na esfera de influência ocidental (YESILBURSA,

33 “The goal which we seek from the Baghdad Pact is very simple. By our adherence, we have consolidated our influence and raised our voice in the Middle East. Britain’s adherence to the Baghdad Pact provides her with continued interference in the affairs of the Middle East.”




2005, p. 116). Para os Estados Unidos, isso colocava em xeque a utilidade do arranjo de defesa no *northern tier*, uma vez que a União Soviética havia efetivamente “saltado” sobre esse cordão de isolamento e agora exercia sua influência diretamente no âmago do Oriente Médio.

O próximo grande revés também proveio do Egito, no ano seguinte, através da nacionalização do Canal de Suez em julho de 1956. As motivações de Nasser para o ocorrido foram diversas, mas se deveram muito a um afastamento considerável com o Ocidente, dado eventos recentes: sua posição contrária ao pacto de Bagdá, o acordo de armas com a Tchecoslováquia em 1955, e seu reconhecimento da República Popular da China em abril de 1956 (YESILBURSA, 2005, p. 164). Ademais, veio como retaliação à revogação de uma iniciativa de auxílio econômico considerável, proposta pelo Reino Unido e destinada à construção de uma barragem em Assuã (LITTLE, 2008, p. 130). Dessa forma, deu-se o estopim para a Guerra de Suez, que colocou o Egito em conflito contra o Reino Unido, a França e Israel.

Embora a guerra tenha sido um sucesso militar para a coalizão anglo-franco-israelense, pressões por parte dos Estados Unidos e da União Soviética no Conselho de Segurança da ONU forçaram um cessar-fogo favorável ao Egito e uma derrota desastrosa para o Reino Unido. Em primeiro lugar, o evento evidenciou as fissuras que existiam entre a política estadunidense e britânica para o Oriente Médio, e comprovou que Washington, e não mais Londres, exercia a liderança da aliança para a segurança da região. Ademais, a derrota levou o Reino Unido a sofrer uma imensa perda de prestígio entre as nações do mundo árabe, e, por consequência, prejudicou sua imagem perante seus aliados na região, sobretudo o Iraque (YESILBURSA, 2005, p. 166). Por extensão, o prestígio do próprio Pacto de Bagdá sofreu consideravelmente, impactando a possibilidade de adesão por parte de outros países árabes. Por fim, a perda de sua base no Canal de Suez prejudicou substancialmente a capacidade de o Reino Unido operar na região. Dessa forma, a crise de Suez selou de fato o fim do papel do Reino Unido como liderança no Oriente Médio e a sua substituição em definitivo pelos Estados Unidos (LITTLE, 2008, p. 131).

Por outro lado, a retirada do Reino Unido significava que se tornava essencial, agora mais do que nunca, fortalecer os países do *northern tier* e o pacto de Bagdá a fim de evitar um vácuo de poder que pudesse ser aproveitado pela União Soviética. Eisenhower se encontrava, então, em uma posição semelhante em vários sentidos à de Truman em 1947, quando este se vira confrontado com a situação do declínio do poder britânico no Mediterrâneo oriental e da suposta ameaça da influência soviética na Grécia. Semelhante a Truman, Eisenhower buscou resolver a situação com sua própria doutrina. Em janeiro de 1957, o presidente anunciou suas intenções perante o Congresso e pediu, além de um fundo econômico especial para auxiliar os países da região, ameaçados por agressão externa, uma autorização para a utilização de força militar, caso fosse necessário para a manutenção dos interesses estadunidenses no Oriente Médio. A doutrina Eisenhower foi aprovada em março do mesmo ano.

O ano seguinte trouxe uma série de testes para a nova doutrina. Em julho de 1958, uma guerra civil no Líbano, uma tentativa de golpe na Jordânia, e a revolução no Iraque levantaram receios quanto a um efeito em cadeia que poderia significar o fim dos governos pró-Ocidente no Oriente Médio. Eisenhower decidiu agir e enviou os fuzileiros navais para uma intervenção em Beirute, além de coordenar com o Reino Unido o envio de paraquedistas para Amã. As situações no Líbano e na Jordânia foram resolvidas de acordo com os interesses dos Estados Unidos, e a decisão de intervenção de Eisenhower demonstrou com sucesso à Turquia, ao Irã, e ao Paquistão que estava de fato disposto a invocar a sua doutrina, caso necessário (LITTLE,



2008, p. 135). Contudo, a decisão do novo regime no Iraque em retirar o país do pacto de Bagdá se revelou o início de uma derrota para o acordo e para a política que os Estados Unidos haviam assumido para o Oriente Médio até o momento.

7. CENTO, as crises na Turquia, e a doutrina de Nixon

A queda do Pacto de Bagdá e as perigosas crises de 1956 e 1958 forçaram Eisenhower a reformular a estratégia de sua administração para o Oriente Médio. Ao invés de ser uma ruptura com doutrinas passadas, a política para o Oriente Médio tornou-se ainda mais determinada do que nunca a impedir o crescimento da influência soviética e a fortalecer os países no *northern tier*, agora mais importantes devido à perda do Iraque e à retirada do Reino Unido do pacto e da região. O pacto de Bagdá, agora sem a participação do país com esta capital, foi reconfigurado na CENTO (*Central Treaty Organization*).

A NSC-5820 foi a resposta do Conselho de Segurança Nacional para as novas demandas de Eisenhower. O documento, de novembro de 1958, reavaliou a estratégia estadunidense para a região e reforçou a necessidade de os Estados Unidos agirem independentemente de Londres (LITTLE, 2008, p. 136). Ademais, o documento reconhecia que a União Soviética havia conseguido projetar a sua influência sobre o Oriente Médio, através da aproximação com os movimentos “nacionalistas radicais”, enquanto o apoio estadunidense aos regimes conservadores, agora derrubados, prejudicava fortemente a sua presença na região. Dessa forma, identificando que o nacionalismo árabe não era um problema em si tanto quanto a divergência de muitos de seus objetivos com aqueles da União Soviética, a NSC-5820 determinou que a melhor forma de lidar com a segurança da região era trabalhar em conjunto com os movimentos nacionalistas árabes e associar os Estados Unidos às “aspirações e objetivos do povo árabe” (NSC-5820, 1958, item 4).

Em suma, em Washington finalmente houve a compreensão de que líderes e partidos, como aqueles que então controlavam Cairo, Damasco e Bagdá, eram uma realidade com a qual teria que se aprender a lidar. Para tal, após o desastre de Suez, eles teriam que se afastar do Reino Unido e convencer os países da região que as demandas do nacionalismo árabe não eram incompatíveis com aquelas dos Estados Unidos. Isso incluía manter uma política muito mais tolerante quanto à neutralidade e à manutenção de relações com a União Soviética, contando que estas relações sejam “razoavelmente equilibradas por relações com o Ocidente” (NSC-5820, 1958, item 10).

Outro aspecto importante do documento é a ênfase colocada no auxílio financeiro destinado ao desenvolvimento econômico dos países da região, então visto como importante para a prevenção do crescimento de movimentos radicais. Ainda recomendava que os aspectos políticos e econômicos da política para o Oriente Médio sejam enfatizados sobre os aspectos militares. Esse último ponto pode ser interpretado como uma revisão da doutrina Eisenhower após a resposta que os Estados Unidos ofereceram nas crises de 1956 e 1958. Ainda assim, a NSC-5820 estipulava que os Estados Unidos “tomassem ação, quando necessário, para demonstrar a vontade e a intenção dos EUA de enfrentar a agressão comunista no Oriente Próxi-

mo”³⁴ (NSC-5820, 1958, item 19, tradução livre).

O ponto de maior relevância a ser analisado na NSC-5820 é o 20º: “Enquanto continuando a encorajar a resistência das nações árabes ao imperialismo soviético, evitar por agora qualquer esforço ativo de alistar nações árabes nos arranjos regionais de segurança coletiva”³⁵ (NSC-5820, 1958, item 20, tradução livre). Essa sugestão, por fim, admite a falha dos Estados Unidos em trazer os Estados árabes para a CENTO e elimina definitivamente essa possibilidade. Como tal, implica em um aumento considerável de importância dos países não árabes do *northern tier* (Turquia, Irã e Paquistão) como barreira em definitivo contra a expansão da influência soviética na região. Além disso, com o reconhecimento da independência de ação dos Estados Unidos e a quebra dos arranjos anglo-americanos, a Turquia e o Irã cresceram ainda mais em relevância como substitutos da liderança britânica no sistema de segurança regional. Com o fim da administração Eisenhower e a vinda da década de 1960, os Estados Unidos começariam a trabalhar para transformar a Turquia e o Irã em seus *proxies* regionais (LITTLE, 2008, p. 137).

John F. Kennedy ascendeu à Casa Branca em janeiro de 1961 trazendo consigo uma série de críticas à política de seu antecessor quanto à segurança do Oriente Médio, acusando Eisenhower de associar a intervenção estadunidense ao imperialismo britânico (LITTLE, 2008, p. 137). Seu objetivo tornou-se substituir gradualmente a presença britânica no Golfo Pérsico pela liderança do xá iraniano, que possuía então um exército poderoso e disposição para assumir um papel maior na defesa da região (LITTLE, 2008, p. 138). No Mediterrâneo Oriental, por sua vez, a Turquia permanecia como principal parceira regional dos Estados Unidos como havia demonstrado pelo auxílio prestado durante as crises do Líbano, em 1958, e da Síria, em 1959.

Os primeiros anos da década de 1960, contudo, se revelariam como o período mais turbulento na relação turco-americana e veriam pela primeira vez na Guerra Fria uma mudança em Ancara na direção de uma política externa mais dinâmica. O primeiro choque se deu em 1962 com a crise dos mísseis em Cuba. Após o bloqueio naval estadunidense imposto sobre a ilha caribenha com a intenção de pressionar a União Soviética contra a instalação de mísseis nucleares em Cuba, Krushev respondeu com a demanda da retirada dos mísseis Júpiter que os Estados Unidos mantinham na Turquia. Apesar de Kennedy afirmar que os mísseis “possuíam pouco valor militar” (*apud* PATERSON, 1989, 146) para não arriscar o aumento de tensões com a União Soviética, a situação se provara de imensa complicação para o presidente, devido à fragilidade de indicar aos turcos que os Estados Unidos estariam dispostos a “vendê-los” em troca de aplacar o adversário (PATERSON, 1989, p. 146). Após uma série de negociações secretas entre os Estados Unidos e a União Soviética, os mísseis soviéticos não foram instalados em Cuba em 1962 e os *Júpiter*s foram retirados da Turquia em abril de 1963. A crise, ao longo prazo, afetou significativamente a confiança que Ancara possuía com os Estados Unidos (OSKAN, 2012, p. 73; ÇALIŞ, 2017, p. 149). Isso se deu em grande parte devido à falta de consultas, realizadas entre Washington e Ancara e a noção geral de que os Estados Unidos estavam, em essência, sacrificando seu aliado.

O segundo problema ocorreu na administração seguinte, em 1964, no incidente co-

34 “Take action where necessary to demonstrate the continued U.S. willingness and intention to counter Communist aggression in the Near East [...]”.

35 “While continuing to encourage the resistance of Arab nations to Soviet imperialism, avoid for the present any active efforts to enlist Arab nations in regional collective security arrangements.”

nhecido como a “carta Johnson” no contexto mais amplo da crise do Chipre. Çaliş (2017, p. 151-152) explica como sendo o principal evento que danificou as relações turco-americanas na década de 1960, principalmente devido “à linguagem não diplomática e ao conteúdo da carta”. Em resumo, até 1964, era prevalente em Ancara a noção de que os Estados Unidos eram ao menos apoiadores tácitos da política turca com relação ao Chipre, enquanto o apoio soviético ao líder grego-cipriota Makarios era visto como o principal entrave aos interesses de Ancara na ilha mediterrânea. Entretanto, em junho de 1964, o presidente Lyndon Johnson enviou uma carta ao primeiro-ministro İsmet İnönü, alertando-o contra uma intervenção no Chipre, devido ao risco de deflagrar um conflito entre a Grécia e a Turquia, ambos Estados-membros da OTAN, que pudesse provocar o envolvimento da União Soviética (ÇALIŞ, 2017, p. 151). A carta causou uma forte impressão na opinião pública turca e pela primeira vez levantou questionamentos quanto à validade de seu alinhamento com o Ocidente. O sentimento geral era de que os Estados Unidos haviam traído a Turquia a favor dos gregos, apesar de todo o compromisso que Ancara havia demonstrado aos seus aliados ocidentais (ÇALIŞ, 2017, p. 152). Somados à crise dos mísseis Júpiter, os eventos de 1964 demonstraram à Turquia que os Estados Unidos estavam dispostos a sacrificar seus aliados nos flancos da União Soviética se fosse necessário para proteger os seus interesses em outras regiões.

Paralelamente, no Golfo, Kennedy manteve a política de pesado investimento financeiro para modernizar a economia e as forças armadas iranianas, em uma antecipação do que mais tarde se tornaria a política dos “dois pilares” de Lyndon Johnson. Ao contrário de seus antecessores, contudo, Kennedy iniciou o movimento de diminuição dos compromissos militares no Oriente Médio e favorecimento de uma estratégia de “reformas moderadas para inocular regimes conservadores através da região contra mudanças revolucionárias”³⁶ (Apud PATERSON, 1989, p. 168, tradução livre). Um dos maiores méritos da política de John F. Kennedy com relação ao Oriente Médio foi a compreensão de que líderes árabes radicais como Nasser estavam muito menos relacionados com a subversão ideológica soviética do que com um pragmatismo neutro mais interessado em auxílio econômico e que, portanto, poderia ser persuadido com auxílio norte-americano (PATERSON, 1989, p. 177). Essa percepção auxiliou consideravelmente a recuperar as relações com Cairo.

Outra razão para o aumento da relevância do papel da Turquia, do Irã e da Arábia Saudita no sistema de segurança regional dos Estados Unidos, a partir dos anos 1960, foi a intensificação do envolvimento estadunidense no Vietnã, que então passou a demandar a maior parte dos recursos e da atenção das administrações Kennedy e, posteriormente, Johnson. Somado à progressiva retirada britânica de suas colônias na Península Arábica, esses fatores criaram um vácuo de influência que ameaçava em grande medida os interesses ocidentais na região. Para resolver essa situação, Johnson adotou a partir de 1966 uma estratégia conhecida como “dois pilares”, sob a qual competia ao Irã e à Arábia Saudita “assumir muitas das responsabilidades da Grã-Bretanha ao defender a região” (LITTLE, 2008, p. 140). Esse acordo seria acompanhado de expressivo auxílio financeiro e venda de equipamento militar destinado ao desenvolvimento e à modernização das Forças Armadas dos dois países do Golfo.

Estava então em posição o novo arranjo de defesa para o Oriente Médio, que seria formalizado através da nova doutrina que levaria o nome da próxima administração. Sob Richard

36 “[...] moderate reform to inoculate conservative regimes throughout the region against revolutionary change.”

Nixon, “o Republicano californiano assumiu o cargo em 20 de janeiro [de 1969] esperando reduzir o risco de envolvimento militar no Terceiro Mundo confiando em *proxies* pró-Ocidentais que seriam armados e financiados pelos Estados Unidos”³⁷ (LITTLE, 2008, p. 143, tradução livre). Em suma, a nova doutrina encorajava os aliados dos Estados Unidos na Ásia a assumirem uma porção maior da responsabilidade de defesa regional, enquanto retirava grande parte de suas forças militares da região. A política, conhecida como “vietnamização”³⁸, se deu majoritariamente devido ao conflito no Sudeste Asiático, mas teve consequências relevantes para o Oriente Médio, sobretudo ao consolidar o projeto dos “dois pilares” de Johnson no Golfo Pérsico.

8. Os anos 1960-1970: A *détente*, a estabilização do Golfo Pérsico e a crise do Chipre de 1974

Ao final da década de 1960 e através da década de 1970, o avanço das conferências e acordos que ocorreram como parte do processo de *détente* na política internacional se repercutiram em uma relativa estabilização do Golfo Pérsico. Diplomáticamente, o Irã havia substancialmente suavizado as suas relações com a União Soviética com uma série de tratados de cooperação técnica e econômica assinados ao longo da década, realizados em paralelo com os acordos de auxílio e modernização militar realizados com os Estados Unidos. A doutrina dos “dois pilares” demonstrou um aparente sucesso inicial em estabilizar a região, devido, sobretudo, ao entusiasmo do xá iraniano e do monarca saudita em alinharem-se bilateralmente a Washington em troca de auxílio financeiro e militar, contornando em grande medida as limitações do arranjo coletivo da CENTO.

Durante o mesmo período, o Mediterrâneo oriental se provaria uma verdadeira dor de cabeça para os Estados Unidos, com a erupção da Guerra do Yom Kippur em 1973 e a ocupação turca do norte do Chipre em 1974. Esta última, que levou a um breve conflito no cerne da OTAN, significou o fim prático do Pacto de Bagdá devido às subseqüentes reações dos Estados Unidos e do Reino Unido. Washington denunciou a agressão turca e impôs um embargo na compra de armas e equipamento militar, o que por sua vez levou à suspensão por parte da Turquia do Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 1969, e ao fechamento de bases militares norte-americanas que não fossem relacionadas diretamente à OTAN (ÇALIS, 2017, p. 155). Londres, em resposta, retirou as suas forças armadas da CENTO. Estas disputas levaram ao desmoronamento ainda mais acelerado da aliança central e à fragmentação da política de defesa dos Estados Unidos ao longo do Oriente Médio.

O período da *détente*, de maneira geral, significou uma diminuição da intensidade de implementação da doutrina de contenção por parte dos Estados Unidos no Oriente Médio. Isso se deu, sobretudo, devido ao envolvimento norte-americano no Vietnã e à aproximação com a União Soviética em temas de política internacional e controle de armamentos, bem como através dos acordos SALT sobre o controle de armamentos nucleares. Da mesma forma, o período viu uma reaproximação significativa com a União Soviética por parte do Irã e da Turquia. O

37 “[...] the California Republican entered office on 20 January hoping to reduce the risk of military involvement in the Third World by relying on pro-Western proxies to be armed and bankrolled by the United States.”

38 A política de “vietnamização” foi adotada pelo governo de Richard Nixon e consistia em reduzir a quantidade de tropas norte-americanas ativamente engajadas em conflito no Vietnã, buscando ao invés disso equipar e treinar tropas locais para atuarem na própria defesa. O mesmo conceito foi aplicado à segurança do Oriente Médio.

primeiro através dos acordos de cooperação assinados ao longo das décadas de 1960 e 1970, incluindo um realizado na esteira da crise dos mísseis em 1962 que proibia a instalação de mísseis estrangeiros em território iraniano. Ademais, houve uma série de visitas de Estado para a normalização de relações, iniciadas por Leonid Brezhnev em 1962 e retribuídas pelo xá Pahlavi em 1965. Da mesma forma, sucessivos acordos de cooperação foram assinados entre a Turquia e a União Soviética após a reação ocidental negativa à crise do Chipre de 1963, que deixou a diplomacia turca relativamente isolada. Todo esse processo, apesar de garantir certa estabilidade na região, minou consideravelmente a contenção ao longo do *northern tier* e significou uma possível rota de entrada para a União Soviética no Oriente Médio, inclusive para a sua participação na resolução de crises regionais.

9. 1976 – 1980: Jimmy Carter e a queda da CENTO

No momento em que Jimmy Carter chegou à Casa Branca em 1977, a posição estratégica dos Estados Unidos no Golfo Pérsico se encontrava relativamente incontestada. Os principais *proxies* norte-americanos na região desfrutavam de exércitos fortes e modernizados graças à colaboração e ao financiamento norte-americano. Em comparação com outras regiões do globo, como a África, o Sudeste Asiático, e a América Latina, o Golfo Pérsico detinha uma aparência de estabilidade. Hesitante em modificar uma política que estava em bom funcionamento há quase dez anos, Carter optou por manter a política dos *proxies* que seus antecessores haviam projetado.

Entretanto, na época, ainda se admitia em Washington que o maior risco ao arranjo de segurança dos Estados Unidos no Oriente Médio não era proveniente de uma suposta agressão externa, mas sim de movimentos radicais internos. (LITTLE, 2008, p. 146) No final das contas, os dois pilares da estratégia norte-americana para a segurança do Golfo Pérsico ainda eram monarquias autoritárias centralizadas, que haviam nas últimas três décadas aberto pouco espaço para reforma política ou social. Tampouco era benéfico que o forte discurso a favor do respeito aos Direitos Humanos apresentado pelo presidente Carter ia de encontro ao que era de fato praticado por Riad e Teerã.

Apesar disso, foi uma surpresa quando, em 1979, todo o “castelo de cartas” que era o arranjo de segurança regional que os Estados Unidos vinham montando no Oriente Médio pelas últimas três décadas desmoronou quando a monarquia iraniana foi derrubada por uma revolução islâmica antiocidental, liderada pelo aiatolá Khomeini. Mesmo que o novo regime também não fosse um aliado do bloco socialista, a perda da principal sentinela norte-americana na região e da “ponte” entre a Turquia e o Paquistão repentinamente rompeu com o “cordão” de contenção ao redor da União Soviética e abriu espaço suficiente para que Moscou arriscasse uma invasão do Afeganistão no final do ano. Washington agora temia que estava disponível uma via de acesso para os soviéticos em direção ao Golfo Pérsico.

Em resposta à Revolução Islâmica e à invasão do Afeganistão, Carter foi forçado a revisar a estratégia que seus antecessores haviam construído para o Oriente Médio. A sua solução, proposta pelo seu conselheiro de segurança nacional Zbigniew Brzezinski, foi a declaração da Doutrina Carter: “Uma tentativa por qualquer força externa de ganhar controle da região do


Golfo Pérsico será vista como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e tal ataque será repellido por quaisquer meios necessários, incluindo força militar” (CARTER *apud* LITTLE, 2008, p. 152). Mais uma vez os Estados Unidos se demonstravam dispostos a intervir militarmente na defesa de seus interesses no Oriente Médio ao invés de depender de *proxies* regionais. Isso, somado à retirada do Irã da CENTO, seguida pela queda do regime do xá, marcou em definitivo o fim da doutrina de contenção centrada nas nações do *northern tier*. Com a retirada do Paquistão no final de 1979, a CENTO foi formalmente dissolvida.

10. Considerações Finais

Dessa forma, é possível compreender que as preocupações de segurança dos Estados Unidos quanto ao Oriente Médio e ao Cáucaso surgiram cedo, com as tentativas de Stalin de influenciar países vizinhos nas fronteiras meridionais do Cáucaso e obter concessões através de uma combinação de pressões diplomáticas e militares (uma base militar nos estreitos turcos; e a exploração de petróleo no Azerbaijão iraniano). Essas concessões conflitavam com os interesses econômicos e políticos da aliança anglo-americana para o pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo a manutenção do controle naval britânico do Mediterrâneo e ao controle das reservas de petróleo do Oriente Médio, destinado à reconstrução econômica da Europa e à ampliação da máquina militar global norte-americana. A implementação da Doutrina Truman em 1947 visava conter a expansão da zona de influência soviética, até então limitada à Europa oriental e partes da Ásia, ao Oriente Médio e aos Bálcãs. Doutrinas subsequentes (Eisenhower e Nixon), por sua vez, objetivaram assegurar a hegemonia estadunidense na região do Oriente Médio e evitar a expansão de movimentos radicais que pudessem contestar o projeto anglo-americano para a região.

Nesse contexto, tanto a República da Turquia quanto o Estado Imperial do Irã se mostraram pilares essenciais para a doutrina de contenção no Oriente Médio após a crise de Suez e a retirada britânica da região. Ambos os países tinham em comum a localização estratégica importante no flanco meridional da União Soviética; uma falta de antagonismo imediato ao imperialismo britânico; receios quanto às intenções anexionistas soviéticas; certa sobreposição de interesses com o Ocidente no sentido de evitar a expansão da influência soviética e de movimentos nacionalistas radicais; e interesse de assumir maior responsabilidade pela segurança da região através de um “relacionamento especial” com os Estados Unidos que lhes proporcionasse auxílio financeiro e militar. A aliança com os Estados do *northern tier* e tornou de imensa relevância para os Estados Unidos conforme as disputas anglo-egípcias e árabe-israelenses contribuíam para afastar os Estados árabes do Ocidente.

Entretanto, do ponto de vista doutrinário, o pacto de Bagdá foi a aliança de menor sucesso de toda a Guerra Fria. Ela tornou-se praticamente inoperante a partir do golpe no Iraque em 1958 e extinguiu-se gradualmente durante as décadas posteriores com a guerra indo-paquistanesa de 1971, a invasão turca do Chipre em 1974, e finalmente a Revolução Iraniana em 1979. Uma série de fatores podem ser elencados para a falha da aliança: a participação direta do Reino Unido, ainda marcado pelo seu histórico imperialista na região; a baixa taxa de adesão e a não-participação dos Estados árabes, muitos dos quais responderam à criação da aliança aproximando-se da União Soviética; os conflitos entre membros do pacto e outros aliados ou parceiros



dos Estados Unidos (Turquia-Grécia; Paquistão-Índia); o processo da *détente*, com extensão para o Oriente Médio; e o sucesso da diplomacia soviética, a partir de Krushev e em diante, em normalizar as relações com a Turquia e o Irã. Dessa forma, o pacto de Bagdá (e a CENTO, por extensão) falhou em alcançar os objetivos que os Estados Unidos expuseram nas NSCs e impedir que a União Soviética obtivesse qualquer influência na região do Oriente Médio.

Grande parte dessa falha por parte dos Estados Unidos se deu devido à demora em compreender e reparar um erro de julgamento realizado pela administração Eisenhower: os Estados Unidos erroneamente associaram o pan-arabismo radical com um movimento convergente com o comunismo soviético. Na realidade, se tratava de movimentos nacionalistas pragmáticos que possuíam mais receios, quanto ao imperialismo britânico, do que com a disputa global entre as duas superpotências. Os Estados Unidos falharam em reconhecer as dinâmicas próprias do Oriente Médio e cometeram o erro de colocá-las nas suas doutrinas na mesma categoria do conflito Ocidente-Oriente.

Em grande parte, esse erro de julgamento surgiu devido à falta de uma ameaça comunista concreta no Oriente Médio. Após 1946, o risco de a região gravitar para a zona de hegemonia soviética era quase inexistente. Por outro lado, pode-se perceber que uma grande parte do aparato de contenção, criado pelos Estados Unidos para justificar a presença anglo-americana no Oriente Médio, se deu graças à sua necessidade de manter o acesso do bloco ocidental às valiosas reservas de petróleo da região, como aponta uma série de documentos analisados do Conselho de Segurança Nacional. Ademais, ações como o apoio ao Estado de Israel, o golpe contra o primeiro-ministro iraniano Mossadegh em 1953, e a intervenção no Líbano, em 1958, ajudaram a consolidar a imagem dos Estados Unidos não apenas como o sucessor da posição de liderança britânica no Oriente Médio, mas também como herdeiro de seu imperialismo. Esse fator levou ao aumento da propagação de movimentos radicais (tanto pan-arabistas quanto clericais) de tendência antiamericana.

O arranjo de defesa coletiva, construído a partir do *northern tier*, existiu por duas décadas, mas após a sua falha, foi substituído por negociações e acordos bilaterais com países específicos. A doutrina falhou não devido à suposta expansão do comunismo, mas por causa das crises domésticas, primeiro no Iraque em 1958, depois na Turquia e finalmente no Irã em 1979. Apesar de a retirada da União Soviética do Afeganistão em 1988 ter frustrado a tentativa de Moscou de expandir sua influência na Ásia do Sul, as consequências do fracasso do arranjo de defesa do *northern tier* e da CENTO demonstraram a inoperância dos blocos e a obsolescência das doutrinas norte-americanas e da política norte americana da Guerra Fria para o Oriente Médio e o Cáucaso, desde o início dos anos 70.

BIBLIOGRAFIA

BARRET, Roby C. **The Greater Middle east and the Cold War: US Foreign Policy under Eisenhower and Kennedy.** London: I.B. Tauris, 2007.

EUA. **National Security Council Report, NSC 68, United States Objectives and Pro-**

grams for National Security.[Washington], 14 abr. 1950. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116191.pdf?v=2699956db534c1821edefa61b8c13ffe>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **NSC-155: United States Objectives and Policies with Respect to the Near East.** Washington, 14 jul. 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus-1952-54v09p1/d145>. Acesso em: 27 ago. 2020.

_____. **NSC-5428: United States Objectives and Policies with Respect to the Near East.** Washington, 23 jul. 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus-1952-54v09p1/d219>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **NSC-5820/1: U.S. Policy Toward the Near East.** Washington, 4 nov. 1958. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12/d51>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **NSC-65: United States Policy Toward Arms Shipments to the Near East.** [Washington], 28 mar. 1950. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v05/d59>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GADDIS, J. L. **The Cold War.** London: Penguin Books, 2005.

GADDIS, J. L. **We Now Know: Rethinking Cold War History.** New York: Oxford University Press, 1997.

KENNAN, G. F. **George Kennan's Long Telegram.** Moscou, 22 fev. 1946. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>. Acesso em: 27 ago. 2020.

_____. **The Sources of Soviet Conduct.** Foreign Affairs, Nova York, v. 25, n. 4, 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LITTLE, Douglas. **American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945.** 3ª ed. Chapel Hill, The University of North Carolina Press: 2008.

_____. **From Even Handed to Empty Handed: Seeking Order in the Middle East.** In: PATERSON, Thomas G. Kennedy's Quest for Victory: American Foreign Policy, 1961 – 1963. Oxford: Oxford University Press, 1989.

OZKAN, Gokhan. **The US-Turkey Relationship During the Cold War: Alliance and Issues.** IPEDR, [S.l.], v. 44, 2012. Disponível em: <http://www.ipedr.com/vol44/015-ICSHH-2012-W00022.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

PAINTER, David S. **Oil, resources, and the Cold War.** In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O.

A. The Cambridge History of the Cold War, vol. 1. Cambridge, Cambridge University Press: 2010. Cap. 23, p. 486 – 507.

PATERSON, Thomas G. **Fixation with Cuba: The Bay of Pigs, Missile Crisis, and Covert War against Fidel Castro.** In: PATERSON, Thomas G. *Kennedy's Quest for Victory: American Foreign Policy, 1961 – 1963.* Oxford: Oxford University Press, 1989.

TRUMAN, H. S. **President Harry S. Truman's Address Before A Joint Session of Congress, March 12, 1947.** Washington D.C., 12 mar. 1947. Discurso do presidente à uma sessão conjunta do Congresso. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp. Acesso em: 14 jul. 2020.

WOLFF, David. **Stalin's postwar border-making tactics.** Cahiers du monde russe, [S.l.], v. 2-3, n. 52, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/monderusse/9334>. Acesso em: 08 jun. 2020.

YESILBURSA, B. K. **The Baghdad Pact: Anglo-American Defence Policies in the Middle East, 1950 – 1959.** London: Frank Cass, 2005.

ÇALIŞ, ŞabanHalis. **Turkey's Cold War: Foreign Policy and Western Alignment in the Modern Republic.** London: I.B. Tauris, 2017.

O IRÃ NA CONFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DA UNIÃO SOVIÉTICA E DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE GUERRA FRIA

João Victor Viana Santos¹

Alexander Zhebit²

Fernando Veloso Gomes Pedrosa³

Resumo

O período logo após o fim da Segunda Guerra Mundial marcou o início da Guerra Fria, a qual se destacou pela confrontação entre o bloco ocidental e o bloco soviético, liderados pelas duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, em que ambas buscavam expandir suas influências sobre as regiões em disputa, aproveitando o enfraquecimento do controle britânico no Oriente Médio. Dentre essas regiões, estão o Oriente Médio e o Cáucaso, onde o Irã se tornou palco de um dos primeiros imbróglis que marcaram o início das tensões da Guerra Fria, quando tropas soviéticas postergaram a retirada do norte do Irã seis meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, para ocorrer até o mês de março de 1946. Porém, após ter criado um clima de tensão regional e após as pressões estadunidenses, que se apresentaram por meio de um aumento da presença naval no Mediterrâneo Oriental e da ameaça de uso de armamento atômico, somados à postura do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a retirada das tropas soviéticas ocorreu logo em abril de 1946. O Irã se tornaria, nos anos posteriores, o palco de diversos eventos que seriam afetados pela Guerra Fria como: o golpe de Estado de 1953 contra Mosaddeq, e a instalação do governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi, em uma estratégia estadunidense de “contenção” à URSS; adesão ao Pacto de Bagdá de 1955 e seu papel na Doutrina Eisenhower; o Irã na *Détente*; a Revolução Iraniana de 1979, como ponto de inflexão da relação dos EUA com o Irã e o Oriente Médio; e a Guerra Irã-Iraque. Este artigo analisará como o Xá Mohammad Reza Pahlavi balançava entre os interesses dos Estados Unidos e os da União Soviética na Guerra Fria e como as duas superpotências influenciaram no Irã, finalizando com o que a Revolução Islâmica de 1979 no Irã representou para os interesses estadunidenses e soviéticos no Irã.

Palavras-chave: Guerra Fria, Irã, política externa da União Soviética, política externa dos Estados Unidos.


Abstract

The period right after the end of World War II represented the beginning of the Cold War, which was marked by the confrontation between the Western bloc and the Soviet bloc, led by the two superpowers, the United States, and the Soviet Union, which both sought to expand their influence on the disputed regions, taking advantage of the weakening of British control in the Middle East. Among these regions, there are the Middle East and the Caucasus, where Iran represented one of the first imbroglis that represented the beginning of tensions of the Cold War, when Soviet troops delayed a withdrawal from the northern Iran, due to happen six months after the end of World War II, as of March, 1946. Nevertheless, after generating regional tension and due to the US pressure, which took the form of a mount-up of naval forces in the Eastern Mediterranean and of a threat of use of atomic weapons, added to the Security Council of United Nations posture, the withdrawal occurred already in April of 1946. Iran would become, in the coming years, the stage of several events affected by the Cold War such as: the 1953 coup d'état against Mosaddeq, and the rise to power of Shah Mohammad Reza

1 Graduação de Relações Internacionais, UFRJ, aluno de iniciação científica do GPPI e do LEPCáucaso, e-mail: joaox1005@gmail.com

2 Orientador, professor associado, doutor, UFRJ, e-mail: alex@cfch.ufrj.br

3 Co-orientador, professor, doutor, ECEME, UNIRIO, e-mail: velozopedrosa@yahoo.com.br



Pahlavi's government, according to the American strategy of Soviet "containment"; adherence to the 1955 Baghdad Pact and its role in the Eisenhower doctrine; Iran during the *Détente*; the 1979 Iranian Revolution, as the turning point in the American relation with Iran and the Middle East; and the Iran-Iraq war. This paper analyzes how Shah Mohammad Reza Pahlavi balanced between the interests of the United States and the Soviet Union in the Cold War context and how the two superpowers influenced Iran and lastly discussing what the 1979 Islamic Revolution represented to the American and Soviet's interests in Iran.

Keywords: Cold War, Iran, Soviet Union foreign policy, United States foreign policy.

1. Introdução

No contexto da Guerra Fria, o Oriente Médio inseria-se em uma das principais regiões de disputa de interesses entre as duas superpotências do período, Estados Unidos, pelo bloco ocidental, e a União Soviética, pelo bloco soviético. Nesta região do globo, o Irã não foi apenas uma das primeiras evidências da Guerra Fria, com a Crise do Azerbaijão (1945), mas se constituiu como uma peça-chave na política externa estadunidense de contenção à União Soviética.

Identificando, portanto, o Irã como um importante foco de confronto na Guerra Fria, é importante analisar como esse país entrou nos cálculos geopolíticos da União Soviética e dos Estados Unidos, desencadeando diversas repercussões durante a Guerra Fria como: a Crise do Azerbaijão (1945), a Revolução Islâmica Iraniana (1979), o sequestro da embaixada americana em Teerã (1979), Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

2. A importância do Irã

A relevância estratégica de um país é destacada por diversos elementos, como a relação com os países vizinhos, a inserção político-geográfica internacional, a posse e a extração de determinadas matérias-primas e muitos outros. Em relação a esses fatores, o Irã foi fundamental para a União Soviética pela proximidade geográfica e pela história comum; para a Grã-Bretanha, devido à robusta presença econômica, principalmente na indústria petrolífera; e para os Estados Unidos, principalmente, devido à expansão para o Oriente Médio e à deflagração da Guerra Fria.

Durante a Guerra Fria, a localização do Irã no Oriente Médio foi uma preocupação para as potências do bloco ocidental, principalmente para os Estados Unidos e o Reino Unido, pois os britânicos, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, iam perdendo gradativamente seu histórico poder de influência no Oriente Médio (LITTLE, 2008, p. 119). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, este declínio se acentuou pelo fato de o Reino Unido ter sido fortemente atingido pela Guerra, gerando um vácuo de poder no Oriente Médio e no Sul da Ásia. Então, a partir de março de 1947, a data que se relaciona com a incapacidade britânica de lidar com a guerra civil que emergiu na Grécia. Os Estados Unidos, buscando sustar estes processos, passaram a ocupar gradativamente o espaço político e econômico, historicamente influenciado pelos britânicos, inserindo o Irã em sua política de contenção à expansão do poder soviético no Oriente Médio. Complementarmente, o Irã serviria como um ponto de monitoramento das atividades militares, desenvolvidas pelos soviéticos na região do Cáucaso, no Mar Negro, no

Mar Cáspio e nas áreas adjacentes, principalmente, antes do desenvolvimento de satélites.

Nas montanhas do nordeste do Irã, instalações dos EUA literalmente supervisionavam o desenvolvimento soviético de mísseis e instalações de testes em Tiuratam e Baikonur. Esses locais forneciam sinais diretos e telemetria sobre testes soviéticos de mísseis e suas capacidades. Dadas as tecnologias dos anos 1950 e 1960, elas (instalações) eram insubstituíveis (BERRETT, 2007, p. 80, tradução nossa).⁴

O Irã, além de sua importante posição geográfica, possuía uma grande relevância do ponto de vista energético, pois além de ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo, este país teve acesso ao *chokepoint*⁵ pelo qual passava o maior fluxo desta fonte energética, o Estreito de Ormuz. Essa realidade torna-se ainda mais relevante ao considerar o contexto dos primeiros anos da Guerra Fria, pois nesse período é que ocorre a reconstrução e o início da recuperação econômica soviética e europeia, demandando uma grande quantidade de petróleo. Juntamente com a reconstrução do pós-Guerra, o petróleo iraniano ganhava um maior valor geopolítico para o Ocidente, pois o Reino Unido tinha forte atuação na exploração petrolífera no Irã. Então, possuir uma grande influência no Irã permitiria influenciar tanto a produção mundial direta de petróleo, como o fluxo deste produto natural para o restante do globo.

3. Política Externa dos EUA na Guerra Fria: a estratégia de contenção

3.1. O Longo Telegrama e a Doutrina Truman: as bases da política de contenção

Durante o período da Guerra Fria, o relacionamento dos Estados Unidos para com o Irã era calcado basicamente na estratégia estadunidense de contenção da União Soviética. Então, antes de discorrer sobre os eventos que se desenvolveram nas relações bilaterais entre o Irã e os Estados Unidos, faz-se necessário explicar as origens e as características da política de contenção.


A noção de uma política de contenção, que foi levada a cabo pelos Estados Unidos, tem suas bases no documento redigido, em 22 de fevereiro de 1946, por George Kennan, então oficial diplomático dos Estados Unidos em Moscou, endereçado ao secretário de Estado do governo Harry Truman, James Francis Byrnes. Esse documento, que ficou conhecido como “O Longo Telegrama”, apresentava as descrições de Kennan sobre quais seriam as bases da ideologia e da política externa soviética, a qual teria como principal pilar a impossibilidade do convívio do mundo socialista com o capitalista (KENNAN, 1946, p. 1), e que os Estados Unidos se apresentavam como o grande obstáculo às aspirações de poder da União Soviética.

Em suma, nós temos aqui uma força política fanaticamente comprometida com a crença de que com os EUA não é possível ter um *modus vivendi* permanente, que é desejável e necessário que a harmonia interna de nossa sociedade seja rompida, nosso modo tradicional de vida seja desvirtuado, a autoridade internacional de nosso Estado seja quebrada, para que o poder soviético possa ser seguro (KENNAN, 1946, p.14, tradução nossa)⁶.

4 “In the mountains of northeastern Iran, US installations literally overlooked the Soviet missile development and test facilities at Tiuratam and Baikonur. These sites provided direct signals and telemetry intelligence on Soviet missile tests and capabilities. Given the technologies of the 1950s and 1960s, they were irreplaceable” (BERRETT, 2007, p. 80)..

5 *Choke point* é o termo em inglês que se refere a um ponto de gargalo, passagem estreita, o que na geografia, principalmente ao analisar o tipo de matéria-prima ou região interligada por esta passagem estreita, possui um grande valor estratégico.

6 “In summary, we have here a political force committed fanatically to the belief that with US there can be no permanent *modus vivendi*, that it is desirable and necessary that the internal harmony of our society be disrupted, our traditional way of life be destroyed, the international authority of our state be broken, if Soviet power is to be secure” (KENNAN, 1946, p. 14).



De acordo com Kennan (1946, p.8), a política soviética ocorreria em duas esferas: oficial e “subterrânea”. Na primeira, as ações seriam realizadas oficialmente em nome da União Soviética; na última, as ações seriam tomadas por agentes políticos e ideológicos pelos quais a URSS não admitiria responsabilidade.

No plano oficial, a União Soviética tomaria principalmente ações como: política interna, focada em aumentar o prestígio do Estado soviético, através de uma intensiva industrialização e militarização; aproveitar toda oportunidade para o aumento oficial do poder soviético, de imediato, no norte do Irã, Turquia e em Bornholm; participar oficialmente de organizações internacionais em que o poder soviético pudesse ser expandido; enfraquecer o poder e a influência do Ocidente nas áreas coloniais, permitindo uma penetração mais fácil da ideologia comunista; fortalecer laços com países em que houvesse possibilidade de resistência ao Ocidente, como o Oriente Médio (KENNAN, 1946, p. 8-10).

Em relação ao plano “subterrâneo” das ações soviéticas, é preciso antes destacar os veículos de tais objetivos. As ações soviéticas extraoficiais seriam realizadas por meio de: lideranças e membros ordinários de partidos comunistas de outros países; associações nacionais que pudessem ser dominadas ou influenciadas; a Igreja Ortodoxa russa; movimentos nacionalistas e pan-eslavos; e governos ou grupos de governantes, dispostos a servir aos propósitos soviéticos (KENNAN, 1946, p. 11-12). Estes diversos atores sob influência soviética promoveriam medidas como: minar a política geral e estratégias de potências ocidentais, gerando perturbações internas; enfraquecer o poder do Ocidente nas colônias; remover indivíduos que se oponham aos interesses soviéticos; destruir, mediante partidos comunistas, todas as formas de independência pessoal, econômica, política ou moral, em países estrangeiros; gerar oposição das potências Ocidentais uma em relação a outra; e, por fim, em âmbito internacional, esforçar-se para destruir forças que estão fora do alcance do poder soviético (KENNAN, 1946, p. 13-14).

No “Longo Telegrama”, após realizar a exposição dos interesses e estratégias da União Soviética para a expansão de seu poder global, George Kennan descreve suas observações sobre possíveis contramedidas a serem levadas a cabo pelos Estados Unidos. Dentre estas, e talvez a mais importante, Kennan (1946, p. 15) descreve o poder soviético como altamente sensível à lógica da força, através da qual a URSS recuaria dos seus interesses diante de uma grande resistência e de um adversário com poder suficiente e com prontidão clara em utilizá-lo, portanto, não haveria sequer a necessidade do uso de fato do poder militar. Complementarmente, Kennan (1946, p. 16-17) sugere que o governo dos Estados Unidos deva aprender e reconhecer a natureza do contexto internacional, empreendendo estudos sobre este, e que o país deve formular e colocar em ação uma perspectiva construtiva sobre o futuro, juntamente com as outras nações.

Após poucos meses do envio do “Longo Telegrama” de Kennan ao governo dos Estados Unidos, a tensão no contexto internacional do ano de 1946 estava crescente, fruto da intensificação da Guerra Civil Grega e da tensão diplomática em torno dos Estreitos Turcos. Na Grécia, havia o risco de os comunistas ganharem a guerra civil, enquanto na Turquia, em agosto de 1946, Stálin pressionava o país a garantir o controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos pelos soviéticos. Estes eventos eram vistos com grande preocupação pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, pois, a depender dos seus desfechos, levariam a um aumento da projeção de

poder soviético no Mediterrâneo, repercutindo no Oriente Médio (LITTLE, 2008, p. 122-123).

Apesar da preocupação do Reino Unido com o desenrolar dos eventos na Grécia e na Turquia, a participação efetiva dos britânicos estava em declínio, pois o Reino Unido encontrava-se em crise econômica, em consequência da Segunda Guerra Mundial. Este fato fica evidente quando, no início de 1947, os britânicos, que apoiavam as forças, opostas aos comunistas, recorreram aos Estados Unidos, pedindo que este assumisse o papel de fornecer assistência militar e econômica aos gregos no combate aos comunistas (LITTLE, 2008, p. 122). Então, em 12 de março de 1947, a fim de garantir que os Estados Unidos assumissem a centralidade no papel de conter a ameaça do comunismo na Turquia e na Grécia, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, conseguiu a autorização do Congresso de seu país para a liberação de um pacote de apoio econômico e militar no valor de US\$ 400 milhões, inaugurando uma das bases da política de contenção e da Guerra Fria, a Doutrina Truman (LITTLE, 2008, p. 123).

1.1. NSC-68: a oficialização da política de contenção

Em 14 de abril de 1950, cerca de quatro anos após “O Longo Telegrama”, era produzido o ultrassecreto *National Security Council Report* nº 68 (NSC-68), apresentando vários pontos que podem ser vistos como uma formalização e extrapolação das proposições, feitas por George Kennan em 1946. A elaboração do NSC-68 relaciona-se muito com o contexto internacional de 1949, pois naquele ano ocorreu, em agosto, o primeiro teste de artefato nuclear pela União Soviética e, em outubro, a ascensão dos comunistas na China com Mao Tsé-Tung.

As similaridades entre o NSC-68 e os vários pontos do telegrama de Kennan, de 1946, estão presentes logo no início daquele documento, em que é apresentada fortemente a questão da incompatibilidade ideológica do sistema capitalista com o socialista e a ameaça que a URSS coloca à existência dos Estados Unidos:

Portanto, a contragosto, nossa sociedade livre encontra-se mortalmente desafiada pelo sistema soviético. Nenhum outro sistema de valores é tão completamente irreconciliável com o nosso, tão implacável em seu propósito de destruir o nosso, tão capaz de usar em seu benefício as mais perigosas e divisíveis tendências em nossa própria sociedade, nenhum outro tão habilmente e poderosamente evoca os elementos de irracionalidade na natureza humana em todo lugar, e nenhum outro tem o suporte de um grande e crescente centro de poder militar” (NSC-68, 1950, p. 9, tradução nossa)⁷.

Os recursos, a serem utilizados pela União Soviética em seu projeto de expansão de poder, são abordados pelo NSC-68, como: o uso de seu poderio militar, principalmente através da capacidade atômica, como um mecanismo de dissuasão sobre a reação dos países que se opõem ao projeto de poder soviético; a utilização da influência do partido comunista soviético na imposição de uma uniformidade ideológica interna e na realização de propaganda, subversão e espionagem em países estrangeiros; a extrema flexibilidade nas táticas utilizados pela URSS (NSC-68, 1950, p. 14-15 e 17).

Em 1946, Kennan propôs ideias gerais do que seria uma política de contenção, não desenvolvendo tais ideias do modo como foi levado a cabo no NSC-68. Neste documento, a política de contenção sofre um processo de maior elaboração, detalhando-se as medidas a serem tomadas pelos Estados Unidos em sua política externa. Esta teria como base dois pilares que seriam interdependentes: a política de “contenção” e uma política de “desenvolvimento

7 Thus unwillingly our free society finds itself mortally challenged by the Soviet system. No other value system is so wholly irreconcilable with ours, so implacable in its purpose to destroy ours, so capable of turning to its own uses the most dangerous and divisible trends in our own society, no other so skillfully and powerfully evokes the elements of irrationality in human nature everywhere, and no other has the support of a great and growing center of military power (NSC-68, 1950, p. 9).



saudável da comunidade internacional” (NSC-68, 1950, p. 21).

A política de “contenção”, de acordo com o NSC-68 (1950, p. 21), consistiria na política que se utiliza de todos os meios, exceto a guerra, com o objetivo de: primeiro, bloquear o futuro avanço do poder soviético; segundo, expor as falsidades por trás das pretensões soviéticas; terceiro, induzir uma retração do controle e poder da União Soviética; quarto, promover uma destruição dentro do sistema soviético, buscando alterar o comportamento da URSS, ao menos, para uma aceitação do sistema internacional estabelecido. Contudo, para que a política de “contenção” seja eficaz, era imprescindível que os Estados Unidos possuíssem, só ou em conjunto com seus aliados, um poder militar superior ao bloco soviético e a existência permanente da possibilidade de negociação com a União Soviética (NSC-68, 1950, p. 21-22).

O “desenvolvimento saudável da comunidade internacional” inseriu-se na política externa estadunidense como uma medida de longo prazo para frustrar a expansão da União Soviética através de uma relação de cooperação econômica dos Estados Unidos com o “mundo livre”, possuindo como principais pontos: assistência à Europa Ocidental na recuperação de sua economia; assistência aos países destruídos durante a Segunda Guerra Mundial; cooperação para o desenvolvimento do mundo subdesenvolvido; assistência militar; restrição no comércio Leste-Ocidente de itens militares importantes para o Leste; compra e estocagem de materiais estratégicos; e, por fim, esforços no reestabelecimento de uma economia internacional, baseada no comércio multilateral (NSC-68, 1950, p. 29).

Em suma, o processo que se iniciou em 1946, com o “Longo Telegrama” de George Kennan, passando por 1947, com a Doutrina Truman, até 1950, com a elaboração do *National Security Council Report* nº 68, pode ser visto como o desenvolvimento e a transformação da política de contenção em uma política de Estado pelo governo dos Estados Unidos, frente ao desencadeamento de eventos, na esfera internacional, envolvendo a União Soviética. A política externa que emergiu desse processo foi determinante na atuação dos Estados Unidos em países como o Irã, principalmente em relação a política de cooperação econômica (NSC-68, 1950, p. 29).

4. Relações bilaterais Estados Unidos-Irã: de Truman a Nixon

4.1 A Crise no Irã de 1946: Azerbaijão iraniano

O primeiro grande confronto diplomático entre os Estados Unidos e a União Soviética, marcando a emergência da Guerra Fria, iniciou-se no Irã em novembro de 1945, apenas dois meses depois do fim da Segunda Guerra Mundial (YEGOROVA, 1996, p. 1). Este choque diplomático tinha como ponto principal a postergação soviética da retirada de suas tropas do norte do Irã e o apoio de Moscou a movimentos separatistas azerbaijano e curdo naquela região.

Apesar deste imbróglio emergir em 1945, o seu entendimento deve ser feito a partir de uma análise do que se passou no Irã antes da eclosão e desde o início da Segunda Guerra Mundial. O Irã, apesar de não ter uma aliança formal com a Alemanha, mostrava-se favorável

aos interesses germânicos na região do Oriente Médio, contando com um número expressivo de cidadãos alemães em território iraniano (MOTTER, 1952, p. 10), dentre estes, os que espionavam para o governo nazista. A relação estreita entre o governo iraniano de xá Reza Pahlavi e a Alemanha de Adolf Hitler era observada com grande preocupação por parte da União Soviética e do Reino Unido que temiam as consequências da influência alemã na região, como também a de uma possível aliança formal entre Teerã e Berlim. Então, em 25 de agosto de 1941, a fim de frustrar os planos alemães no Irã, e na região como um todo, União Soviética e Reino Unido realizam uma operação conjunta de ocupação do território iraniano, batizada de *Countenance* (MOTTER, 1952, p. 10).

As determinações, que se sucederam à invasão anglo-soviética e a ocupação do Irã, repercutiram-se mais tarde na Crise do Azerbaijão em 1945-1946. Na sequência da operação *Countenance*, estabeleceu-se, em 29 de janeiro de 1942, um Tratado Tripartite entre soviéticos, britânicos e iranianos que tinha determinações como: a não interferência iraniana nos interesses soviéticos e britânicos no país; manutenção da integridade territorial para o Irã; a retirada das forças de ocupação do país seis meses após o fim do conflito; o Irã ficaria ocupado por forças britânicas ao sul de Teerã e ao norte desta seria ocupado por tropas soviéticas; e o estabelecimento de que o Irã asseguraria à União Soviética e à Grã-Bretanha o controle de todos os meios de comunicação do país, como rodovias, ferrovias, portos, telefonia, entre outros (MOTTER, 1952, p. 11).

A realização deste acordo teve como principal consequência a viabilização de um corredor de suprimentos de materiais de guerra, o Corredor Persa, dos Estados Unidos e Reino Unido para os esforços de guerra soviéticos no front oriental do teatro europeu na Segunda Guerra Mundial. Ainda como resultado da Operação *Countenance*, determinou-se que o Xá Reza Pahlavi abdicasse do poder em favor do seu filho herdeiro, Mohammed Reza Pahlavi (MOTTER, 1952, p. 10), que viria a ser um crucial ator nas relações bilaterais entre o Irã e os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria.

A crise emergiu quando da retirada das forças de ocupação do país, seis meses após o fim do conflito mundial, ou seja, em março de 1946. Antes de desvelar como a crise se desenvolveu, é importante atentar-se às motivações soviéticas em sua postergação por um mês do compromisso legal de desocupar o Irã. Esta atitude do Kremlin tinha como principal objetivo a garantia de concessões que permitissem aos soviéticos a exploração exclusiva de petróleo no norte do Irã, sendo que o atingimento deste objetivo visava atender dois interesses soviéticos: econômico, em que a exploração de petróleo garantiria benefícios à economia da URSS; e político, pois a União Soviética almejava que seus interesses por petróleo no Oriente Médio tivessem o mesmo tratamento que era dispensado ao Reino Unido e aos Estados Unidos (YEREGOVA, 1996, p. 2).

O interesse político dos soviéticos nas concessões de petróleo nasceu ainda durante a Segunda Guerra Mundial, como uma reação às articulações dos britânicos e dos estadunidenses com o governo iraniano, objetivando a garantia de concessões petrolíferas no sul do Irã. Então, em setembro de 1944, os soviéticos iniciaram negociações bilaterais com as autoridades iranianas a fim de garantirem concessões similares às dos EUA e Reino Unido. Contudo, a proposta soviética não era apenas rejeitada, como também o *Majlis* iraniano⁸ aprovou, em dois de dezembro de 1944, uma lei impedindo que as autoridades executivas do Irã negociassem

8 Parlamento iraniano.

concessões de petróleo com quem quer que fosse (YEGOROVA, 1996, p. 3, 5).

A política para barrar os interesses de Moscou no Irã, apesar de ter sido articulada principalmente pelos Estados Unidos, foi avaliada pelos soviéticos como a extensão das ações perpetradas pelos britânicos, através de sua influência no *Majlis*. Então, a fim de garantir concessões de petróleo, durante e após o fim da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética empreendeu influenciar as populações locais no norte do Irã, nas áreas que estavam sob sua ocupação, o Azerbaijão e o Curdistão iranianos, para que nas próximas eleições legislativas, políticos eleitos dessas regiões apoiassem os interesses soviéticos dentro do parlamento iraniano (YEREGOVA, 1996, p. 6).

O movimento soviético de se articular no apoio dos interesses das populações curdas e azerbaijanas do Irã era feito através de um importante instrumento: a diplomacia partidária. Esse instrumento era usado para a promoção dos interesses soviéticos em outros países através da articulação do partido comunista da União Soviética com os partidos comunistas e movimentos democráticos de outros países, agindo em paralelo, diferentemente da diplomacia de Estado. No Irã, a princípio, essa ferramenta partidária era utilizada por Moscou por meio do *Tudeh*⁹, a fim de obter exercer a influência política e fazer frente aos interesses britânicos no país. Contudo, a diplomacia partidária passou a ser utilizada pela União Soviética para apoiar movimentos de libertação nacional curdos e azerbaijanos, levando à criação de Estados autônomos no Azerbaijão e Curdistão iranianos¹⁰, respectivamente, em novembro e dezembro de 1945 (YEGOROVA, 1996, p. 6, 9).

Os soviéticos, ao apoiarem estes movimentos no norte do Irã, tinham como principal objetivo pressionar o governo iraniano a fazer concessões quanto à exploração de petróleo, almejado pela União Soviética. Porém, para a eficácia desse movimento de pressão, era necessário para que os movimentos de autonomia sobrevivessem até que a diplomacia de Estado soviética obtivesse do governo iraniano alguma espécie de acordo. Então, para garantir essa sobrevivência, a União Soviética protelou a retirada de suas tropas das regiões ocupadas no norte do Irã, impedindo qualquer tentativa do Irã de enviar o exército para a retomada do controle do Azerbaijão e Curdistão iranianos. Porém, apesar desse estímulo aos movimentos separatistas, a União Soviética não tinha interesses em anexar as áreas ocupadas e nem em levar a cabo um golpe revolucionário contra a autoridade central do Irã (YEGOROVA, 1996, p. 13-14, 21).

No início do ano de 1946, a presença militar soviética no Irã passou a sofrer uma crescente oposição, não somente por parte das autoridades iranianas, mas, principalmente, dos Estados Unidos. Esse fato foi evidenciado já em 19 de janeiro de 1946, quando o representante do Irã junto à Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou ao Conselho de Segurança a questão de protesto, referente à ingerência soviética no território iraniano (FATEMI, 1980, p. 96), apesar de o prazo definitivo da retirada ainda não fosse atingido. Além de recorrer à ONU, o Irã atuou bilateralmente com os soviéticos, em que o Primeiro-Ministro iraniano à época, Hamad Qavam, exercendo uma diplomacia hábil, viajou a Moscou, a fim de evitar que tropas soviéticas entrassem em confronto com as forças iranianas (KINZER, 2003, p. 66), bem como de negociar a questão de concessões de petróleo. Os Estados Unidos, juntamente com o Reino Unido, iniciaram um processo de pressão diplomática, atuando por meio da ONU

9 Partido comunista iraniano criado em setembro de 1941, durante o processo de ocupação do Irã pelas potências dos Aliados (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p. 2).

10 República Popular do Azerbaijão e República do Mahabad.

junto ao Conselho de Segurança e por meio da realização de encontros trilaterais com o corpo diplomático soviético (YEREGOVA, 1996, p. 16).

A ação do Irã em recorrer à ONU, emprestando um caráter internacional à crise no Azerbaijão iraniano, juntamente com a pressão diplomática feita pelos Estados Unidos e Reino Unido em reuniões trilaterais com a URSS, foram importantes para a resolução da crise. Contudo, as negociações bilaterais entre o Irã e a União Soviética foram um fator-chave para o fim da crise (YEREGOVA, 1996, p. 17), pois a conclusão de um acordo entre os dois países levou ao anúncio, em 24 de março de 1946, do início da retirada do Exército Vermelho do Irã. Nas negociações, ficaram acordados o estabelecimento de uma sociedade anônima soviético-iraniana na exploração de petróleo; e o aumento do número de assentos no *Majlis*, de acordo com a população de cada província autônoma iraniana. Após as negociações, a retirada das tropas soviéticas já em abril de 1946 e o fim do apoio de Moscou aos movimentos separatistas curdos e azeris resultou na retomada do controle do Irã sobre as regiões declaradas autônomas do Azerbaijão e Curdistão iraniano (YEGOROVA, 1996, p. 16-17 e 20).

Apesar de a União Soviética ter pressionado o Irã a fazer concessões¹¹, o *modus operandi* soviético para obtê-las foi contraproducente. Esse fato foi evidenciado pela reação dos Estados Unidos, que se utilizaram da experiência da crise no Irã para ajudar a forjar a Doutrina Truman e uma política externa de contenção ao comunismo; e pela tendência de britânicos e estadunidenses de se aliarem para se oporem aos interesses soviéticos no Oriente Médio. Em relação ao Irã, a posição soviética se deteriorou, pois o partido *Tudeh* perdeu influência dentro do Irã, por ser visto como uma peça dos interesses de Moscou, enfraquecendo o poder da diplomacia partidária em território iraniano; e, principalmente, acelerou o processo de aproximação do Irã com os Estados Unidos, em que os iranianos passaram a ter nos EUA um aliado em uma estratégia de “equilíbrio” diante da “ameaça” da União Soviética (FATEMI, 1980, p. 64; GADDIS, 1997, p. 163).

1.1. Governo Eisenhower e a construção do *northern tier*

Desde os anos finais do governo Harry Truman, os Estados Unidos estavam em um processo de articulação com os britânicos para a formação de um complexo regional de defesa para a região do Oriente Médio, semelhante à Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN) na Europa. Essas tentativas se iniciaram com a proposta do Reino Unido da criação do *Middle East Command* (MEC), no início de 1951, e, em junho de 1952, os Estados Unidos propuseram o *Middle East Defense Organization* (MEDO). Contudo, ambos os projetos foram rejeitados por alguns países árabes, como o Egito, que receava a perpetuação dos interesses imperialistas dos britânicos na região e, principalmente, pela tensão gerada pela disputa do controle do Canal de Suez. O projeto de um complexo de defesa para a região se concretizaria apenas com o governo Dwight D. Eisenhower com a ideia de *northerntier*¹², através do pacto de Bagdá e, posteriormente, a *Central Treaty Organization* (CENTO), no qual o Irã constituiria uma peça fundamental (LITTLE, 2008, p. 126-128). Contudo, antes de a estratégia de *northern tier* tornar-se viável em 1955, é preciso se atentar para as tensões que se elevavam no Irã desde

11 Apesar da União Soviética ter conseguido pressionar o primeiro-ministro iraniano, Hamad Qavam, a um tratado, para a formação de uma sociedade anônima iraniana-soviética para a exploração de petróleo no norte do Irã, o *Majlis* iraniano recusou, em 1947, ratificar o acordo feito com os soviéticos (YEGOROVA, 1996, p. 22).

12 *Northern tier*, traduzido como “faixa norte”, referia-se a um dos pilares da política externa estadunidense de contenção da União Soviética no Oriente Médio, através da formação de um complexo de defesa, formado por países da região.

1949, com o movimento de nacionalização do petróleo, liderado por Mohammad Mosaddeq, e os EUA neste contexto.

1.1.1. Governo Mosaddeq: o golpe e a presença estadunidense no Irã

A exploração britânica de petróleo em território iraniano data desde o início do século XX, oficializando-se, em 1909, com a criação da *Anglo-Persian Oil Company* que alterou seu nome, em 1935, para *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC) (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 160). A atuação dessa empresa britânica no Irã foi gerando, ao longo da primeira metade do século XX, uma crescente insatisfação na parte do governo e da sociedade iraniana, devido ao regime monopolista britânico na exploração do petróleo.

Essa realidade é determinante para o surgimento, em 1949, de um movimento nacionalista, o qual, encabeçado por Mohammad Mosaddeq, pregava que, para o Irã alcançar sua soberania e estabelecer um governo democrático, o país não poderia ter a sua principal indústria controlada por uma companhia estrangeira. Então, para a realização desse objetivo seria necessário promover a nacionalização da AIOC, o que, por conseguinte, representaria um conflito com os interesses do Reino Unido no Irã, segundo os quais a posse majoritária britânica do petróleo iraniano era legítima, já que a descoberta e o capital investido foram britânicos. Contudo, à revelia dos interesses britânicos, o movimento para a nacionalização da AIOC ganhou força com a chegada, em abril de 1951, de Mosaddeq à posição de primeiro-ministro do Irã, concretizando a nacionalização da companhia em dois de maio de 1951 (GASIOROWSKI; BYRNE, 2004, p. 5-6, 129 e 133).

A nacionalização, levada a cabo sob a liderança de Mosaddeq, causou um protesto e uma resistência dos britânicos em relação à ação do governo iraniano, desencadeando um boicote das principais empresas internacionais de petróleo, sob o controle do Reino Unido. Concomitantemente, os britânicos passaram a se articular com elementos conservadores e pró-britânicos dentro do Irã, em especial, com o monarca iraniano, Mohammed Reza Palahvi, para que Mosaddeq fosse retirado do poder, primeiramente, por meios legais, e, posteriormente, por um golpe de Estado. O xá tinha especial interesse na retirada de Mosaddeq do cargo de primeiro-ministro, pois Mosaddeq representava uma ameaça à hegemonia de poder, que o monarca aspirava dentro do Irã. Complementarmente, a perpetração de um golpe de Estado era uma opção para o xá, porém, este temia revogar Mosaddeq da sua posição, dada a grande popularidade do primeiro-ministro, fruto da defesa de uma pauta anti-imperialista (GASIOROWSKI; BYRNE, 2004, p. 7-9 e 28). Nesta equação, a viabilização de um golpe de Estado no Irã seria possível com a participação de um importante ator alegadamente externo - os Estados Unidos.

Durante o governo de Harry Truman (1945-1953), o relacionamento dos Estados Unidos com Mosaddeq era amistosa, com o presidente estadunidense recusando-se a contemplar um golpe contra Mosaddeq, apesar da insistência do Reino Unido, pois Truman acreditava que este tipo de ação levaria o Irã mais próximo da influência soviética. Contudo, em 20 de janeiro de 1953, com o início da administração de Eisenhower, a relação dos Estados Unidos com Mosaddeq iria se alterar gradualmente (GASIOROWSKI; BYRNE, 2004, p. 222-223).

A princípio, Eisenhower compartilhava da mesma abordagem que seu antecessor em não se utilizar de um golpe de Estado para a retirada de Mosaddeq. Contudo, diferentemente

de Truman, Eisenhower não descartava a possibilidade do uso de métodos encobertos para perpetrar um golpe contra Mosaddeq (GASIOROWSKI; BYRNE, 2004, p. 224-225), visão esta reforçada pelo seu Secretário de Estado John Foster Dulles, segundo Kinzer:

Logo depois que o presidente Eisenhower assumiu em 20 de janeiro, 1953, John Foster Dulles e Allen Dulles disseram aos homólogos britânicos que eles estavam preparados para se moverem contra Mosaddeq. O golpe deles teria o codinome Operação Ajax, ou, no jargão da CIA, TPAJAX. Para dirigi-la, eles escolheram um agente da CIA com considerável experiência no Oriente Médio, Kermit Roosevelt, neto do presidente Theodore Roosevelt (KINZER, 2003, p. 4, tradução nossa).¹³

As atividades de realização de um golpe no Irã, em articulação com os britânicos, seriam vistas com receio pelos Estados Unidos por poderem ser associadas na região do Oriente Médio com políticas coloniais do Reino Unido (BARRETT, 2007, p. 12). Entretanto, a possibilidade de um golpe contra Mosaddeq tornou-se cada vez mais viável, devido a dois motivos: a constante recusa do primeiro-ministro iraniano de um possível acordo para a resolução das tensões entre o Irã e o Reino Unido, acerca da nacionalização do petróleo iraniano; e, principalmente, o crescente isolamento político de Mosaddeq, levando o primeiro-ministro a depender mais fortemente do *Tudeh* para manter-se no poder, levando a um receio por parte dos Estados Unidos de uma possível tomada de poder pelos comunistas (GASIOROWSKI; BYRNE, 2004, p. 224-225).

Então, o governo Eisenhower colocou em ação o plano para a derrubada de Mosaddeq do poder, a “Operação Ajax”. Este plano se desenvolveu por meio da articulação da *Central Intelligence Agency* (CIA), sob a liderança do agente Kermit Roosevelt (KINZER, 2003, p. 4), com o xá Mohammed Reza Palahvi. A operação consistiria nas seguintes ações:

Primeiro, uma campanha em mesquitas, na imprensa e nas ruas minaria a popularidade de Mosaddeq. Segundo, militares monarquistas entregariam um decreto demitindo-o (Mosaddeq). Terceiro, turbas tomariam o controle das ruas. Quarto, General Zahedi emergiria triunfante e aceitaria a nomeação do Xá como primeiro-ministro (KINZER, 2003, p. 10, tradução nossa).¹⁴

O plano foi posto em ação em 16 de agosto, resultando na tomada das ruas por multidões de ambos os lados, pró-xá e pró-Mosaddeq, em que o primeiro grupo era composto por militares monarquistas e elementos conservadores, como religiosos xiitas. Após quatro dias da tensão e com o xá Mohammed Reza Palahvi tendo que deixar o Irã, finalmente em 20 de agosto de 1953, Mohammed Mosaddeq foi deposto do poder (BARRETT, 2007, p. 14).

Ao final do golpe de Estado contra Mosaddeq, a administração Eisenhower concluiu que havia resolvido a crise imediata no Irã, afastando a ameaça de os comunistas chegarem ao poder naquele momento (BARRETT, 2007, p. 14). Contudo, uma tomada efetiva do poder pelos comunistas através do *Tudeh* era irreal, porque o partido comunista iraniano fizera oposição ao governo de Mosaddeq, tanto durante a maior parte de seu governo, quanto nos momentos finais deste. O *Tudeh* estava fragmentado sobre se apoiar ou não o primeiro-ministro e, somado a esse fator de indecisão, o partido não possuía membros suficientes, nem popularidade, nem um plano concreto para a tomada do poder (GASIOROWSKI; BYRNE, 2004, p. 124). A oposição do *Tudeh* em relação ao governo de Mosaddeq estava relacionado à não concessão de petróleo

13 Soon after President Eisenhower took office on January 20, 1953, John Foster Dulles and Allen Dulles told their British counterparts that they were ready to move against Mossadegh. Their coup would be code-named Operation Ajax, or, in CIA jargon, TPAJAX. To direct it, they chose a CIA officer with considerable experience in the Middle East, Kermit Roosevelt, a grandson of President Theodore Roosevelt (KINZER, 2003, p. 4).

14 First, a campaign in mosques, the press, and the streets would undermine Mossadegh's popularity. Second, royalist military officers would deliver the decree dismissing him. Third, mobs would take control of the streets. Fourth, General Zahedi would emerge triumphantly and accept the Shah's nomination as prime minister (KINZER, 2003, p. 10).

à União Soviética no norte do Irã e ao bom relacionamento que o primeiro-ministro iraniano tinha com a administração Truman (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p. 2-3).


Do ponto de vista político e diplomático, o golpe de Estado, articulado pelos Estados Unidos, teve como consequências: o fortalecimento da figura do xá dentro do Irã, apesar de a administração Eisenhower buscar manter a distinção entre o seu apoio ao Irã e a figura do monarca iraniano; a aproximação do *modus operandi* dos Estados Unidos com o do Reino Unido, pois a espionagem foi aceita como um método efetivo para se manter o controle político da região; a exploração do petróleo iraniano passou a ser realizado por um consórcio anglo-americano (BARRET, 2007, p. 14-15); e, o mais importante, a possibilidade de o Reino Unido se alinhar com a política de contenção que envolvesse o Irã, dada a normalização das relações entre os dois últimos países. Somada a estas consequências, o governo Eisenhower ainda mantinha a necessidade do desenvolvimento econômico e a implementação de reformas sociais e políticas para a manutenção da estabilidade e o bloqueio ao comunismo no Irã e no Oriente Médio (BARRET, 2007, p. 14).

1.1.2. Doutrina Eisenhower e a ascensão do xá

O começo do ano de 1957 foi marcado pelo pronunciamento do presidente Dwight Eisenhower ao Congresso dos Estados Unidos, que, naquela mensagem, o chefe de Estado solicitava a liberação do uso de apoio financeiro e do uso da força militar por parte dos Estados Unidos com o objetivo de proteger seus aliados na região do Oriente Médio contra o avanço do comunismo. Posteriormente, em março de 1957, o congresso estadunidense garantiu à administração Eisenhower \$200 milhões e a autorização do uso da força militar, oficializando a doutrina Eisenhower (LITTLE, 2008, p. 132). Apesar desta doutrina ter sido oficializada em 1957, as suas fundações foram construídas gradualmente frente aos acontecimentos internacionais pré-1957.

Desde o início de seu mandato, em janeiro de 1953, Eisenhower e seu secretário de Estado John Foster Dulles ansiavam pelo estabelecimento dos Estados Unidos como o principal ator na região do Oriente Médio, com o objetivo de conter o avanço soviético na região, principalmente, frente ao declínio da influência do Reino Unido na região. Então, com esse ideal como o norte da política externa estadunidense, a administração Eisenhower passou a estimular a formação de pactos entre países do Oriente Médio com o objetivo de defesa mútua contra uma possível agressão soviética, criando assim as bases de um complexo regional de defesa que incluísse a Turquia, o Paquistão, o Irã e o Iraque, o *northern tier*. O primeiro passo na direção desse projeto iniciou-se, em dois de abril de 1954, com um pacto de defesa mútua entre a Turquia e o Paquistão, e o incentivo do Reino Unido ao Iraque para apoiar a ideia do *northern tier*. Contudo, somente em 1955, o projeto do *northern tier* avançou de fato, quando, em 24 de fevereiro, a Turquia e o Iraque firmaram um acordo de defesa mútua ou o pacto de Bagdá (LITTLE, 2008, p. 127, 129 e 132).

Porém, em cinco de abril de 1955, uma alteração a este projeto surgiu: a adesão do Reino Unido ao pacto de Bagdá. O objetivo dos britânicos com esta ação era de entrarem no guarda-chuva de proteção dos Estados Unidos, na expectativa que este último arcasse com os gastos de defesa, garantindo os interesses britânicos no Oriente Médio. Esta adesão,



entretanto, teve como implicação principal a eliminação da possibilidade de o Egito se juntar ao pacto de Bagdá, pois havia grande tensão e desconfiança dos egípcios para com os britânicos, principalmente pela disputa do controle do Canal de Suez (LITTLE, 2008, p. 129).


Após a adesão britânica seguiram-se o Paquistão e o Irã, respectivamente, em setembro e novembro de 1955. Este último país era de especial importância para o projeto do *northern tier*, pois o Irã funcionaria como uma ponte entre a Turquia e o Paquistão, além de ser o país, entre os membros do pacto, com a maior fronteira com a União Soviética. Entretanto, a entrada do Irã no pacto não ocorreu sem a resistência do governante do país, o xá Mohammed Reza Pahlavi, que, em 15 de dezembro de 1954, pronunciou-se sobre a impossibilidade de o Irã se unir a um pacto de defesa regional, salvo o recebimento de grande apoio militar dos Estados Unidos. Então, com a promessa de apoio militar estadunidense, o Irã aderiu ao pacto de Bagdá em três de novembro de 1955, completando o *northern tier* (LITTLE, 2008, p. 129).

A entrada do Reino Unido no pacto de Bagdá continuava a reverberar negativamente na região do Oriente Médio. A presença britânica foi entendida pelo líder da União Soviética, Nikita Khrushchev, como um disfarce para o imperialismo do Ocidente no Oriente Médio. Essa lógica, aliada ao emergente nacionalismo árabe, catalisou a aproximação entre o Egito de Nasser e a União Soviética, resultando em um acordo para o fornecimento de armamento para o Egito, no valor de \$86 milhões (LITTLE, 2008, p. 130).

A aproximação e o acordo entre o Egito e a União Soviética foram interpretados pelos Estados Unidos como uma tentativa soviética de burlar o *northern tier* e catalisar sua influência a partir do Egito. Então, como contramedida ao avanço soviético, em dezembro de 1955, os Estados Unidos e o Reino Unido, propuseram o fornecimento de apoio econômico e técnico para o Egito a fim de construir a represa de Assuã. Contudo, esse apoio oferecido foi duramente criticado pelos países do pacto de Bagdá, os quais argumentaram que Nasser, em seu jogo diplomático entre o Ocidente e a União Soviética, tinha mais benefícios que os países alinhados ideologicamente ao Ocidente. Então, percebendo o jogo diplomático de Nasser e a impossibilidade de atrair o Egito para a esfera de influência estadunidense, somado à reação negativa dos membros do pacto de Bagdá, Eisenhower retirou, em 20 de julho de 1956, o apoio econômico oferecido para a construção de barragem de Assuã (LITTLE, 2008, p. 130), tendo sido substituído pelos investimentos e pela ajuda técnico-material soviéticos.

Após a retirada do apoio estadunidense, Nasser retaliou com o controle do Canal de Suez, gerando uma situação de beligerância do Egito com o Reino Unido, a França e Israel. Entretanto, a crise, que entrou em fase militar, foi rapidamente solucionada, devido à pressão diplomática dos Estados Unidos e da União Soviética sobre o Reino Unido e a França, no sentido de retirarem suas forças armadas do Canal de Suez, pois o Conselho de Segurança da ONU previa que a crise escalasse ao ponto de levar a um confronto de larga escala no Oriente Médio. Ao fim da Crise de Suez, Nasser teve sucesso em sua nacionalização do Canal de Suez, o que marcou a aceleração da decadência do poder britânico no Oriente Médio (LITTLE, 2008, p. 130 e 132) e o ingresso da União Soviética como ator de peso na região do Oriente Médio, através do desenvolvimento das relações com o Egito, o Iraque e a Síria.

Os resultados da Crise de Suez, notadamente o vácuo de poder deixado pelos britânicos, levaram a administração Eisenhower a se engajar mais fortemente no Oriente Médio, a fim



de impedir um avanço soviético. O impedimento da União Soviética poderia ser reforçado pela entrada dos Estados Unidos no pacto de Bagdá. Contudo, esta estratégia foi abandonada por receio da reação das forças políticas ligadas a Israel dentro do país. Então, Eisenhower optou por atuar por fora do pacto de Bagdá, estabelecendo acordos bilaterais com cada país do pacto. A escolha desta estratégia levou, em janeiro de 1957, o presidente dos Estados Unidos a discursar ao Congresso estadunidense, a fim de aprovar a Doutrina Eisenhower (LITTLE, 2008, p. 131-132).

O contexto internacional que se seguiu após o discurso do presidente estadunidense diante do Congresso americano, colocaria à prova a Doutrina Eisenhower. O primeiro evento foi o estabelecimento entre a Síria e a União Soviética de um acordo de trigo por armas, ação que implicou na deterioração da relação diplomática síria com os Estados Unidos, colocando o país em alerta e predisposto a usar a doutrina Eisenhower. Após a Síria, em 14 julho de 1958, ocorreu o fato mais preocupante para a doutrina Eisenhower acerca do destino do Oriente Médio, uma revolução no Iraque por um grupo de esquerda nacionalista, representando um revés para a estratégia do *northern tier*; devido à retirada do Iraque da aliança. Naquele mesmo ano, agravando ainda mais a posição dos Estados Unidos, aconteceu uma tentativa fracassada de golpe na Jordânia e um aumento de tensões no Líbano. A crise de cunho antiocidental neste último país foi abordada conforme a Doutrina Eisenhower, em que os Estados Unidos, temendo uma repetição do ocorrido no Iraque, enviaram tropas, a pedido do presidente libanês, estabilizando, posteriormente, a situação no Líbano (LITTLE, 2008, p. 133-135).

Apesar de a mudança antiocidental de regime no Líbano ter sido evitada, o ano de 1958 colocou em xeque a política dos Estados Unidos no Oriente Médio, levando a administração Eisenhower a promover modificações de sua política externa para a região. A primeira consistiu em reestruturar o pacto de Bagdá após a saída do Iraque, em que os Estados Unidos aprovaram uma série de acordos com os países membros, alterando o nome do tratado garantidor do *northern tier* para *Central Treaty Organization* (CENTO). A segunda medida tomada por Eisenhower consistiu em desenvolver relações com países de forte nacionalismo árabe, que no ano de 1958 se mostraram abertamente contra o Ocidente. Em relação a esta última ação, os Estados Unidos passaram a se distanciar das políticas do Reino Unido na região, inclusive se opondo a estas, quando contrárias aos objetivos estadunidenses. Então, desse posicionamento, e do declínio de poder do Reino Unido, surge a necessidade de os Estados Unidos buscarem um novo parceiro para se articular no Oriente Médio, em que o Irã surge como o principal candidato pois, além de seu posicionamento estratégico diante da União Soviética, se opunha ao movimento do pan-arabismo, encabeçado por Nasser (LITTLE, 2008, p. 136).

O ano de 1958 representou um marco para as relações entre o Irã e os Estados Unidos, fruto dos reveses sofridos pela administração Eisenhower e pela sua respectiva doutrina. Esta constatação decorre do aumento de poder de barganha iraniano em seus pedidos pelo maior apoio econômico e militar, pois com a revolução no Iraque, que retirou este país da esfera de influência estadunidense, a importância do Irã para o projeto do *northern tier* aumentou consideravelmente (BARRETT, 2007, p. 91). Contudo, a despeito do aumento do poder de barganha iraniano, a administração Eisenhower manteve a tônica nas reformas sociais e desenvolvimento econômico, em detrimento do militar, como a ferramenta para a estabilização do Irã (BARRETT, 2007, p. 81).

1.2. Doutrina Nixon: a política dos pilares e *proxies*¹⁵

Ao final do mandato de Eisenhower, sua doutrina já se encontrava ineficiente, principalmente devido aos movimentos nacionalistas árabes, os quais relacionavam a Doutrina Eisenhower, devido a sua proposta de intervenção militar, com o imperialismo britânico (LITTLE, 2008, p. 137). A partir dessa constatação, a administração de Lyndon Johnson, envolvida no conflito do Sudoeste asiático, promoveu uma gradual mudança na abordagem de contenção, criando alicerces para a Doutrina Nixon.

Em 1961, ao iniciar o seu mandato, o presidente John F. Kennedy mostrou-se favorável a uma política de fortalecimento militar de aliados estratégicos no Oriente Médio, com o objetivo de que estes continuassem preencher o vácuo de poder gerado pelo enfraquecimento do Reino Unido e pelo assentamento dos Estados Unidos na região. Essa abordagem ganhou força principalmente com a intensificação do envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, levando a administração de Lyndon Johnson¹⁶, em 1966, a instaurar a “política dos dois pilares”, conhecida como a doutrina Johnson – Mann, este último subsecretário de Estado para a América Latina. Formulada em 1965, na esteira da intervenção norteamericana na República Dominicana, a doutrina tinha como objetivo central combater a ameaça da apreensão forçada de poder por comunistas. Na América Latina, ela se estabeleceu na forma de alinhamento com os Estados Unidos dos países da região que apoiavam as doutrinas da Guerra Fria e combatiam a ideologia e a influência comunista. No Oriente Médio, a doutrina focou o fortalecimento militar da Arábia Saudita e do Irã, escolhidos principalmente por sua capacidade financeira para se militarizarem para exercer a contenção comunista. Contudo, o Irã foi o país mais ativo nessa política dos Estados Unidos, pois era membro da CENTO, possuía um dos maiores exércitos da região e demonstrava um grande interesse em se tornar uma potência militar regional (LITTLE, 2008, p. 138 e 140).

A política dos “dois pilares”, oficializada na administração Johnson, foi intensificada com o início do mandato de Richard Nixon. Este tinha como principal objetivo reduzir o risco de envolvimento dos Estados Unidos em conflitos no Terceiro Mundo, contando com *proxies* pro-Occidente que seriam fortemente armados pelo país (LITTLE, 2008, p. 138). Então, a partir dessa perspectiva, a administração Nixon encontrou no desejo do xá Mohammed Reza Pahlavi de tornar o Irã uma potência militar regional, uma parceria perfeita para a Doutrina Nixon, levando a um imenso incremento da aquisição iraniana de armamento estadunidense em que, segundo Little (2008, p. 145), “[...] durante os cinco anos seguintes o xá desembolsaria \$16,2 bilhões – aproximadamente sete vezes o que ele havia gastado durante as duas décadas anteriores – com aviões, tanques, navios de guerra, e outros sofisticados sistemas de guerra dos EUA”. Essa política mostrou uma grande evolução dos interesses dos Estados Unidos pois, no final de 1976, as posições estadunidenses no Oriente Médio pareciam tão bem asseguradas como havia trinta anos, quando o Reino Unido decidiu iniciar seu processo de retirada gradual da região (LITTLE, 2008, p. 145). Contudo, a política dos “dois pilares” e a Doutrina Nixon não contavam com uma revolução eventual, que mudaria a conjuntura político-militare representaria um grande revés para a política de contenção na região.

15 O termo *Proxies* significa em português procuração, termo que, quando empregado a assuntos geopolíticos, refere-se a países ou grupos que são utilizados indiretamente por um outro país, a fim de realizar seus objetivos, como, por exemplo, uma guerra.

16 John Kennedy foi assassinado em 22 de novembro de 1963, assumindo o seu vice, Lyndon Johnson.

1. O Irã e o bloco socialista: de 1946 à *Détente*¹⁷

O início das relações entre a União Soviética e o Irã no período da Guerra Fria foi marcado por uma grande tensão, em 1946, devido à crise no Azerbaijão iraniano, melhorando somente após a morte de Stálin, em 1953. Na década de 1950, a União Soviética tinha um interesse especial em que o Irã apoiasse suas políticas no Oriente Médio e que o país se retirasse do pacto de Bagdá (BARRETT, 2007, p. 86). Enquanto isso, ainda durante a década de 1950, mesmo mantendo relações muito estreitas com os Estados Unidos, o Irã buscou emular a tática dos países não-alinhados, como o Egito e a Índia, ao utilizar tentativas de aproximação com a União Soviética como um instrumento para angariar maior apoio econômico e militar dos Estados Unidos, durante a administração Eisenhower (BARRETT, 2007, p. 82).

Os anos 1960 marcaram o início de uma efetiva melhora nas relações do Irã com a União Soviética, quando a “[...]URSS normalizou relações com o Irã em setembro 1962, após a garantia do xá de que nenhum míssil americano seria colocado em território iraniano” (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p.3, tradução nossa)¹⁸. Este comprometimento foi reiterado por meio da troca de notas diplomáticas, em 15 de novembro de 1962, nas quais o Irã não iria permitir que Estados estrangeiros utilizassem seu território para a instalação de bases de mísseis. Contudo, o processo de melhoria das relações foi apenas o início de uma tendência que se consolidaria na década seguinte, durante o período da *Détente*.

A década de 1970 foi marcada pelo período da *Détente* durante a Guerra Fria, em que houve um relaxamento da tensão entre os blocos ocidental e soviético. O novo paradigma que se instalou foi visto como muito positivo para o Irã pois, para o Xá Mohammed Reza Pahlavi, a forte bipolaridade, que antecedeu a década de 1970, representava uma limitação para os interesses de tornar o Irã uma grande potência regional (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p. 5), em que o país não podia utilizar todo o potencial das crescentes rendas, geradas pelo aumento do preço, para se modernizar. Então, com a chegada da *Détente*, o xá percebeu a possibilidade de tornar o grande potencial de produção petrolífera do Irã em uma ferramenta diplomática, a petro-diplomacia.

A petro-diplomacia utilizada pelo Irã tinha duas bases principais: primeira, em relação ao Ocidente, o xá procurou ligar a *Détente* na Europa com a necessidade da paz no Oriente Médio, dado que aquele continente dependia do petróleo da região para o seu desenvolvimento. A segunda base estava ligada ao uso do petróleo como um ativo de troca com o bloco socialista, em que o Irã forneceria petróleo e gás para a União Soviética e a Europa Oriental, enquanto estes forneceria, em troca, tecnologias industriais e de engenharia. Este último pilar da petro-diplomacia do xá, contudo, não se restringia aos objetivos econômicos, pois a melhoria das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética levá-la-ia a ansiar pela continuação do xá no poder no Irã e, conseqüentemente, enfraquecer o *Tudeh* e o impacto da sua oposição ao regime do monarca iraniano (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p. 7-8).

A *Détente*, portanto, representou um período de grande melhora nas relações do Irã com o bloco socialista, usando o petróleo como uma ferramenta diplomática. Através deste movimento de ultrapassar a barreira da bipolaridade imposta pela Guerra Fria, Mohammed Reza Pahlavi mostrou-se um ator revisionista da Guerra Fria, rompendo com a visão de que

17 *Détente* é uma palavra francesa que significa relaxamento ou distensão.

18 “[...]USSR normalized relations with Iran in September 1962, after the Shah’s pledge that no American missiles would be stationed on Iranian territory” (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p.3).

o Irã se constituía apenas como uma ferramenta da política dos Estados Unidos (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p. 5).

6. Revolução Islâmica no Irã em 1979: mudança de paradigmas na Guerra Fria

1.1. Revolução de 1979 e os Estados Unidos: o fim de uma Era

O Irã, desde o início da Guerra Fria, esteve presente na política externa dos Estados Unidos, tornando-se um dos pilares da política de contenção do comunismo no Oriente Médio. Esta realidade tornou-se especialmente forte a partir da doutrina Nixon, considerada um paradigma de reconfiguração da política externa estadunidense, que visava o desengajamento da Guerra do Vietnã e dos conflitos no Terceiro Mundo, a reavaliação da doutrina de contenção da época de Truman, a inserção na política da *Détente*, que foi liderada pela Europa. A sua doutrina teve continuidade nos primeiros anos da administração Carter (LITTLE, 2008, p. 147). A confiança dos Estados Unidos na doutrina Nixon foi evidenciada, em 31 de dezembro de 1977, em Teerã, quando o presidente Jimmy Carter disse que o “Irã, devido à grande liderança do xá, é uma ilha de estabilidade em uma das áreas mais conturbadas do mundo. Isso é tributo de você, Vossa Majestade, e a sua liderança e ao respeito e admiração e amor que o seu povo tem por você” (CARTER, 1977, tradução nossa)¹⁹. A realidade, contudo, provaria ser bem diferente do discurso do presidente dos Estados Unidos, pois o início do ano de 1978 colocou em marcha um evento que mudaria os rumos do Oriente Médio durante e após a Guerra Fria: a Revolução Islâmica Iraniana.

Mohammed Reza Pahlavi, desde o golpe de estado contra Mosaddeq em 1953, governava o Irã de forma crescentemente autocrática, utilizando-se de sua polícia secreta, a SAVAK²⁰, para reprimir fortemente seus opositores internos, desde os comunistas do *Tudeh* aos clérigos xiitas conservadores (ALVANDI; GHEORGHE, 2014, p. 2; BARRETT, 2007, p. 82). Outro aspecto do governo do xá era a forte presença estrangeira no Irã, principalmente dos Estados Unidos²¹, que se apresentava por meio de empresários e militares e através das reformas de cunho ocidentalizante, levadas a cabo pelo regime, gerando em uma parcela da população iraniana um forte sentimento de xenofobia e de ataque aos valores islâmicos e identitários (BARRETT, 2007, p. 85; CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 47).

Essas características do regime do xá geraram um crescente ressentimento da população iraniana para com o seu governante, como também para com os Estados Unidos, país que tinha uma forte imagem atrelada ao do monarca do Irã. A esta insatisfação popular se somou uma forte percepção de corrupção, um rápido crescimento da inflação e o aumento da desigualdade, levando a manifestações no ano de 1977, por parte de intelectuais e da classe média, e no início de 1978 por clérigos xiitas (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 46 e 48). Estes últimos foram de grande importância para o desenvolver da Revolução Iraniana, pois esse segmento social era liderado pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini que, do exílio, desde 1964, comandava o movimento

19 Iran, because of the great leadership of the Shah, is an island of stability in one of the more troubled areas of the world. This is a great tribute to you, Your Majesty, and to your leadership and to the respect and the admiration and love which your people give to you (CARTER, 1977).

20 Sigla para *Sazman-e Ettelaat va Amniyat-e Keshvar*.

21 Em 1978, dos 60 mil estrangeiros presentes no Irã, 45 mil eram dos Estados Unidos (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 47).

clerical iraniano através de suas mensagens fundamentalistas (KINZER, 2003, p. 196-197). Diante das manifestações populares, o governo de Mohammed Reza Pahlavi reagiu de forma truculenta, levando as mortes de manifestantes, fato que apenas intensificou manifestações e a deterioração da imagem do governo, culminando para a fuga do xá, em 16 de janeiro de 1979, e a instalação do governo revolucionário pelo Aiatolá Khomeini após o seu retorno do exílio, desencadeando uma série de consequências.

O primeiro ano da recém instaurada República Islâmica do Irã mostraria, no final de 1979, uma de suas principais características: o antiamericanismo. Esse sentimento se explicitou em quatro de novembro de 1979, quando uma multidão, em reação ao asilo concedido pelos Estados Unidos ao xá, invadiu a embaixada norte-americana em Teerã, tomando dezenas de cidadãos estadunidenses como reféns, incluindo agentes diplomáticos (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 57; LITTLE, 2008, p. 151). Este gravíssimo ato de violação do direito diplomático, contudo, revelou um grande ressentimento dos iranianos para com os Estados Unidos, remetendo ao golpe de 1953, pois foi na embaixada estadunidense em Teerã que a CIA havia realizado parte das articulações para a derrubada de Mosaddeq, permitindo que o xá, na época, retornasse ao Irã para reassumir o governo (KINZER, 2003, p. 202).

A Revolução Iraniana, em 1979, e a consequente invasão da embaixada estadunidense em Teerã resultaram no rompimento das relações diplomáticas entre o Irã e os Estados Unidos, mas, principalmente, marcou o esfacelamento da política de contenção à União Soviética no Oriente Médio, pois com a saída do principal pilar da CENTO, o Irã, o projeto do *northern tier*, a política dos “dois pilares” e dos *proxies* foram colocadas em xeque, representando um grande revés para a política externa dos Estados Unidos, construída desde a década de 1950. Os eventos que ocorreram no Irã, contudo, reverberaram também na União Soviética que percebeu a possibilidade de novas perspectivas de influência sobre a política do Oriente Médio na Guerra Fria.

1.2. A Revolução de 1979 e as perspectivas soviéticas

A Revolução iraniana de 1979 estava representando um grande revés para os Estados Unidos e, principalmente, para a administração Jimmy Carter, que teve que elaborar uma nova abordagem doutrinária para com o Oriente Médio, além de, internamente, ter fragilizado as chances de reeleição com a eclosão da crise dos reféns na embaixada em Teerã (LITTLE, 2008, p. 150). Enquanto os Estados Unidos estavam envolvidos em um turbilhão, a União Soviética viu, num primeiro instante, oportunidades emergirem de toda a instabilidade no Oriente Médio, causada pela Revolução iraniana: a chance de intervir no Afeganistão e intensificar a sua influência no Irã.

Em abril de 1978, os comunistas tomaram o poder no Afeganistão sem, contudo, haver a comprovação da participação soviética no golpe de Estado (LITTLE, 2008, p. 150). Após a tomada de poder pelos comunistas, irrompeu uma guerra civil no país entre comunistas e extremistas religiosos, os *mujahidins*²², ameaçando a posição do governo pro-Moscou, o qual passou a pedir apoio soviético. O envolvimento soviético no Afeganistão estava relacionado com a preocupação de Moscou com a crescente tendência do fundamentalismo religioso na guerra civil afegã, realidade que poderia reverberar negativamente nas repúblicas com a população islâmica dentro da União Soviética, principalmente após a ascensão teocrática no Irã, em 1979

22 *Mujahidins* é o termo utilizado para se referir ao grupo fundamentalista islâmico que combateu a União Soviética no contexto da Guerra do Afeganistão (1979-1989).

(VANCE, 1983, p. 388 apud LITTLE, 2008, p. 150). Então, devido a este temor, a União Soviética passou a intervir diretamente no Afeganistão com o envio de tropas, fomentando a dinâmica da Guerra Fria no conflito, pois, a partir desse momento, os Estados Unidos passaram a se utilizarem dos *mujahidins* como *proxies*, fornecendo-lhes apoio financeiro e militar²³. O conflito no Afeganistão introduziu, portanto, o fundamentalismo islâmico na dinâmica da Guerra Fria, como também representou um enfraquecimento da *Détente* entre os Estados Unidos e a União Soviética.

O Irã, desde o final da crise do Azerbaijão iraniano, constituía-se como um guardião dos interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. Porém, com a eclosão da Revolução islâmica de 1979 e seu forte caráter antiamericanista, surgiu a oportunidade de a União Soviética aumentar a sua influência sobre o Irã. Nos primeiros anos do regime revolucionário iraniano, a União Soviética buscou explorar o forte antiamericanismo para aumentar a sua influência no processo revolucionário, em uma tentativa de que as forças progressistas, guiadas por estes sentimentos, reconhecessem na URSS a defensora da revolução no Irã (CHUBIN, 1983, p. 936). Na busca de concretizar essa estratégia, principalmente com a deflagração da Guerra Irã-Iraque, os soviéticos firmaram, em julho de 1981, um acordo que “previa o treinamento de iranianos na União Soviética, a extensão de assistência técnica e o empréstimo de conselheiros soviéticos ao Irã” (CHUBIN, 1983, p. 934). A União Soviética também provia o Irã de informações, por meio do *Tudeh*, sobre planos de golpes que se nutriam no meio do exército iraniano.

Contudo, a expectativa soviética de aumentar a sua influência no Irã em breve seria frustrada. A invasão soviética no Afeganistão se constituiu como um ponto de choque entre o Irã e a União Soviética, em que o governo teocrático de Teerã, além de demandar a retirada soviética do Afeganistão, passou a fornecer apoio aos *mujahidins*, do grupo opositor ao governo comunista afegão (CHUBIN, 1983, p. 931). A permissividade de Teerã com protestos que ocorriam fora da embaixada soviética também gerava um descontentamento de Moscou (CHUBIN, 1983, p. 931), o qual se fortaleceu quando as lideranças do *Tudeh* passaram a ser perseguidas, levando ao banimento do partido no início de 1983, quando a liderança teocrática se radicalizou na perseguição de opositores. Então, com estes sucessivos choques, ficou óbvio para a liderança soviética que o antiamericanismo da Revolução islâmica não significou necessariamente um posicionamento pro-Moscou por parte dos líderes revolucionários.

A constatação na União Soviética de que o governo iraniano resistia à influência de Moscou passou a gerar preocupações. Primeiramente, a prática revolucionária iraniana, calcada na religião, não se colocava como uma alternativa viável à revolução de base marxista; em segundo lugar, a União Soviética temia que a revolução teocrática islâmica no Irã reverberasse nas populações islâmicas dentro das fronteiras soviéticas, como na Ásia Central e, principalmente, no Cáucaso, onde a república soviética do Azerbaijão concentrava uma parte da população islâmica xiita (CHUBIN, 1983, p. 938 e 945). O temor de a revolução iraniana se alastrar pelo Oriente Médio foi inclusive um ponto determinante para o posicionamento soviético na Guerra Irã-Iraque.

1. Guerra Irã-Iraque: um conflito destoante da Guerra Fria

23 As administrações de Jimmy Carter e de seu sucessor, Ronald Regan, forneceram cerca de \$3 bilhões em apoio aos fundamentalistas afegãos, os *mujahidins* (LITTLE, 2008, p. 152). Juntamente com o apoio financeiro, os *mujahidins* eram armados e treinados pelos Estados Unidos no Paquistão.

Em 1980, o Irã ainda se encontrava nas turbulências internas, fruto da Revolução islâmica que acontecera no ano anterior, situação que deixava o país aparentemente fragilizado, levando, em setembro daquele ano, o dirigente iraquiano, Saddam Hussein, a declarar guerra à República Islâmica do Irã. A principal justificativa para a beligerância iraquiana era o controle da desembocadura do rio Xatalárabe, formado pelo encontro do Tigre e do Eufrates que desagua no Golfo Pérsico, junto com as ambições pan-arabistas de Saddam e o temor do fundamentalismo xiita iraniano²⁴ foram fatores determinantes para a guerra (LITTLE, 2008, p. 249).

Apesar de a Guerra Irã-Iraque ter ocorrido no período da Guerra Fria, o conflito entre os dois países do Oriente Médio foi destoante da maioria dos conflitos desse período, pois, ao longo da Guerra Fria, a dinâmica padrão dos conflitos ocorria com o engajamento da União Soviética e dos Estados Unidos em lados antagônicos. Contudo, na Guerra Irã-Iraque, norte-americanos e soviéticos apoiaram oficialmente o Iraque, mas, secretamente, ambos apoiaram também o Irã.

O temor da exportação da revolução islâmica do Irã para outros países da região constituiu-se um dos principais fatores para o apoio oficial de soviéticos e norte-americanos para o Iraque. Este país contou com o fornecimento estadunidense de fotos de satélites das tropas iranianas, fornecimento de tecnologias militares e civis e meio bilhão de dólares de créditos em agricultura. A administração Reagan objetivou também que o Irã em dificuldades no conflito seria mais predisposto a melhorar suas relações com os Estados Unidos, principalmente pelo fato do fornecimento dos suprimentos para o armamento iraniano ser controlado pelos norte-americanos (LITTLE, 2008, p. 227)²⁵.

O apoio soviético e estadunidense ao Irã, apesar de reticente, também ocorreu. A União Soviética, no início do conflito, forneceu ao Irã suporte técnico com o envio de conselheiros, combustível de aeronaves e informação tática através de fotos de satélite (CHUBIN, 1983, p. 934) em uma tentativa de aumentar sua influência sobre o Irã. O apoio estadunidense ao Irã, contudo, foi o que surtiu maiores repercussões políticas com o caso Irã-Contras de 1985-86, o qual consistiu em fornecer armamento ao Irã em troca de reféns estadunidenses, sob a posse de um grupo terrorista pro-Irã no Líbano, o Hezbollah, e angariar fundos para o financiamento de contrarrevolucionários na Nicarágua, que lutavam contra o regime Sandinista (LITTLE, 2008, p. 249-250)²⁶. Entretanto, essa estratégia estadunidense falhou, repercutindo negativamente nos Estados Unidos e na administração Reagan.

Em setembro de 1980, Saddam Hussein, ao declarar guerra contra o Irã, presumia que seria uma guerra rápida, mas ela se arrastou por longos oito anos, terminando sem ganhos territoriais, políticos ou econômicos para ambos os lados. Contudo, o final deste conflito deixou sequelas que influiriam nos eventos da década seguinte: a imagem do líder revolucionário, Aiatolá Khomeini saiu desgastada do conflito, conduzindo, após a morte do líder, a uma moderação do regime de Teerã que se mostraria favorável a uma aproximação com os Estados Unidos; enquanto no Iraque, o regime de Saddam Hussein saiu do conflito com a visão de que seu país era a força política e militar dominante da região (LITTLE, 2008, p. 227), fato que somado a sua visão pan-arabista, mergulharia o Oriente Médio em outro conflito, em 1991, com

24 O Iraque possui uma grande parcela de muçulmanos xiitas.

25 Esse fato decorre da herança do período Xá, em que os Estados Unidos era o principal fornecedor de materiais bélicos para o Irã.

26 Os sandinistas eram um grupo revolucionário de esquerda que tomou o poder na Nicarágua em 1979, permanecendo no poder até 1990.



a Guerra do Golfo.


2. Considerações finais

Desde o início da Guerra Fria, o Irã se constituiu como um ponto nevrálgico no Oriente Médio, pois, em 1946, a crise no Irã foi fundamental para o estabelecimento da dinâmica de contenção pelos Estados Unidos da União Soviética, a política que, apesar de seus ajustes ao longo de diversas doutrinas, manteve a doutrina da contenção como seu principal objetivo.

Porém, é importante analisar o Irã não como uma simples peça no jogo geopolítico de duas superpotências, mas como um ator que teve papel ativo na Guerra Fria. O xá do Irã se constituiu como um habilidoso ator no campo internacional, pois equilibrou uma aliança com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que conseguiu se utilizar da bipolaridade, emulando o não-alinhamento do Egito e da Índia, para que suas aspirações fossem atendidas. Além disso, o xá Mohammed Reza Pahlavi soube se adaptar às mudanças na Guerra Fria, quando o confronto bipolar diminuiu durante a *Détente*, o monarca iraniano utilizou do principal ativo de seu país, o petróleo, como uma ferramenta diplomática para se aproximar do bloco socialista. Apesar de sua habilidade no campo internacional, o xá se mostrou não muito habilidoso na esfera doméstica, pois através da crescente repressão e da política autocrática de seu regime, somados a incapacidade de acomodar os interesses de agentes internos com a pressão dos Estados Unidos por reformas, o soberano iraniano criou uma situação em que grupos extremamente díspares em seus objetivos, como comunistas, clérigos xiitas conservadores e liberais, se unissem com o objetivo de derrubar o regime monárquico.

A política externa estadunidense na Guerra Fria manteve como seu principal eixo ao longo do período, a contenção ao comunismo, apesar de a doutrina ter sofrido modificações com as diversas modificações subsequentes à administração Truman. Em uma análise geral, a política de contenção em sua fundação, com a doutrina Truman e o NSC-68, mostrou-se uma reação condizente com o receio gerado pela forma assertiva de Stalin em assegurar os interesses soviéticos no Oriente Médio. Contudo, a partir da administração Eisenhower, e sua respectiva doutrina, a política externa dos EUA para com o Irã e Oriente Médio foi contraproducente e destoante da realidade, pois os Estados Unidos se mostraram inábeis em se articularem com os movimentos nacionalistas da região, os quais estavam ligados pela luta contra o imperialismo, principalmente o britânico, do que alinhados com a luta bipolar dos blocos soviético e ocidental. No Irã, a perpetração do golpe de Estado contra Mossaddeq, por medo de uma aquisição de poder por comunistas, representou um erro sério, tanto pela irreal possibilidade de os comunistas tomarem o poder, como pelas consequências a longo prazo para a estabilidade no Irã, devido à ascensão do repressivo regime do xá.

Após a administração Eisenhower, os Estados Unidos conseguiram melhorar o manejo de seus interesses no Oriente Médio, sem a necessidade de uma intervenção direta, através das políticas dos “dois pilares” e dos *proxies*, consolidados na doutrina Nixon. Entretanto, apesar de resolvida a questão de ingerência direta no Oriente Médio, a política externa estadunidense estava mostrando crescente incoerência com o período, pois, com a *Détente*, um avanço de uma onda de revoluções comunistas na região não era factível, exemplificado pela melhora das



relações do Irã do xá Mohammed Reza Pahlavi com a União Soviética e o bloco socialista. A abordagem da doutrina Nixon resultou, porém, na forte dependência do xá na associação da sua imagem com os Estados Unidos, ligando os interesses estadunidenses no Irã e no Oriente Médio com o destino da dinastia Pahlavi. Após a queda do xá, a atuação da política externa dos Estados Unidos no Oriente Médio se tornou nociva para a região no longo prazo, pois fomentou o fundamentalismo religioso no Oriente Médio ao financiar grupos radicais como *proxies* no combate à União Soviética no Afeganistão. Portanto, em uma perspectiva geral, a política externa dos Estados Unidos para com o Oriente Médio e o Irã se havia mostrado condizente em seus primeiros anos, com a doutrina Truman, mas, averiguou-se crescentemente desconexa com a realidade da região, com as administrações norte-americanas seguintes.

A relação da União Soviética com o Irã, nos primeiros anos da Guerra Fria, foi contraproducente, pois Stálin ao fazer uma leitura geopolítica errada do momento, atuando de forma ultimativa e insegura para ganhar concessões do Irã, provocou não somente o afastamento do Irã, como gerou reações securitizadas da principal potência mundial depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, que passou a antagonizar os interesses soviéticos no Oriente Médio. No entanto, a partir da década de 1950, com a União Soviética não mais demonstrando uma predisposição ofensiva para com o Irã, os soviéticos foram utilizados pelo Irã como uma peça de barganha iraniana para pressionar os Estados Unidos no fornecimento de apoio econômico e militar. Somente na década de 1970, com a *Détente*, foi que as relações diplomáticas e econômicas soviético-iranianas alcançaram o seu auge, com a compra de petróleo iraniano em troca de tecnologias industriais soviéticas para o Irã, assim enfraquecendo a influência estadunidense.

Contudo, uma grande questão surgiu para os soviéticos a partir da Revolução de 1979, se aquela realmente apresentou oportunidades frutíferas para a União Soviética. Em um primeiro momento, de fato, a Revolução islâmica parecia favorável à União Soviética pela queda de um pilar dos interesses estadunidenses no Oriente Médio, o xá do Irã, no que se referia à viabilização de uma intervenção soviética no Afeganistão. No entanto, as oportunidades, geradas pela Revolução Islâmica para a União Soviética mostraram-se infrutíferas, com um grande desgaste de Moscou com o envolvimento na Guerra do Afeganistão e com a recusa iraniana de integrar a área de influência soviética. Um benefício gerado pela Revolução de 1979 se mostrou ainda mais irreal, quando analisado o período da *Détente*, pois mesmo com o xá tendo sido aliado dos EUA, o Irã desenvolvia uma relação produtiva com os soviéticos.

O Irã, portanto, principalmente com a Revolução Islâmica de 1979, demonstrou que as ações levadas a cabo em um determinado período histórico, como a Guerra Fria, reverberaram anos a fio e até ultrapassaram o próprio período quando esta ocorreu, pois a Revolução de 1979 impactou as relações que os Estados Unidos mantêm com o Irã e com todo o Oriente Médio atualmente.

3. Referências bibliográficas

ALVANDI, Roham; GHEORGHE, Eliza. The Shah's Petro-Diplomacy with Ceaușescu: Iran and Romania in the era of Détente. **Cold War International History Project**, Washington, D.C., n. 74, 2014.

BARRETT, Roby. **The Greater Middle East and the Cold War: US Foreign Policy under Eisenhower and Kennedy**. New York: I. B. Tauris, 2007.

CHUBIN, Shahram. The Soviet Union and Iran. **Foreign Affairs**, vol. 61, n. 4, 1983.

CURTIS, Glenn; HOOGLUND, Eric. **Iran: a country study**. 5 ed. Washington D.C.: Federal Research Division, Library of Congress, 2008.

FATEMI, Faramarz. **The U.S.S.R. in Iran**. Cranbury: A. S. Barnes and Company, 1980.

GADDIS, John. **We Now Know: Rethinking Cold War History**. New York: Oxford University Press Inc., 1997.

GASIOROWSKI, Mark; BYRNE, Malcolm. **Mohammad Mosaddeq and the 1953 Coup in Iran**. 1 ed. New York: Syracuse University Press, 2004.

KENNAN, George. **Long Telegram**. Washington D.C.: National Archives and Records Administration, fev. 22, 1946.

KINZER, Stephen. **All the Shah's Men: An American Coup and the Roots of Middle East Terror**. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2003.

LAY, James. **National Security Council Report, NSC 68, 'United States Objectives and Programs for National Security'**. Washington D.C.: US National Archives, abr. 14, 1950.

LITTLE, Douglas. **American Orientalism: The United States and the Middle East Since 1945**. 3 ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008.

WALT, Stephen. Alliance Formation and the Balance of World Power. **International Security**, vol. 9, n. 4, p. 3-43, 1985.

YEGOROVA, Natalia. The "Iran Crisis of 1945-46: A View from the Russian Archives. **Cold War International History Project**, Washington, D.C., n.15, 1996.

CONEXÕES INSTÁVEIS:

A TEORIA DA SOLIDARIEDADE GLOBAL PROVISÓRIA

Marcelo Coutinho¹

Resumo

Este artigo apresenta uma proposta teórica para o estudo da política internacional, baseada na definição de solidariedade por interdependência, para então explicar a guerra e a estabilidade no sistema internacional, especialmente a nova guerra fria já em andamento entre EUA e China. A denominada teoria da solidariedade global provisória (SGP) articula conceitos sociológicos bastante consolidados, de Durkheim a Bauman, com uma longa tradição teórica da política internacional, tanto nas correntes positivistas quanto nas pós-positivistas, para descrever um conjunto de relações cada vez mais instáveis que se estendem até às relações internacionais como um todo a partir de transformações no comportamento humano, provocadas pelas novas tecnologias digitais disruptivas. No decorrer da sua argumentação, o artigo traz vários exemplos históricos em que a teoria pode ser aplicada.

Palavras-chave

Política internacional; teoria das relações internacionais; guerras; guerra fria; estabilidade do sistema internacional; solidariedade global provisória, tecnologias disruptivas.

Abstract

This article presents an innovative theory of international politics, based on the definition of solidarity through interdependence, to then explain the war and stability in the international system, especially the new cold war already underway between the USA and China. The so-called provisional global solidarity theory (PGS) articulates well-consolidated sociological concepts, from Durkheim to Bauman, with a long theoretical tradition of international politics, both in positivist and post-positivist currents, to describe a set of increasingly unstable relationships that extend to international relations as a whole from transformations in human behavior, brought about by the new disruptive digital technologies. In the course of its argument, the article provides several historical examples in which the theory can be applied.

Keywords

International politics; international relations theory; wars; cold war; international system stability; provisional global solidarity; disruptive technologies.

¹ Marcelo Coutinho é Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
E-mail: prof.marcelo.coutinho@gmail.com

1. Introdução

Tropas russas fazem mobilização militar surpresa com mais de 150 mil soldados no seu flanco sudoeste, em função da escalada de conflitos entre sua aliada Armênia e o Azerbaijão. A OTAN responde com exercícios militares na Ucrânia. Vinte soldados são mortos na fronteira entre China e Índia. Tensões crescentes levam os dois países a acumularem tropas, tanques, artilharia e trincheiras nas proximidades do vale Galwan, em Ladakh. Pequim aumenta as pressões sobre Hong Kong e assedia a pesca e os hidrocarbonetos em águas da Indonésia, Brunei, Malásia, Vietnã e Filipinas. Exercícios navais americanos nesses mares, apoiados por esses últimos países, irritam o dragão chinês, bem como exercícios conjuntos da grande potência ocidental com a marinha indiana. Em claro desafio às sanções de Washington, Irã e China negociam acordo petrolífero bilionário e estreitam laços militares. Acordos semelhantes chineses são costurados também com o Paquistão e o Afeganistão. Os americanos ampliam as sanções às empresas chinesas e alguns funcionários, bem como aos russos e ao próprio Presidente da Chechênia, Ramzan Kadyrov, aliado de Moscou.

Conflitos, tensões e boicotes assim, no Cáucaso, no Oriente Médio, em Caxemira, no mar da China, Oceano Índico e em outras partes do mundo não representam nenhuma novidade fundamental na história das relações internacionais. São conhecidas regiões que convivem com a instabilidade, envolvendo atores locais e potências mundiais. Muito menos nova é a influência das eleições presidenciais nos EUA no aumento dessas tensões, ainda mais quando um Presidente na Casa Branca corre sério risco de não conseguir a reeleição e, por esse motivo mesmo, precisa urgentemente demonstrar força internacional com a expectativa de que os conflitos externos possam tirar a atenção da população para fracassos internos do governo, na tentativa, assim, de gerar algum tipo de proveito ou apoio eleitoral. Pois esse é exatamente o caso agora de Trump em fim do seu primeiro mandato. No entanto, há algo novo nessa paisagem internacional, que vai muito além de quaisquer veleidades populistas ocasionais de mandatários políticos, e dos tradicionais jogos de poder, sem consequências militares maiores, entre as potências globais no pós-Guerra Fria. Os membros do Partido Democrata do Comitê de Relações Exteriores do Senado americano publicaram um relatório com o título: “O novo big brother – A China e o autoritarismo digital” (FOREIGN RELATIONS, 2020), mostrando o quanto esse é um assunto fundamental e suprapartidário nos EUA.

Neste artigo, buscarei apresentar uma proposta teórica da política internacional, baseada no conceito de solidariedade provisória que tenho desenvolvido ao longo dos últimos anos (COUTINHO, 2020a 2020b). A meu ver, ocorreram nas últimas décadas mudanças estruturais na forma como os Estados, as organizações e os indivíduos se relacionam. E essas mudanças estão associadas, globalmente, às transformações observadas nos laços políticos, econômicos e sociais entre os atores internacionais. A hipótese central da minha teoria é a de que uma verdadeira revolução tecnológica, desde o final do século XX, não só ampliou muito os contatos e trocas transfronteiriças e sociais como também, numa aparente contradição, já fez diminuir a solidariedade no mundo, produzindo relações internacionais cada vez mais vulneráveis. A combinação entre redes digitais e inteligência artificial vem estabelecendo conexões instáveis em todos os níveis, de maneira progressiva dentro das sociedades, porém de consequências ainda

mais graves para a estabilidade internacional e o desenvolvimento sustentável. O artigo está dividido em três partes, seguidas de uma conclusão. Na primeira parte, apresento a teoria da solidariedade global provisória (SGP), e nos dois tópicos posteriores do texto, analiso os efeitos das mudanças observadas na esfera solidária sobre a estabilidade internacional e as grandes guerras, respectivamente.

2. A teoria e seus pressupostos

A teoria que proponho é a de que existe uma relação inversamente proporcional entre as conexões globais e a solidez dos vínculos sociais e internacionais no mundo. Isto é, verifica-se já num tempo suficientemente grande o aumento das interações entre os atores sociais e estatais a partir da globalização contemporânea, e mais exatamente após a popularização das tecnologias digitais e disseminação das redes eletrônicas pelo mundo todo. A revolução digital complementada mais recentemente com o advento da inteligência artificial apresenta uma verdadeira disrupção tecnológica com impacto em forma de novos padrões de comportamento e de relacionamento humano (LEE, 2019 e MBEMBE, 2016 e BOLTRON, 2019). Tais tecnologias aprofundam o que Bauman (2007) chama de modernidade líquida, tornando todas as relações humanas impermanentes. A essa inconstância relacional, acrescento ainda uma queda na empatia, já verificada em estudos sobre a mente humana (TURKLE, 2012), bem como uma correspondente diluição dos laços de solidariedade entre as pessoas, que estendo também aos estados nacionais (COUTINHO, 2020b).

Quando o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Mark Esper, diz que a China “está mais agressiva, com centenas, milhares de mísseis apontados para Taiwan”, e que o líder chinês, Xi Jinping, levou a situação a outro nível”, mostrando hoje com maior clareza suas reais intenções, o secretário americano não exagera com relação ao rival asiático e nem está fazendo apenas mais um discurso forte. Do mesmo modo, quando o Secretário de Estado americano, Mike Pompeo, acusa Pequim de expansionismo marítimo no mar da China, reafirmando que Washington não reconhecerá as ilhas artificiais e militarizadas chinesas ali construídas, não está apenas fazendo uma declaração bombástica com deslocamento de porta-aviões. São ameaças de fato, seguidas de ações concretas e acordos militares. A China expande muito mais do que comércio com a sua nova rota da seda. Ela própria assume suas pretensões geopolíticas. E os EUA não estão dispostos a aceitarem que os “valores chineses” venham a dar “as cartas no futuro”, levando, assim a uma competição aberta no sistema internacional, como não se via semelhante desde a Guerra Fria entre os EUA e a então União Soviética (FOLHA PRESS, 2020).

Diferentemente das teorias gerais da política internacional, em sua maioria de nível sistêmico desde os anos 1970, a teoria da solidariedade global provisória (SGP) que ora apresento parte do nível individual da análise, considerando a já clássica divisão dos níveis indivíduo, unidade e sistema (WALTZ, 2004 e SINGER, 1961). Ou seja, a teoria parte do pressuposto de que são as pessoas que tomam as decisões que geram efeitos causais, ainda que estes efeitos depois recaiam também sobre elas em forma de estrutura. Autores de correntes de análise tão

diferentes como Waltz (1979), Keohane (1982) e Wendt (1999), que dominaram parcela maior do debate internacional na área, têm em comum uma abordagem estruturalista, no sentido de que acreditam ser possível elaborar uma teoria da política internacional apenas por intermédio da estrutura do sistema internacional, seja ela de natureza material, institucional ou cultural. As teorias pós-estruturalistas das relações internacionais evidentemente não concordam com esse pressuposto. Porém, em que pese terem enriquecido o debate com inúmeros pontos de vista compreensivos, tampouco apresentaram uma teoria da política internacional que pudesse se contrapor às teorias chamadas de positivistas. Sendo assim, a SGP se apresenta como uma possibilidade para uma explicação da política internacional a partir dos indivíduos que a compõem, sem que isso incorra em reducionismo teórico, como sempre criticaram os estruturalistas, ou em racionalizações impossíveis de se sustentarem teoricamente no mundo de fluxos indeterminados como acreditam os pós-modernistas.

Do mesmo modo, as grandes teorias de política internacional partem do pressuposto de que o Estado ou a unidade política é o ator principal do sistema e sua unidade de análise (COUTINHO, 2012). Ainda que a teoria da SGP não seja incompatível com isso, podendo perfeitamente funcionar dentro desse pressuposto corrente na área, o Estado é em grande medida uma abstração ou uma construção social, isto é, ele só existe a não ser a partir da criação humana, sendo então reflexo ou consequência dela. Em que pese desdobramentos factuais e implicações teóricas, ainda assim o Estado é uma abstração (WENDT, 1999). Já as pessoas são concretas. Ainda que sejam cercadas de muita subjetividade, ao menos forma uma base real para uma teoria que pretenda também ser uma reprodução ou representação mais próxima possível da realidade observada. São pessoas que tomam decisões quando são chefes de Estado e parlamentares. São pessoas que assessoram líderes. São pessoas de carne e osso que vão à guerra, protestam, negociam ou quebram acordos. Ainda que haja uma lógica política maior que as pessoas individualmente, e ainda que haja um sentido da história e do poder acima das biografias e idiossincrasias pessoais, no final das contas são homens e mulheres que tomam as decisões, tanto as que mantêm apenas as mesmas estruturas de sempre, quanto as que promovem as mudanças. Por isso, sugiro uma abordagem centrada no indivíduo, e que possa se estender à unidade, mantendo sua coerência teórica. Os Estados são mais do que a soma dos indivíduos que o compõem, mas também estabelecem laços de solidariedade e estão sujeitos às mesmas mudanças trazidas pela tecnologia, segundo o próprio axioma desta teoria.


Já com respeito ao pressuposto da racionalidade dos atores, é preciso falar um pouco mais sobre como funciona a mente humana, porque isso também está diretamente ligado à teoria da SGP. Já há uma vasta e antiga discussão sobre as motivações racionais e não racionais dos atores em relações internacionais que não pretendo reproduzir aqui, pois isso já foi exaustivamente feito pela literatura especializada (SNYDER et al, 1954; ROSENAU, 1966; e SPROUT, 1956). A principal divisão entre as abordagens positivistas e pós-positivistas no campo das relações internacionais também é justamente quanto à racionalidade. Os primeiros trabalham com decisões racionais como um pressuposto, e os segundos não acreditam nela (COUTINHO, 2012). Do modo como conceituo o problema é possível não só compatibilizar as duas posições como inseri-las em um mesmo enquadramento analítico. Porém, para isso é preciso, mais uma vez, lançar mão de conhecimentos sobre como funciona a mente humana realmente. Segundo a neurociência, o nosso cérebro tem um lado racional e outro emotivo; um lado que computa

informações e outro que dá a ele valores maiores, baseado em crenças, sentimentos, aspectos psicológicos, biográficos e percepções variadas (STEIN, 2008). Esses estudos neurológicos concluem que uma decisão é, na verdade, um conflito entre razão e emoção, não havendo, assim, portanto, motivo para excluir um dos lados como pressuposto. Racionalista e antirraciona- listas estão certos, apenas olham para uma parte da mente humana e do seu processo decisório. Sendo assim, há motivos que só reforçam a necessidade de entender a solidariedade de uma maneira mais compreensiva, relacionando dimensões racionais e não racionais, individuais e coletivas. Não há contradição nisso, ou se há ela é própria da realidade que se quer entender.

Há uma relação complexa entre consciência coletiva e individual que baseia o conceito de solidariedade com o qual trabalho, combinando elementos das teorias de Durkheim (2007) e Bauman (2007). Segundo a visão durkheimiana, a modernidade industrial elevou a consciência do indivíduo, criando uma coesão social a partir de laços de interdependência, por intermédio dos quais se desenvolve uma nova consciência coletiva orgânica. Embora trabalhe com a consciência coletiva, Durkheim salienta o papel cada vez maior assumido pelo indivíduo na definição desta. Já a modernidade líquida transforma tudo em algo inconstante. Combinando as duas visões, temos então o conceito de solidariedade provisória, que guarda características da solidariedade por interdependência com uma natureza impermanente das relações sociais. Já desenvolvi um artigo em profundidade que trata exclusivamente dos conceitos de solidariedade na literatura, como tais conceitos evoluem e se interrelacionam até chegar à discussão sobre política internacional que é justamente o propósito deste artigo agora (COUTINHO, 2020a e b). Tais laços instáveis da solidariedade seriam oriundos não só do consumismo, mas precisamente da interatividade digital trazida pelas novas tecnologias. E neste ponto fica clara a necessidade de ir além do individualismo metodológico racionalista, sem, contudo, romper com ele, assumindo apenas a perspectiva coletivista durkheimiana e sua sociologia da ordem.

A psicóloga da personalidade, Sherry Turkle (2012), afirma que o predomínio dos contatos virtuais na era digital nos desumaniza, acabando com a empatia entre as pessoas e instituindo uma sociedade sem vínculos ou com menos vínculos de pessoas que fogem obsessivamente do tédio. Há, portanto, estudos que associam diretamente a digitalização com a dissolução da solidariedade a partir de processos mentais individuais que se alastram por toda a sociedade. Em poucas palavras, a interação social mediata pelos aparelhos eletrônicos cria indivíduos tão racionalizantes quanto mais insensíveis ou com menos compaixão, isto é, que têm cada vez mais dificuldade de se colocarem no lugar dos outros, destruindo no limite os laços sociais que os unem. Está aí combinação de elementos neurológicos dos comportamentos racionais e emotivos. A tecnologia conduz a ambos, constituindo indivíduos mais autônomos em suas decisões dirigidas pela racionalidade do auto-interesse, mergulhados numa consciência coletiva solidária ainda real, porém, frágil.

A solidariedade provisória é um traço cultural da modernidade líquida ou da pós-modernidade. Esse traço cultural eleva indivíduos racionais e egoístas, tornando, assim, perfeitamente possível combinarmos o pressuposto da racionalidade dos atores com uma visão inserida no contexto social mais amplo, ou mesmo na anarquia que caracteriza outro pressuposto bastante comum no estudo da política internacional. Se há motivos para pensarmos em uma solidariedade provisória em contextos nacionais. Há motivos ainda maiores para analisarmos a política



global a partir dela, uma vez que no mundo não há uma estrutura hierárquica centralizada como um Estado sobre os Estados, como também não há laços tão firmes entre as suas unidades políticas autônomas, embora a globalização aprofunde a dependência mútua que alimenta a solidariedade em todos os níveis de análise, bem como gere problemas crescentes de ação coletiva, inclusive decisões conjuntas bem pouco racionais atreladas às decisões racionais de cada parte. Podemos dizer, portanto, que a teoria da SGP oferece uma saída analítica no mínimo interessante para reunir diferentes vertentes paradigmáticas, senão como síntese dessas, ao menos como uma maneira de ir além das suas divisões convencionais, já muito bem conhecidas na área e que tem levado a infinitas polarizações.

A solidariedade orgânica de Durkheim encontra dificuldade em interpretar o mundo hoje marcado por diferenças que extrapolam a divisão do trabalho. As diferenças atuais não se resumem às funções que as pessoas exercem, e sim ao que elas são ou pensam ser. A especialização funcional não dá conta de explicar por que, afinal, a sociedade ainda se mantém coesa. A consciência individual não obedece às demarcações de classe e não tem sequer mais fronteiras nacionais rígidas. As religiões no Ocidente que mais crescem são justamente aquelas que dizem: “você escolhe seu destino”, “colhe o que plantou”. As identidades que reúnem as pessoas podem ser as mais variadas, de time de futebol aos “pets” de estimação. Os tipos de solidariedade mais conhecidos pela sociologia eram permanentes, cada um à sua época. Agora, no mundo global, a solidariedade é provisória. Tudo hoje parece mais transitório e passageiro, sem espaço para instituições e laços sociais duradouros, ainda mais quando se trata da política internacional. E talvez não haja outra maneira melhor de entender o mundo contemporâneo que não a partir de um conceito que insere a maneira como os atores globais se relacionam no desenvolvimento histórico da modernidade mediado pelas mudanças tecnológicas.


A controvérsia está instalada em torno das chamadas “tecnologias do espírito” numa era digital com inteligências artificiais. O filósofo francês Bernard Stiegler (2019) organizou uma rede de intelectuais muito crítica da indústria da informação, na qual o capitalismo supostamente assumiria sua forma autodestrutiva, a partir do comportamento instintivo de consumidores e especuladores. Stiegler compreende que a expansão das máquinas cria uma sociedade automática “curtoprazista”, levando a humanidade a sentir menor prazer pelo conhecimento e pela própria vida. O fundador do Centre Georges-Pompidou e da Ars Industrialis defende, então, uma política capaz de recuperar a alma humana. Recentemente, Elon Musk, líder de empresas importantes como a Tesla Motors, chegou a sugerir que os seres humanos se fundam às máquinas como híbridos ou ciborgues para poderem sobreviver aos tempos que estão a caminho, do contrário irão se tornar irrelevantes. Na mesma direção, acadêmicos de correntes distintas como Achille Mbembe (2016) e Yuval Harari (2019) também antecipam cenários de pós-humanismo bastante ameaçadores. Não há como desconsiderar os efeitos dessas mudanças profundas já exaustivamente examinadas no âmbito das relações cotidianas (BOLTRON, 2019, HARARI, 2018 e LEE, 2019) também sobre as relações internacionais (COUTINHO, 2020b).

As tecnologias no capitalismo global definem os indivíduos e as identidades. Remodelam culturas nacionais, que para muitos construtivistas como Wendt (1999) são de origem aleatória, ou fruto de processos históricos indeterminados, como supõem os pós-estruturalistas. As tecnologias mudam a economia, as classes e as relações sociais. E no final diluem a solida-

riedade em todos os níveis, alcançando, assim, o sistema internacional, mas somente por meio dos padrões de solidariedade, sem os quais a política internacional não pode ser compreendida. Material bélico, recursos econômicos, populacionais ou mesmo naturais não são nada sem as tecnologias que as organizam. Porém, só o padrão de solidariedade é que dá sentido social a esses elementos da vida, podendo fazer com que eles signifiquem ameaça ou segurança, sabotagem ou apoio, guerra ou paz, desenvolvimento ou pobreza. A digitalização e redes de inteligência artificial constituem uma solidariedade provisória, mas ela mesma, uma vez criada, assume protagonismo, vida social auto-organizável, e acaba dando sentido também à própria inovação tecnológica que a fomentou. A solidariedade define o significado assumido pelas instituições que informam os indivíduos. O tratado de não proliferação nuclear, por exemplo, significa uma coisa ou outra, a depender não exatamente da tecnologia em si, mas dos seus efeitos sociais sobre a solidariedade, esta sim, capaz de tornar esse tratado algo real ou utópico, um regime internacional de baixa ou alta eficácia. Porque é o padrão de solidariedade que no final das contas define as verdadeiras regras do jogo. As tecnologias mexem com a mente humana que mexe com todo o resto mediante os laços de solidariedade desenvolvidos. Em resumo, até mesmo a mais poderosa das bombas só pode ser interpretada dentro de um relacionamento entre os Estados, e seus laços de solidariedade, assim como o mais rico empreendimento só pode ser entendido dentro de uma relação entre as organizações e os indivíduos, a partir dos vínculos de solidariedade estabelecidos entre eles. Do contrário, a capacidade de esclarecer de fato a política internacional e orientar o seu estudo diminui consideravelmente.

Solidariedade e estabilidade internacional

As armas podem ser guardadas por décadas, ou podem ser usadas, movimentadas com propósito de guerra e pressionar inimigos. As reservas financeiras podem ser igualmente guardadas ou usadas e até mesmo emprestadas. Se o acúmulo de armas e a concentração de riquezas por si só significassem maiores tensões na política internacional, então o mundo de vinte anos atrás seria muito menos seguro ou mais instável do que o mundo de cinquenta anos atrás. Mas, na verdade, todos analistas internacionais devem concordar que o número de guerras efetivas e, mais importante, as chances de guerras convencionais eram vinte ou dez anos atrás bem menores do que há cinquenta ou quarenta anos antes. O que torna o mundo mais instável ou inseguro não é a proporção ou a divisão do poder pura e simplesmente, mas o sistema que organiza as relações internacionais. Sobre isso inclusive já há uma vasta literatura especializada que vai de neorealistas (WALTZ, 1979) a construtivistas (WENDT, 1999), incluindo todo tipo de teoria híbrida ou multivariável, que combina aspectos materiais e percepções (GLASER, 2010). Há um quase consenso de que os recursos disponíveis só têm algum significado analítico quando inseridos no tipo de relacionamento envolvido entre os Estados, pois tais recursos nas mãos, por exemplo, dos EUA podem representar uma coisa para a Inglaterra ou o Brasil, e outra bem diferente para a China ou a Rússia. O que faz tais recursos serem mantidos ou efetivados não é exatamente o equilíbrio de poder nem os regimes internacionais que os arbitram em fóruns especializados, nem tão pouco uma ideia vaga de cultura internacional, mas, sim, o padrão de solidariedade vigente.




A discussão sobre a solidariedade no estudo da política internacional remonta às teorias idealistas (KNOCK, 1995) e aos solidaristas da Escola Inglesa (DUNNE, 2012, BULL, 1977 e WIGHT, 1977), correntes que tiveram um papel importante ao longo do século XX. Nelas, há uma grande carga normativa, sendo a solidariedade algo mais desejado do que observado. O maior conceito solidário no século passado em matéria de política internacional talvez tenha sido o da segurança coletiva, instituído desde a Liga das Nações, quando um é agredido, todos se sentem agredidos e respondem em conjunto. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) nos mostra bem a distância entre o ideal de solidariedade e a complexidade da política internacional. Na Guerra das Malvinas em 1982, entre governos de direita aliados, os EUA não ficaram ao lado dos argentinos, mas dos ingleses. Prevaleceu, assim, não o TIAR, mas os interesses de outros laços de solidariedade mais estratégicos e antigos na OTAN, demonstrando com isso os limites ou pelo menos as contradições por detrás do conceito de segurança coletiva capitaneado pelos próprios americanos desde Woodrow Wilson.

Diferentemente da tradição teórica idealista ou solidarista da sociedade internacional, argumento que os laços de solidariedade não são apenas ideais a serem buscados ou prescritos. Mais do que isso. Ao longo do tempo, os padrões de solidariedade têm afetado diretamente a estabilidade do sistema internacional de maneira ampla, bem como a estabilidade de relações bilaterais e regionais. A teoria da SGP procura outra origem causal da solidariedade sobre a estabilidade, atrelada à interdependência crescente no mundo global, que se inicia no século XIX, mas que assume uma dimensão ainda maior ao final do século XX. Ou seja, a solidariedade aqui tratada tem mais relação com a teoria sociológica de Durkheim, com os pluralistas da ciência política (NYE e KEOHANE, 2011) e com as visões da economia política internacional (FRIEDEN, 2006) do que com as teorias normativas. Portanto, da maneira como é aqui concebida a solidariedade, mais do que uma proposta, ela é um traço já há muito tempo real que pode ajudar a explicar variações importantes já existentes na estabilidade internacional, inclusive quanto as contradições da solidariedade acontecem.

A solidariedade por interdependência é característica do mundo contemporâneo. Em grande medida, ela está ligada ao processo de globalização (COUTINHO, 2020b). De que modo, então, uma constante crescente poderia explicar instabilidades variáveis como as grandes guerras do século XX? Ou mesmo a escolha americana, por exemplo, por apoiar os britânicos na Guerra das Malvinas? O primeiro passo para responder a essas perguntas é compreender que a solidariedade - como definida aqui, *como laço de empatia ou de atração social recíproca em relações de dependência mútua* - não é linear e binária, porém muito mais complexa do que uma dicotomia, onde se tem ou não tal vínculo. A solidariedade é antes de tudo um fenômeno histórico-sociológico, que assume aspectos diferentes no período antigo e moderno, tal como, Durkheim classificou a solidariedade mecânica e orgânica.


As guerras aconteciam no mundo pré-capitalista porque havia laços que uniam unidades políticas contra outras, em função do soberano legitimado pela fé, responsável por dizer quais eram os interesses de todos que compartilhavam a sua consciência coletiva. E as guerras continuaram acontecendo na era moderna capitalista também por causa de tais laços, mas de uma maneira muito diferente. Pouco a pouco, a consciência coletiva deixou de ser amalgamada pelo Rei soberano e passou a se organizar em torno do nacionalismo, um novo tipo de



solidariedade doméstica em tempos cada vez mais individualizantes. Isto é, com as sociedades modernas capitalistas, indivíduos cada vez mais autônomos encontraram coesão social na interdependência, no fato de eles existirem como microunidades integradas em um novo sistema complexo de relações. Dito de maneira mais simplista, o padeiro se solidariza com o leiteiro, porque ambos vendem pão e leite a quem também se solidarizam como consumidores. Em termos internacionais, à medida que avança a globalização, um país, por exemplo, que produz aço depende de outro que produz carvão, e juntos se solidarizam num bloco econômico porque assim veem seus interesses e destinos entrelaçados. Os indivíduos não entram mais numa guerra em solidariedade ao Rei, mas em solidariedade a eles mesmos, dentro de um sentimento que gera a fraternidade nacional e depois, além dela, em vínculos que vão se (re)criando ao longo do tempo e extrapolando as fronteiras, como a própria ideia de União Europeia ou mais ainda de Ocidente, ou mesmo de Nações Unidas.

A solidariedade não explica por que os homens fazem guerra ou são motivados a isso. Provavelmente, haja mesmo um impulso por poder e riqueza próprio da natureza humana egoísta tanto quanto a empatia que gera compaixão. Ambos aspectos convivem e permanente conflito tenso. O que a solidariedade ajuda a entender é quando prevalece um aspecto sobre o outro. A teoria é que a queda nos laços solidários ou o desenvolvimento de solidariedades fragmentadas desestabiliza as relações, tornando possível um confronto violento porque quando não há uma reciprocidade benigna resta apenas o hobbesianismo ou o darwinismo internacional. No mundo pré-vestfaliano, há o predomínio pleno da solidariedade mecânica. Nesta época, quase não há solidariedade entre os povos, a não ser de caráter religioso, e mesmo assim era comum a violência entre cristãos ou entre muçulmanos eles próprios. No sistema internacional moderno, desenvolve-se a solidariedade orgânica que, como mostra Durkheim (2007), passa a predominar após a revolução industrial. Podemos dizer inclusive que a solidariedade orgânica é o padrão consolidado pelo processo de globalização. Ambos têm em comum justamente a interdependência. O mundo global é um mundo que enfraquece os laços de solidariedade doméstica vis-à-vis a solidariedade internacional crescente, fomentando, desse modo, mais estabilidade do que antes, mas não sem antes enfrentar uma transição conturbada. Os institucionalistas veem, portanto, apenas a superfície das relações internacionais, pois as instituições só conseguem estabilizar a ordem quando estão alicerçadas em laços de solidariedade. Esse ponto merece mais atenção.

Segundo Keohane (1982), ao tornar mais previsível o comportamento dos atores, os regimes internacionais informam a eles o que fazer ou não fazer, e estabilizam o sistema, ao menos naquela *issue area* de política em questão. Ao contrário do que imagina a Escola Inglesa, para os neoinstitucionalistas, as regras são criadas porque os atores são egoístas no jogo político e não porque compartilham valores ou interesses simplesmente. Os atores precisam de instituições que arbitrem seu comportamento porque sabem que, sem elas, todos acabam se matando ou gerando resultados sub-ótimos. Essa visão institucional nova representa uma ruptura com as teorias comportamentalistas, entre as quais o idealismo e até mesmo a Escola Inglesa, pois as instituições passam a ser vistas como elementos externos que restringem o comportamento e não o contrário, fruto da cultura a qual obedece. Com o tempo, na verdade, as instituições criam também novas preferências e identidades assim como podem alimentar uma cultura solidária (STEINMO, 1992 e COUTINHO, 2008). No entanto, ao mesmo tempo em que os neoinstitucionalistas avançam sobre o conhecimento da ação, esclarecendo, afinal, porque




as escolhas racionais podem resultar em fracassos coletivos, também obscurecem o lado solidário dessa mesma história. O efeito institucional se dá sobre uma base de solidariedade, que ao fim acaba por definir o caminho que as instituições vão percorrer e o seu grau de êxito em informar o comportamento. Portanto, as instituições não dependem de valores compartilhados para funcionarem, como pressupõe a Escola Inglesa. Elas muitas vezes são criadas para darem conta justamente de valores e interesses divergentes. Porém, as instituições funcionam de um jeito ou de outro a depender do padrão de solidariedade predominante. O TIAR, por exemplo, não garantiu o apoio americano à Argentina na Guerra das Malvinas não por falta de valores ou interesses comuns entre as nações, mas porque havia um laço de solidariedade ainda maior com os britânicos que fez prevalecer institucionalmente a OTAN. Vale lembrar que foi uma decisão difícil para os EUA tendo em vista que se tratava de dois aliados ocidentais em confronto num contexto de Guerra Fria.

Antes que alguém possa sugerir que foi o equilíbrio de poder contra a União Soviética, e não os pesos distintos assumidos pela solidariedade que definiu o escolha americana nas Malvinas, é importante observar que não havia nenhum risco da Grã-Bretanha da Margareth Thatcher aderir ao bloco soviético ou com ele ter algum acordo, e nem mesmo a Argentina governado por uma ditadura militar de direita. Pensar que os ingleses colocariam em questão o lado do qual faziam parte na Guerra Fria é a hipótese mais irrealista de todas. O que pesou naquele momento de poder foi a solidariedade prevalecente numa rede mais complexa de empatias, bem longe de ser unidirecional. A guerra das Malvinas jamais sequer trincaria as relações consolidadas no Atlântico Norte em plenos anos 1980. A neutralidade, que a princípio seria a saída mais esperada tanto do ponto de vista das instituições internacionais quanto das relações de poder estrito senso, foi de fato abandonada pelos Estados Unidos a favor da Inglaterra porque essas duas nações compõem o centro solidário do Ocidente desde a Carta do Atlântico de 1941, ao qual a Argentina deriva depois inclusive.

Solidariedade em grandes guerras

Com relação às grandes guerras, a solidariedade também desempenhou um papel crucial. As teorias da política internacional costumam atribuir ao desequilíbrio de poder a explicação por tão grande desestabilização e violência no mundo (MORGENTHAU, 2003, HOFFMANN, 1963 e ROSECRANCER, 1966). Também é bastante comum análises sobre dilemas de segurança e cálculos racionais estratégicos para explicar comportamentos mais ou menos agressivos ou dissuasivos no sistema internacional (HERZ, 1950 e SCHELLING (1960 e 1966). No entanto, é interessante observar de que maneira a solidariedade também afetou esses contextos tão deflagrados. Em ambas grandes guerras houve a formação de alianças que iam além dos jogos geopolíticos. Na Primeira, pesou consideravelmente a solidariedade inglesa, bem como francesa, contra a invasão alemã na Bélgica. Havia o entendimento de que o avanço militar da Alemanha representava uma ameaça a toda Europa, incluindo a própria Rússia. Embora não fizesse oficialmente parte da Aliança, os EUA também vieram a perceber que Alemanha era um perigo militar que extrapolava o continente europeu. Houve, assim, uma consciência coletiva




internacional que reuniu forças distintas contra os impérios alemão e austro-húngaro. Dessa consciência coletiva nasceu a solidariedade dos aliados, que consistia em defender interesses particulares comunitariamente.

Já na Segunda Grande Guerra, fica mais claro o papel da solidariedade. Os anos de 1914 e 1945 foram de desglobalização (FRIEDEN, 2006). Logo, foram também três décadas de declínio da interdependência internacional e de fortalecimento do nacionalismo, que enfraqueceu substancialmente a solidariedade orgânica criada pela Liga das Nações, e antes dela já por processos em andamento desde o século XIX. É, portanto, nesse caso, direta a relação entre perda de solidariedade e instabilidade internacional. A solidariedade foi dividida em duas grandes alianças concorrentes. De um lado, as democracias liberais, e mais tarde a própria União Soviética, e de outro, os regimes fascistas e nazifascistas. Mais uma vez, o mundo reagiu conjuntamente a uma tentativa de dominação alemã a partir de um entendimento de que seus destinos estavam atrelados numa mesma direção, criando, assim, laços solidários entre os aliados e os países que pouco a pouco foram a eles se agregando. Mais uma vez estava formada uma consciência coletiva internacional, ainda que parcial num momento de enfraquecimento da solidariedade globalizada face a ascensão dos regimes totalitários de direita.

A solidariedade por interdependência, desenvolvida em termos internacionais no século XIX com a primeira experiência de globalização, conviveu por um longo período com um sistema imperialista de poder. Havia uma globalização econômica acelerada, mas o mundo continuou muito dividido em termos políticos e militares. Essa interdependência apenas parcial gerou muita tensão e colapsou na chamada “nova guerra dos trinta anos”, entre 1914 e 1945. Ou seja, houve uma transição atribulada entre os modos de solidariedade por interdependência e imperial (COUTINHO, 2020). Realistas e liberais olharam cada um para apenas um lado da história. A paz não viria apenas da integração econômica como imaginavam os mais otimistas, e a guerra não seria como as outras sempre foram num contexto de transição para novos vínculos entre as nações. Eram guerras totais porque eram guerras de solidariedade fragmentada. Assim como o fim da Guerra dos Trinta Anos de 1618 a 1648 consagrou os Estados nacionais e fez emergir o sistema internacional moderno. O fim do período entre as grandes guerras do século XX consolidou a solidariedade internacional por interdependência entre as nações, após um começo muito tumultuado. A interdependência das economias nacionais gera um tipo de solidariedade, mas não substitui a interdependência política e social que gera uma solidariedade mais profunda. Na ausência desta, a instabilidade faz eclodir guerras totais sem paralelo na história, que talvez não possam ser bem entendidas de outra maneira. Na era de Impérios já previamente estabelecidos, a taxa de solidariedade internacional é mínima mesmo com uma globalização incipiente e uma solidariedade social doméstica cada vez mais orgânica. Por sua vez, mais do que transições de poder, são as transições de solidariedade que desestabilizam a política internacional.


Até o século XIX, ingleses e franceses eram inimigos rotineiros e protagonizaram as Guerras Napoleônicas. Algo modificou a maneira como esses dois impérios passaram a se ver, e uma aliança então se formou entre eles bem antes de qualquer ameaça alemã se concretizar. A explicação de que seria um inimigo alemão em comum para tal união não encontra respaldo histórico, já que a Alemanha sequer era ainda unificada quando Paris e Londres começaram a se



entender. Na perspectiva realista, a aproximação entre França e Inglaterra se daria estritamente por razões de equilíbrio de poder, aliás, a principal explicação geralmente dada à paz vitoriana (KISSINGER, 1994). O papel de novos laços de solidariedade na política internacional foi muito pouco explorado pelos analistas. Mas é fato que mudanças importantes dentro da Inglaterra aproximaram seus valores da França. Ambas as nações formaram regimes cada vez mais liberais, criando entre eles inequívocos pontos de identidade. Mais do que isso. O comércio se ampliou bastante, e o mercantilismo deu lugar ao livre-cambismo, inclusive com uma unidade monetária internacional, o ouro, que gerou um tipo inédito de entrelaçamento das economias.

O pressuposto hobbesiano mercantil de que riqueza é poder e poder é riqueza sofreu considerável mudança não porque tais ambições deixaram de existir, mas porque foram mediadas por outros tipos de vínculos internacionais. Começou a se desenvolver a ideia de destinos atrelados e desenvolvimento conjunto, que se não inexistente até então, era até antes da Paz dos Cem Anos no mínimo irrelevante. As novas tecnologias de transporte e comunicação - trens e embarcações a vapor e telégrafo - estiveram na origem das transformações que culminariam numa interdependência crescente entre as nações. O sistema europeu continuou anárquico do ponto de vista da ausência de um poder maior que os impérios, mas uma anarquia cada vez mais preenchida por laços de solidariedade, que ajudam muito a explicar o comportamento dos Estados já naquele período. Em 1860, França e Inglaterra fecharam um tratado de livre comércio abrangente que atraiu o restante da Europa. As duas antigas ferozes inimigas deram finalmente as mãos, que nunca mais largariam. Um acordo comercial semelhante entre suas pequenas unidades fragmentadas desempenhou um papel decisivo na própria unificação da Alemanha em 1871, que passou a se abrir ao restante do mundo. Pouco a pouco, foi se formando um mercado global (FRIEDEN, 2006), ainda insuficiente para criar uma paz perpétua kantiana, mas ao menos bastante duradoura em termos comparativos e suficiente para não ignorar outras forças atuantes nas relações internacionais que vão além do poder. Vale observar que laços regionais sul-americanas de solidariedade também tiveram no final do século XX o mesmo efeito pacificador nas relações entre Brasil e Argentina, dois antigos adversários que estiveram prestes inclusive a uma corrida nuclear.

Evidentemente, a transição de poder com o declínio relativo da Grã-Bretanha tem muito a dizer sobre as Grandes Guerras, sobretudo, sua crescente incapacidade de gerir o sistema como o fiel da balança (KISSINGER, 1994). Não quero com a solidariedade diminuir a importância do desequilíbrio de poder e do fim das hegemonias, mas inseri-las num contexto mais profundo de laços que pilotam tais transições. Mesmo uma grande potência desenvolve laços de solidariedade, ainda mais se ela estiver em declínio ou em ascensão, amparando outras nações e precisando de amparos. Sem a solidariedade desenvolvida entre Inglaterra e França os dois países provavelmente ainda estariam na Guerra dos Cem Anos ou em algum outro conflito violento que sempre os caracterizou. A “máquina do juízo final” existe a partir de acordos militares cada vez mais fechados e antagônicos, que diminuem a flexibilidade do sistema. Porém, tal máquina terrível não tem vida própria para sozinha desencadear a guerra. Essa é a minha principal discordância das visões geopolíticas que desconsideram os relacionamentos solidários, achando que não passam de idealismo. A máquina da guerra só é construída e posta para funcionar porque mudanças profundas acontecem nos padrões de solidariedade internacional, sem os quais tratados e o uso das armas não podem ser compreendidos. Uma corrida armamentista acontece




porque antes de qualquer escolha militar existe um tipo de reciprocidade que os une ou afasta, gerando maior ou menor segurança. A Primeira Grande Guerra é resultado de muitos fatores. Todavia, todos eles se encaixam quando se tem mente uma transição de solidariedade em curso no mundo que ainda é dividido por impérios coloniais.

Importância ainda maior assume a solidariedade na Segunda Guerra Mundial, pois este confronto, mais do que todos os outros, rivalizou não apenas territórios, mas sobretudo sistemas sociais diferentes. A luta não era por poder pura e simplesmente, mas por um estilo de sociedade. As sociedades democráticas se uniram de uma forma solidária contra o fascismo que marcaria a história para sempre. No caso da União Soviética, também estava em disputa uma ideologia política. Os soldados lutavam pelo seu país, mas sobretudo por uma identidade agregadora muito além de crenças religiosas. Não se tratou de uniões pela fé, em nome de Deus, ou de posses territoriais, mas de uma solidariedade entre homens e mulheres que compartilhavam as mesmas visões de mundo. Tentar reduzir esta grande guerra a um jogo tradicional de poder é a maior das hipóteses irrealistas. Nada poderia estar mais distante da realidade do que imaginar que os líderes mundiais agiram preocupados naquele momento sobretudo com seus respectivos territórios. Muito mais do que o expansionismo territorial alemão ou japonês, os aliados temiam perder as características das suas sociedades que os vinculavam e amalgamaram a solidariedade entre eles.

A solidariedade pós-Nações Unidas é ainda mais clara como força organizadora da política internacional. Inúmeros tratados, acordos e declarações expandem os laços solidários para além dos Estados, alcançando também os indivíduos. O holocausto foi a principal razão por precipitar regimes globais em defesa dos direitos humanos. Muitas intervenções internacionais foram marcadas desde então pela ambiguidade de terem sido motivadas por interesses comerciais e políticos e menos pelos direitos das pessoas propriamente ditas. Em que pese tal discussão, o fato é que, pela primeira vez, as guerras foram legitimadas por princípios que fugiam às tradicionais regras da soberania nacional. Além disso, o bloco vencedor das democracias passou a aprofundar seus vínculos, de uma maneira que deixou de existir quaisquer hipóteses de confronto armado entre tais regimes. Revigorado pela Carta do Atlântico de 1941, consolidou-se o Ocidente, precipitando, inclusive o fim do colonialismo, a partir de uma solidariedade que se estendia às nações dominadas até os anos 1970. O Ocidente, bem como partes diferentes do mundo como o Cone Sul, desenvolveu uma cultura kantiana (WENDT, 1999). Não só deixou de haver conflitos armados entre seus integrantes, como o ataque a um deles passou a ser de fato um ataque a todos os membros do grupo. Uma consciência coletiva ocidental, que incluía até mesmo países não ocidentais como o Japão e a Coreia do Sul, tornou ainda mais difícil compreender a política internacional sem os seus laços de solidariedade. Tal vínculo de empatia não se limitava aos países ricos. O apoio do Brasil à Argentina na Guerra das Malvinas, contra a posição inglesa e norte-americana, é mais uma vez prova da solidariedade também fora dos centros globais, que não se limitava à economia, mas que sedimentou a integração regional no Mercosul, sepultando antigas rivalidades à medida que a interdependência entre os países crescia nos anos 1980 e 1990.

Após as grandes guerras, sobretudo depois da Guerra Fria, há um alinhamento das solidariedades doméstica e internacional. Se antes havia uma dissociação entre a solidarie-



dade orgânica nas sociedades nacionais e internacionais com a competição extrema entre os impérios, depois de 1945 começa a existir uma convergência que se tornará mais clara depois 1990. Na Guerra Fria entre EUA e URSS havia dois campos de solidariedade bem divididos. O Plano Marshall, o Plano Colombo e o acesso ao mercado americano, por exemplo, são ações solidárias dos Estados Unidos face a ameaça das revoluções socialistas, não sob pretexto de um domínio político, mas efetivamente a reconstrução da Europa e o desenvolvimento do Japão e Tigres asiáticos. Sem a URSS haveria essa solidariedade americana? Não é possível responder a essa pergunta contrafactual, mas está claro que, à época, os EUA já tinham rompido seu isolacionismo anterior, eram anticolonialistas, estavam imbuídos de um espírito multilateralista e que conseguiram se tornar hegemônicos com a ajuda do Ocidente ao qual também ajudou, num processo de interdependência crescente. É claro que existiram também interesses por trás dessa cooperação internacional, mas tal cooperação provavelmente existiria mesmo sem um oponente do outro lado, como aliás, aconteceu nos anos 1990 quando já não havia URSS e os americanos continuaram a sustentar as Nações Unidas e a apoiar a União Europeia. Organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional prestavam solidariedade financeira condicionados às reformas estruturais nas economias porque a lógica do mercado global já prevalecia sobre as razões geopolíticas tradicionais. O liberalismo benigno americano fomentou o seu próprio declínio relativo, em relação ao Japão, à União Soviética e até mesmo à China “comunista”. Uma abordagem centrada na solidariedade é mais capaz de explicar por que, afinal, uma superpotência opta por perder poder relativo mesmo depois que a Guerra Fria acabou. E foi justamente isso que os EUA fizeram.

Durante a Guerra Fria travada entre EUA e URSS, muito mais do que uma luta pela hegemonia de poder, estava sendo travada uma luta pela hegemonia ideológica sobre como deveria ser a sociedade, embate este que criou uma cadeia de solidariedade dual com o centro em Washington e Moscou. Era uma cadeia de interdependência política, pois a sobrevivência de um aliado significava um risco para as demais sociedades. Mesmo as superpotências sendo menos dependentes dos aliados para sua própria segurança em termos estritamente militar-nucleares (WALTZ, 1979), elas precisavam dos demais para manter viva seu modelo social, que dificilmente sobreviveria isolado de todo o mundo com o predomínio do oponente. Bretton Woods aprofundou muito os laços comerciais no novo Ocidente. E depois de 1971, com o passar das décadas, a globalização criou uma teia relações econômicas interdependentes sem igual na história da humanidade (FRIEDEN, 2006 e COUTINHO, 2012). A globalização também influenciou muito uma convergência de valores e comportamentos sociais, principalmente, após o declínio da União Soviética, a difusão da TV e a consolidação da rede internacional de computadores. Tudo isso fez com que houvesse uma consciência global crescente, acompanhada por uma rápida mudança da solidariedade bipolar para outra universal. Porém, ambas caracterizadas pela interdependência em torno não só do dólar, mas dos valores que não eram só americanos, mas, à essa altura, compartilhados individualmente por inúmeros países, formando a maior consciência coletiva que a história já viu desde a hegemonia católica, restrita à Europa medieval.


Essa consciência coletiva global trouxe alguma coesão à anarquia internacional, mais ou menos como a solidariedade orgânica trouxe coesão às sociedades capitalistas internamente. Todavia, isso durou pouco, pois antes mesmo da ascensão chinesa significar uma ameaça pre-

sente aos EUA em termos de poder, mudanças tecnológicas profundas, em particular, a digitalização do mundo e as redes sociais, impactaram sobre os indivíduos de maneira tão forte que mexeu com os seus laços de solidariedade. O padrão por interdependência predominante foi pouco a pouco sendo substituído pelo da solidariedade provisória, bem ao estilo do mundo líquido de Bauman, como já mencionado antes (COUTINHO, 2020a e 2020b). Em tal solidariedade provisória como a defino, a atração entre as pessoas, organizações e estados não é permanente, ela é interina, abrindo brechas para ser cortada pelo seu efeito contrário, a repulsa ou apenas a indiferença. Daí porque as conexões serem instáveis. A globalização aumentou a interdependência e, assim, aprofundou um tipo de solidariedade orgânica em âmbito doméstico e internacional numa grande convergência de níveis para uma só consciência coletiva, que alguns se precipitaram ao chamar de fim da história (FUKUYAMA, 1992). No entanto, essa solidariedade sofreu mudanças mais recentes e hoje funciona de maneira cada vez mais defeituosa, com lapsos de solidariedade que desestabilizam as relações internacionais.

Conclusão

Ações violentas americanas como a bomba de Hiroshima e o agente laranja no Vietnã não têm absolutamente nada de solidárias. É claro que existem inúmeros outros eventos violentos perpetrados por diferentes países em diferentes épocas, e que não podem ser interpretados sob a ótica da solidariedade a não ser por quem os critica. Essas ações também compõem a história da política internacional. Este artigo não quis esconder tal violência ou oferecer uma visão idealista sobre ela. Se tais comportamentos fossem predominantes, haveria evidentemente menos sentido explicativo numa teoria da solidariedade para compreender o mundo, mas apenas para transformá-lo. E se o darwinismo viesse a dominar a política internacional, eu seria o primeiro a retirar essa teoria como proposta de explicação, e a colocaria no rol de um projeto político apenas. Escrevi este artigo para mostrar que estes comportamentos apenas hostis e agressivos não são predominantes, que o mundo não é feito majoritariamente deles, mesmo quando há guerra. Alguns eventos históricos foram levantados aqui como possíveis casos que demonstrariam a validade desta teoria. Evidentemente, é preciso mais estudos para que viéssemos a ter mais informações a respeito. Estimular tais estudos sobre solidariedade na política internacional foi também objetivo do texto. De toda forma, entendo que o mundo seria inviabilizado se fosse apenas uma sucessão de eventos nocivos. Cada uma das suas versões não duraria muito tempo, sendo constantemente redefinido e redefinido num *looping* eterno, completamente entregue à sua própria anarquia. Escrevi este artigo para defender uma outra forma de ver como as coisas funcionam para além de um realismo restrito, que acaba por obscurecer o conhecimento que temos sobre as relações internacionais. A proposta deste texto foi apresentar uma teoria da solidariedade porque acredito que ela pode nos fazer entender melhor o mundo moderno, ainda que ele também seja feito de barbaridades.

Mesmo quando o mundo está cheio de ações insolidárias, nos seus piores momentos, as redes de solidariedade o organizam. A civilização não teria chegado tão longe apenas com os instintos egoístas destrutivos da humanidade. Há algo a mais que torna coesa as unidades do




sistema anárquico por tempos prolongados e que estabiliza alguma ordem, e não é o medo ou a coerção. Até mesmo o pai do individualismo egoísta, Adam Smith, via a empatia como um sentimento moral base para a competição na sociedade, a partir de um egoísmo que podemos chamar de piedoso. Um realismo que ignora a empatia não passa também de uma teoria normativa por outros meios, ao estilizar o comportamento humano, vendo nele apenas um dos seus lados. Uma teoria normativa é aquela que elege apenas um lado das normas humanas e a prescreve como um dever ser, desejável ou inevitável, seja o egoísmo cruel ou a benevolência romântica, ambas partes da vida, embora só uma delas tenha condições de construir algo mais longo do que ela própria. Pois é justamente a empatia que cria vínculos e estabiliza relações é que tem sofrido mudanças profundas provocadas na mente humana pelas novas tecnologias digitais.

A geopolítica sem uma compreensão dos laços de solidariedade entre os Estados é como procurar entender a dinâmica de uma batalha sem a moral da tropa, apenas pela hierarquia militar ou pela quantidade de armas disponíveis, pois as tropas se unem e agem não simplesmente porque obedecem ordens superiores e enfrentam um adversário mais ou menos poderoso, mas sobretudo porque compartilham vínculos que vão muito além das regras da guerra *strictu sensu* numa equação de forças materiais. Atores que fazem escolhas dentro de parâmetros da racionalidade jamais entrariam numa guerra que acham que vão perder ou morrer porque são mais fracos. No entanto, eles fazem com certa frequência ao longo da história, justamente porque os atores racionais têm compromissos e solidariedade que os impulsionam ao confronto mesmo estando em uma posição desfavorável. E atores mais fracos podem vencer, como nos mostram as experiências do Afeganistão, sob domínio soviético, e do Vietnã, atacado pelos EUA. A solidariedade é a maior arma de dissuasão em massa que existe, seja ela emanada desde dentro das nações, seja mesmo oriunda externamente.

Os tempos mudam, os contextos se alternam, e pode mudar também a relação existente entre duas variáveis. O artigo procurou apresentar de que forma o aparecimento da solidariedade por interdependência mudou o mundo e criou atritos com antigas estruturais imperiais remanescentes do absolutismo. Tais tensões foram em grande medida responsáveis pela dimensão tomada pelas grandes guerras entre Estados nacionais. Ou seja, até certo ponto, um novo tipo de solidariedade ajudou a desestabilizar o sistema ou a criar nele uma fissura maior do que de costume. O resultado da primeira globalização no século XIX foram terríveis guerras na primeira metade do século seguinte, que desglobalizaram ou desconectaram o mundo pela primeira vez. Mas, naquele fim, a solidariedade por interdependência prevaleceu sobre o imperialismo colonial e uma nova ordem nasceu com as Nações Unidas. A segunda onda de globalização a partir dos anos 1970 aprofundou os laços entre os países ainda mais. Após um período de solidariedade bipolar que dividia o planeta na Guerra Fria entre EUA e URSS, esse padrão de solidariedade se tornou hegemônico. Não à toa, as guerras convencionais caíram em número e intensidade em todo o mundo a ponto de se tornarem obsoletas. A solidariedade exerce uma força gravitacional, que mantém unidos os países assim como os indivíduos, num tipo mais complexo de coesão que organiza e estabiliza a anarquia internacional.

No entanto, argumentei aqui que a queda no nível de solidariedade, observada nos últimos anos e retrata desde trabalhos sobre a mente humana até as relações internacionais, por conta de fenômenos mentalmente penetrantes ocasionados pela digitalização eletrônica,



redes sociais e inteligência artificial tem desestabilizado muito mais do que apenas as relações sociais, mas também todo o sistema internacional, derrubando inclusive pouco a pouco a proteção contra os conflitos armados. Ao menos é esta a hipótese com a qual trabalho. O mundo líquido de Bauman se estende agora à solidariedade orgânica de Durkheim, e inunda a política internacional como a conhecemos. Esse novo tipo de modernidade ou de pós-modernidade não altera exatamente a geopolítica das emoções (MOÏSI, 2009), pois as mantém mais ou menos como sempre estiveram nas últimas décadas ou séculos. Porém, afeta de maneira significativa a estabilidade de um tipo específico de emoção própria da empatia. A solidariedade hoje é o que chamo de provisória, e tal como a defino, ela tem gerado interrupções preocupantes nas boas relações internacionais cooperativas, abrindo uma janela histórica para uma nova guerra fria, tema este da maior preocupação deste trabalho. Solidariedade é sinônimo de estabilidade intragrupo, e de instabilidade intergrupo.

A solidariedade global provisória produz não só mais contradições no sistema, como também desconexões ou conexões instáveis na política internacional. Isto é, as relações até então cooperativas ou amistosas são frequentemente e cada vez mais interrompidas e abaladas pela competição desequilibrada, que já se materializa em muitas ações inclusive militares, que começam nas disputas pelo mercado de plataformas e geração de redes móveis, mas que vão muito além delas. Assim como outros autores (FERGUSON, 2020), também compreendo que EUA e China já protagonizam no século XXI um novo tipo de guerra fria de caráter, sobretudo, tecnológico, acirrada pela pandemia que trouxe um desequilíbrio econômico maior para o Ocidente. Se a teoria que proponho estiver correta, então, estamos observando um mundo em que a solidariedade ainda organiza a política dentro e fora das Nações Unidas. Porém, faz isso de maneira inconstante, abrindo brechas para inúmeros conflitos, entre os quais se desenvolve progressivamente então uma nova solidariedade bipolar, agora a partir de dois modelos de modernidade capitalista, um mais aberto e democrático, e outro mais fechado e autoritário, cada um deles gerando o seu próprio centro gravitacional já há alguns anos (IKENBERRY, 2011 e HALPER, 2010).

A solidariedade global provisória está permitindo o desengajamento do mundo (*decoupling*), numa dissociação que fragmenta ao mesmo tempo que fortalece laços solidários intragrupos, principalmente na órbita da liderança americana. Tal desacoplamento internacional não acaba com a globalização, mas limita muito sua coesão, com dois conjuntos de unidades que se auto-organizam em torno de solidariedades separadas. A solidariedade não é sobre fazer pelo outro apenas, mas principalmente sentir o que o outro sente. Em relações internacionais, isso significa desde compadecer-se com uma explosão ou um desastre natural que mata muitas pessoas, até mesmo temer uma invasão inimiga. Embora nem toda solidariedade gere ações conjuntas concretas, ela já opera na política internacional pelo simples fato de existir. O fato concreto é que estamos diante de um mundo altamente globalizado e instável sob duas grandes potências, EUA e China. As teorias neoliberais que sempre apostaram na integração internacional para a paz não explicam essa instabilidade, nem tampouco o neorealismo, que supunha mais estabilidade justamente em uma estrutura de poder bipolar. Por outro lado, a cultura mundial não mudou em termos de ideias fundamentais de maneira que servisse agora de explicação. O que aconteceu então? Essa é a resposta que precisa ser encontrada. Minha hipótese é que a solidariedade oferece um bom caminho para isso.

Bibliografia

- ALDEN, Chris e ARAN, Amnon (2012). Foreign policy analysis: new approaches. New York: Routledge.hnjk
- BAUMAN, Zygmunt (2007). Tempos líquidos. São Paulo: Zahar.
- BOLTRON, Nick (2019). Superinteligência: quando a criatura quer ser o criador. São Paulo: Darksidebooks.
- BULL, H. (1977). The anarchical Society: a study of order in World Politics. London: Macmillan.
- COUTINHO, Marcelo (2008). Crises institucionais e mudança política na América do Sul. Rio de Janeiro: Edição do Autor.
- COUTINHO, Marcelo (2020a). “Distanciamento social e solidariedade provisória”. Revista Brasileira de Cultura e Política de Direitos Humanos.
- COUTINHO, Marcelo (2020b). “Pandemia e Desglobalização”. Revista Brasileira de Cultura e Política de Direitos Humanos.
- COUTINHO, Marcelo (2012). Relações Internacionais: Evolução e Teorias da Ciência do Mundo. Segunda Parte. Rio de Janeiro: Editora Gramma.
- DUNNE, Tim (2002). “The English School”, In REUS-SMIT, Christian e SNIDAL, Duncan. The Oxford Handbook of International Relations. Oxford OxfordUniversity Press.
- DURKHEIM, Émile (2007). Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes.
- FERGUSON, Neill (2020). America and China Are Entering the Dark Forest. New York: Analysis & Opinions, Bloomberg.
- FRIEDEN, Jeffrey (2006). “Global Capitalism: Its Fall and Rise in the Twentieth Century. New York: Norton.
- FOLHAPRESS, (2020). China tem ‘catálogo de má conduta’ e EUA devem estar prontos para derrotá-la, diz Pentágono. <https://www.folhape.com.br/noticias/china-tem-catalogo-de-ma-conduta-e-eua-devem-estar-prontos-para/147916/>
- FOREIGN RELATIONS, (2020). “The New Big Brother – China and Digital Authoritarianism”. Washington: United States Senate Committee.
- FUKUYAMA, Francis (1992). The End of History and Last Man. New York: FreePress.

GAZTAMBIDE-FERNANDEZ, Rubén A. (2019). “Descolonização e pedagogia da solidariedade”. Revista Teias.

GLASER, Charles (2010). Rational Theory of International Politics: The Logic of Competition and Cooperation. Princeton: Princeton University Press.

HALPER, Stgefan, (2010). The Beijing Consensus: How China’s Authoritarian Model Will Dominate the Twenty-First Century. New York: Basic Books.

HARARI, Yuval Noah (2018). 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras.

HARARI, Noah Y. (2019). Homo Deus: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras.

HERZ, J. (1950). “Idealist internationalism and the security dilemma”. World Politics, 2: 157-80.

HOFFMANN, Stanley (1963). The State of War: Essays on the Theory and Practice of International Politics. New York: Praeger.

IKENBERRY, John (2011). Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order. Princeton: Princeton University Press.

KISSINGER, Henry (1994). Diplomacy. New York: Simon & Schuster.

KNOCK, Thomas (1995). To End All Wars: Woodrow Wilson and the Quest for a New World Order. Princeton: Princeton University Press.

KEOHANE, Robert (1982). After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press.

LEE, Kai-Fu (2019). Inteligência artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a foram como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos. Rio de Janeiro: GloboLivros.

LIMA, Maria Regina Soares de, COUTINHO, Marcelo (2006). “Uma versão estrutural do regionalismo”. In Eli Diniz, “Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MBEMBE, Achille (2016) “The age of humanism is ending. África do Sul: no sítio do Mail & Guardian.

MOÏSI, Dominique, (2009). Geopolítica das Emoções: Como as Culturas do Ocidente, do Oriente e da Ásia estão Remodelando o Mundo. São Paulo: Editora Elsevier.

- MORAVCSIK, Andrew (2002). "The new liberalism". In REUS-SMIT, Christian e SNIDAL, Duncan. The Oxford Handbook of International Relations. Oxford Oxford University Press.
- MORGENTHAU, Hans. (2003). A política entre as Nações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Editora Universal de Brasília.
- NYE, Joseph. e KEOHANE, Robert (2011). Power & Interdependence. New York: Longman Classics of Political Science. Quarta Edição.
- ROSECRANCE, Richard (1966). "Bipolarity, multipolarity, and the future". Journal of Conflict Resolution. Vol 10.
- ROSENAU, James (1964). Pre-theories and theories of foreign policy. In R.B. Farrell (ed). Approachs to Comparative and International Politics, Evanston, IL: Northwestern University Press.
- SHELLING, Thomas (1960). The Strategy of Conflict. Cambridge: Harvard University Press.
- SHELLING, Thomas (1966). Arms and Influence. New Haven: Yale University Press.
- SCHOLZ, S. J. (2008). Political solidarity. University Park, PA.: Pennsylvania State University Press.
- SNYDER, Richard et ali (1954/2012). Decision-making as an approach to study of international politics. Literary Licensing, LLC.
- SINGER, David (1961). "The level-of-analysis problema in international relations". World Politics. Vol. 14, n0 1, pp77-92.
- SPROUT, Harold and Margaret (1956). Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics, Princeton: Princeton University Press.
- STEIN, Janice G. (2008). "Foreign policy decision-making: rational, psychological, and neurological models". In Smith et ali, Foreign Policy: theories, actors, cases. Oxford: Oxford University Press.
- STEINMO, Sven et ali (1992). Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis. Cambridge, Cambridge University Press.
- STIEGLER, Bernard (2019). The Age of Disruption: Technology and Madness in Computational Capitalism. Cambridge: Policy Press.
- STJERNO, S.(2005). Solidarity in Europe: The history of an idea. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press.



TILLY, Charles (1990). *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990*. Oxford: Blackwell.

TURKLE, Sherry (2012). *Alone together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. New York: Basic Books.

WALTZ, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, Inc.

WALTZ, Kenneth (2004). *O Homem, o Estado, e a Guerra*. São Paulo: Martins Fontes.

WENDT, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

WIGHT, Martin (1977). *System of States*. Leicester: Leicester University Press for the London School of Economics and Political Science.